

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**

**Programa de Pós-graduação em
Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH**

JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR

**MUSICOTERAPIA E DIREITOS HUMANOS:
PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS**

**CURITIBA
2018**

JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR

**MUSICOTERAPIA E DIREITOS HUMANOS:
PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas – PPGDH, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jucimeri Isolda Silveira.

**CURITIBA
2018**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9 /1636

V645m Vitor, Jakeline Silvestre Fascina
2018 Musicoterapia e direitos humanos : práticas emancipatórias com
populações vulneráveis / Jakeline Silvestre Fascina Vitor ; orientadora,
Jucimeri Isolda Silveira. -- 2018
198 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2018.
Bibliografia: f. 146-156

1. Direito humanos. 2. Musicoterapia. 3. Liberdade. 4. Política pública. 5.
Vulnerabilidade social. I. Silveira, Jucimeri Isolda.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos e Políticas Públicas. III. Título.

CDD – 323.4



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 027/2018
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR**

Aos vinte e sete dias, do mês de julho de dois mil e dezoito, às dezesseis horas s reuniu-se na Sala de Defesa - Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Jucimeri Isolda Silveira, Cezar Bueno de Lima e Claudia Regina Oliveira Zanini, para examinar a dissertação da candidata **JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezesseis. Área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **MUSICOTERAPIA E DIREITOS HUMANOS: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS COM PÚBLICOS VULNERÁVEIS**. A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, a Candidata foi APROVADA pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 19 h 00 min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações:

A banca ressaltou o potencial inovador da pesquisa aplicada na educação em direitos humanos.

A avaliadora professora doutora Claudia Regina Oliveira Zanini teve participação na banca de defesa de dissertação por videoconferência e está de acordo com os termos acima descritos.

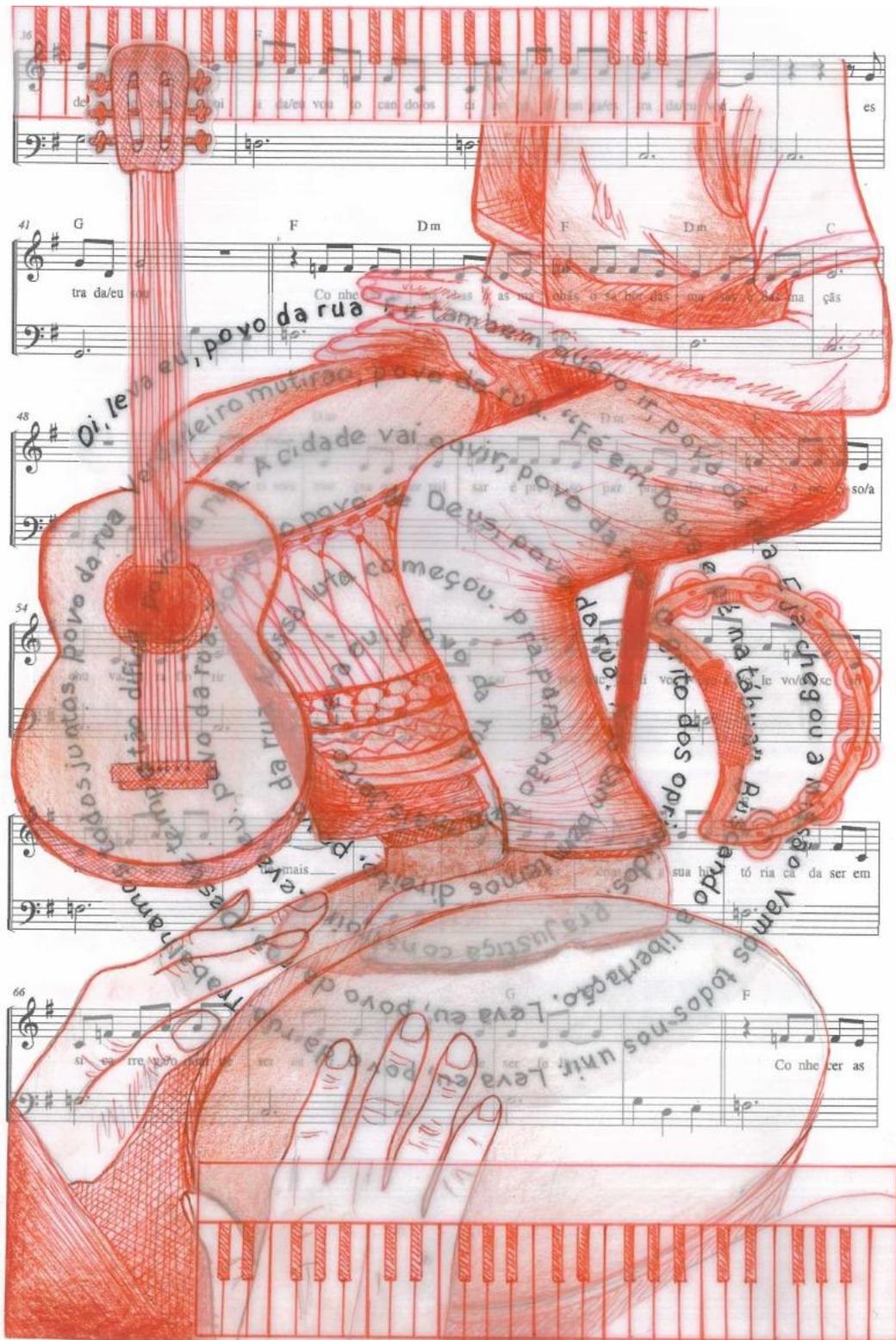
Prof^a. Dr^a Jucimeri Isolda Silveira
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Cezar Bueno de Lima
Convidado Interno

Prof^a. Dr^a. Claudia Regina Oliveira Zanini
Convidada Externa - participação por Videoconferência-

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Barreto Amorim Pilla
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos humanos e Políticas Públicas
Stricto Sensu – PPGDH PUCPR





Trabalho de Maria Joana Pires Yasuhara, artista plástica (UEL) que elaborou esta arte para o título da dissertação: Musicoterapia e Direitos Humanos: práticas emancipatórias com populações vulneráveis, em 18 de junho de 2018.

Quem somos?
Aqueles/es que nos tornamos...
Com os afetos que nos tocam...
Com as forças de amor que nos inspiram...
Impactam, deslocam, transformam...
Temos a potência de emancipar, nos transformar em outras/os...
Somos aquelas/es que nos tornamos no contato...
Acolhida, encontro para um café, almoço de domingo...
Diálogos que constroem vínculos...
Permanecem mesmo depois da partida...
Ausência sempre presente, que me trouxe até aqui.

À minha amada mãe-tia Ana.

AGRADECIMENTOS

*Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só;
Mas sonho que se sonha junto
é realidade. (SEIXAS, 1974)¹*

Ao concluir esse trabalho, tenho muitos agradecimentos a fazer. Quero trazer a palavra gratidão, em primeiro lugar, a Deus, pelo privilégio da vida e pelo manifestar do seu Amor em mim.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Jucimeri Isolda da Silveira, pelas importantes contribuições no decorrer do processo, e por seu profissionalismo, sua competência, clareza e assertividade na condução da pesquisa. Nossa aproximação, que foi muito significativa por toda trajetória de luta partilhada antes do mestrado, é sinônimo da interdisciplinaridade possível entre os trabalhos sociais, na perspectiva da emancipação humana. Agradeço por ter me acolhido.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação do Mestrado em Direitos Humanos da PUCPR, pela riqueza da oportunidade de realização de todo esse trabalho. Esse processo faz parte de um sonho motivado, inclusive, por laços de afetos que não estão mais entre nós, a minha amada mãe-tia Ana, e pelo incentivo da Professora Doutora Ilda Witiuk, que não teve condições de continuar partilhando dessa trajetória. A elas, também, minha gratidão.

Um agradecimento especial à banca avaliadora. Ao Professor Doutor Cesar Bueno, da PUCPR, e à Professora Doutora Claudia Regina Oliveira Zanini, da UFG, pelo profissionalismo e pela dedicação na leitura atenta do meu trabalho, e pelos apontamentos realizados no exame de qualificação, que resultaram em muitas reflexões e crescimento que levarei para a vida.

Foram dois anos muito intensos, tanto pelas oportunidades de aprendizagem quanto pelos desafios gerados nesse processo. E a participação como pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR significa isso. Por toda riqueza desse aprendizado, agradeço à equipe do Projeto Conexão Jovem. Foi uma experiência incrível e muito importante pelas trocas e por meu crescimento pessoal e profissional. Estava em uma fase

¹ Raul Seixas. Prelúdio. Álbum: Gita, 1974.

especial/delicada da minha vida, quando a professora Jucimeri me convidou para fazer parte desse desafio. Obrigada por ter acreditado em mim.

À minha querida amiga, Professora Doutora Noemi Ansay, da UNESPAR, meu agradecimento cheio de afeto e admiração por seu profissionalismo, sua competência e serenidade e, principalmente, por ter me acompanhado durante todo esse processo. Obrigada pelas trocas, pela escuta, pelos conselhos e sugestões. Sou muito feliz por tê-la em minha vida. Gratidão por esta amizade.

Minha admiração e respeito à Professora Pós-doutora Rosemyriam Cunha, da UNESPAR, pela colaboração na leitura do meu trabalho. Sua participação confere legitimidade a esse processo de construção teórica da Musicoterapia na área social, no Brasil e no mundo. Muito obrigada.

À Casa de Acolhida São José, na pessoa da Irmã Janete Casagrande que, desde o primeiro contato, acreditou na proposta de pesquisa, e a toda equipe por ter me acolhido para a realização desse trabalho. Tivemos trocas horizontalizadas que, pela experiência e *expertise* no atendimento à população em situação de rua, no município de Curitiba, contribuíram para a construção de um conhecimento interdisciplinar.

À população em situação de rua e ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua, representados por Maurício, Carlos Humberto, Leonildo, Patrícia, Cléo, Melina, Ademir e Luciana, que participaram ativamente desta investigação, estando presentes desde as primeiras aproximações. Legitimando a construção de conhecimentos gerados por meio dessa pesquisa, expressam aspectos desse território marcado pela violação dos direitos humanos. Além de tudo, a presença do movimento refletiu a vida que pulsa nas ruas, de um povo esquecido, mas que resiste, persiste porque acredita no amor e tem esperança na possibilidade de transformação dessa realidade. Aprendi muito com cada um que cantou, relatou, problematizou o que é estar em situação de rua, pois sabem o que é viver e sentir na pele essa opressão.

Aos meus queridos amigos e musicoterapeutas Adriano Michalovicz e Evelize Querino, pelo cuidado e pelo apoio profissional e técnico nas gravações de áudio e imagem e, principalmente, pelas reflexões geradas dessas participações, pois foram muito produtivas.

À inspiração da minha vida, meus pais Alceu e Lindaura. Ter um pai agricultor, e de resistência, é motivo de muito orgulho. Nos momentos difíceis, lembro-me sempre do som da sua voz, afinada e firme, que me ajuda a resgatar minha essência. Sou porque somos resistência, pai. À minha mãe, primeira grande professora, que me favoreceu o gosto pela música, me ensinando desde muito cedo que arte e educação compõem uma bela sinfonia. Percebo o quanto este meu trabalho está relacionado a tudo que me ensinaram, apesar de todas as dificuldades econômicas e geográficas para viabilizar meus estudos.

Ao meu amor Luiz, meu pescador favorito, com quem aprendi que amor não é apego, é liberdade. Que alegria tê-lo encontrado! Contar com seu apoio me fortalece, e reconheço que sem você o último gráfico desse trabalho não seria o mesmo. Gratidão pela objetividade, que é um ponto de equilíbrio em minha vida, e pela partilha amorosa e profissional.

Aos meus irmãos, Leid Dianne e Alceu Junior, e ao meu cunhado Angerton, por terem acreditado que esta conquista seria possível. Obrigada por fazerem parte de minha história. Quanto às “comidinhas” da Dianne, sem palavras, pois foram fundamentais nesse processo, e fazem parte de uma deliciosa memória gustativa.

Às orações em forma de cuidado, durante todo esse processo, da querida tia Helena. Senti-me amada e cuidada.

À minha madrinha Joana, pela arte inspirada no título dessa pesquisa e que convida à leitura e anuncia a riqueza artística presente na realidade investigada.

À minha amiga da vida e da militância, assistente social Marilena Silva, feliz encontro no Fórum Estadual das/os Trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social. Nossa trajetória de luta marcou e transformou minha vida.

À colega da primeira turma do mestrado, assistente social Francisca de Assis, pelas trocas relativas à área social.

À querida Vera Lucia Barbosa, minha gratidão pelo diálogo e profissionalismo em todo o processo de revisão da tese. Minha admiração pelo seu trabalho.

A CAPES, pela Bolsa taxa que tornou possível a realização dessa etapa.

E por fim, agradeço àquelas/es que não foram nominados, mas que estiveram presentes de alguma forma nesse processo. Sou/estou muito feliz por esta conquista; ela significa o fruto de um trabalho coletivo. Essa possibilidade é um privilégio, expressa a superação de muitas dificuldades enfrentadas pela união de muitas mãos que compartilham de um mesmo sonho – contribuir, por meio de práticas emancipatórias, para a transformação da realidade e a conquista de novos patamares de sociabilidade. *Sonho que se sonha junto é realidade. (Seixas, 1974).*

RESUMO

A presente pesquisa, que analisa a Musicoterapia Social como estratégia de ação em Políticas Públicas para o fortalecimento do trabalho com populações vulneráveis, está embasada na Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Para tanto, este estudo descreve o processo musicoterapêutico desenvolvido com um grupo da população em situação de rua da cidade de Curitiba, no Paraná, entre os meses de outubro e dezembro de 2017. Foram oito vivências, realizadas com base nos pressupostos da pesquisa-ação, nas quais foi utilizada a metodologia de grupo focal. A sistematização dos dados foi realizada por meio do levantamento de quatro eixos temáticos, encontrados na análise das letras das canções levantadas, da primeira à última vivência. Foram assim caracterizados: Conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação; 3 - crítica social, história e contradição; e 4 - autonomia, participação e protagonismo. O método recriacionista e de improvisação musical de Bruscia, e o Círculo de Tambores de Suzuki foram mediadores desse levantamento, que se deu por meio das canções solicitadas e indicadas como de preferência do grupo. Todas as vivências foram importantes para o resultado que se buscava e que era, além da participação dos sujeitos envolvidos em todas as fases do processo, a ação transformadora da realidade, de cunho emancipatório. Mas a sétima vivência foi emblemática, pois das/os 15 participantes do dia, 10 solicitaram canções que sinalizavam a superação das situações de violência por meio do amor, da esperança, da espiritualidade, da criatividade e da transformação. Considera-se que a Musicoterapia Social atuou como uma estratégia de ação emancipatória que foi capaz de fortalecer o trabalho com populações vulneráveis. Os resultados obtidos demonstraram que o protagonismo político, exercido também pela participação de lideranças do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPOP-RUA) durante as vivências, refletiu em maior protagonismo musical do grupo, potencialmente capaz de repercutir na mediação de processos emancipatórios que cada participante vivenciou de forma individual e coletiva.

Palavras-chave: Musicoterapia Social. Direitos Humanos. Emancipação. Populações Vulneráveis.

ABSTRACT

This research that aims to analyze Social Music Therapy as an action strategy in Public Policies to strengthen the work with vulnerable groups, is based on the Critical Theory of Human Rights. Therefore, this study describes the process of music therapy developed with a homeless group in Curitiba city, Paraná, Brazil, between October and December 2017. The group had eight meetings, based on the premises of action research, where focus group methodology was implemented. The data systematization was conducted through the survey of four thematic axes, which were gathered from the analysis of the songs' lyrics, from the first to the last meeting. They were classified as follows: Subject content 1: Territory, Everyday Life, and Reality; 2: Love, Hope, Spirituality, Creativity, and Transformation; 3: Social Criticism, History, and Contradictions; and 4: Autonomy, Participation, and Active Involvement. This survey was conducted by the recreation and music improvisation method of Bruscia and the Suzuki Drum Circle, in which the songs were requested and indicated by the group's preference. All the meetings were important for the desired result, which was – besides the participation of the subjects involved in all the stages of the process – the transforming action of the reality, with an emancipatory character. However, the seventh meeting was emblematic due to the fact that, out of the 15 participants that day, 10 requested songs that showed the overcoming of violent situations through love, hope, spirituality, creativity, and transformation. Social Music Therapy is considered to be a strategy of emancipatory action, able to strengthen the work with vulnerable groups. The achieved results demonstrated that the political active involvement – which was also practiced by the participation of leaders of the National Movement of the Street Population (MNPOP-RUA) during the meetings – was reflected in more music involvement of the group, potentially capable of causing an effect on the emancipatory processes that each participant experienced individually and collectively.

Keywords: Social Music Therapy. Human Rights. Emancipation. Vulnerable Groups.

LISTA DE SIGLAS

AMT-PR	Associação de Musicoterapia do Paraná
CEP/PUCPR	Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná
CF	Constituição Federal
CLAM	Congresso Latino-americano de Musicoterapia
CONASS	Conselho Nacional dos Secretários de Saúde
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Assistência Social e Combate à Fome
MNPOP-RUA	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MRS	Movimento da Reforma Sanitária
MT	Musicoterapia
MTCom	Musicoterapia Comunitária
MTSo	Musicoterapia Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP-RUA	População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBAM	União Brasileira das Associações de Musicoterapia
UPAS	Unidade de Pronto Atendimento e Samu

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Campos de intervenção da Musicoterapia nas Políticas Públicas Sociais que fazem o atendimento de populações com direitos violados.....	56
Figura 2	Interseções da prática musicoterapêutica.....	65
Figura 3	Sistematização Musicoterapeuta Clínico e Musicoterapeuta Social.....	65
Figura 4	Ciclo da pesquisa-ação.....	79
Figura 5	Evento nacional de comemoração dos 10 anos da POP-RUA.....	84
Figura 6	Membros do MNPOP-RUA.....	90
Figura 7	Célula rítmica da segunda vivência.....	91
Figura 8	Mobilização sonora para a vivência de musicoterapia.....	92
Figura 9	Imagem da terceira vivência.....	96
Figura 10	Fortalecimento de vínculos.....	101
Figura 11	Acolhimento: roda de conversa e círculo de tambores.....	103
Figura 12	Partitura Sino de Belém (Bate o sino).....	106
Figura 13	Atenção, concentração e criação.....	107
Figura 14	Contraponto de ritmos da quinta vivência.....	109
Figura 15	Partitura da canção Tocando em frente (5º vivência).....	110
Figura 16	Fragmento rítmico da Guarânia.....	111
Figura 17	Imagem da quinta vivência.....	111
Figura 18	A arte imita a vida.....	112
Figura 19	Imagem da sexta vivência.....	117
Figura 20	Contraponto de ritmos da sétima vivência.....	119
Figura 21	Protagonismo musical de Paulo, tocando o rebolo.....	120
Figura 22	Sétima vivência: subjetividade.....	121

Figura 23	Sétima vivência: empoderamento.....	122
Figura 24	Sétima vivência: Protagonismo musical e subjetividades políticas.....	122
Figura 25	Sétima vivência: processo.....	123
Figura 26	Sétima vivência: envolvimento e participação.....	124
Figura 27	Sétima vivência: subjetividade e criatividade.....	125
Figura 28	Sétima vivência: observação e criação.....	126
Figura 29	Sétima vivência: subjetividade: sorriso e criatividade.....	127
Figura 30	Fragmento harmônico e rítmico tocado ao violão por Breno...	127
Figura 31	Sétima vivência - formação de coletivo.....	128
Figura 32	Imagem da oitava vivência.....	133
Figura 33	Síntese da discussão dos dados.....	134

SUMÁRIO

RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	19
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
1.1 LIXO E LUXO SOCIAIS: ENFRENTAR AS DESIGUALDADES É ENFRENTAR PRIVILÉGIOS.....	27
1.2 DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES SOCIAIS: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	32
1.3 ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	40
1.4 DIREITOS HUMANOS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E POLÍTICOS.....	47
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA MUSICOTERAPIA.....	55
2.1 MUSICOTERAPIA SOCIAL: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.....	55
2.2 MUSICOTERAPIA SOCIAL: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	67
3 PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	76
3.1 SISTEMATIZAÇÕES METODOLÓGICAS.....	76
3.2 PESQUISA-AÇÃO.....	77
3.3 AMOSTRAGEM E PERÍODO DE COLETA DE DADOS.....	80
3.4 LOCAL DA PESQUISA.....	80
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	81
3.6 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS.....	81
4. DESENVOLVIMENTO PRÁTICO DA PESQUISA.....	83
4.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO: DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS À REALIDADE CONCRETA.....	83
4.2 COLETA DE DADOS.....	85
4.2.1 Reunião na Casa de Acolhida São José.....	86

4.3	SEGUNDA APROXIMAÇÃO – VIVÊNCIAS.....	86
4.3.1	Descrição, Análise e Discussão dos dados.....	86
4.4	PRIMEIRA VIVÊNCIA: OS SIGNIFICADOS DE “ESTAR NAS RUAS”	88
4.5	SEGUNDA VIVÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE GRUPAL PARA SUPERAÇÃO DA SUBSERVIÊNCIA.....	91
4.6	TERCEIRA VIVÊNCIA: CRÍTICA AO COTIDIANO EXCLUDENTE.	95
4.7	QUARTA VIVÊNCIA: CANTO DA RESISTÊNCIA E DO PROTAGONISMO.....	99
4.8	QUINTA VIVÊNCIA: A ARTE IMITA A VIDA.....	108
4.9	SEXTA VIVÊNCIA: CRÍTICA, REFLEXÃO E TRANSFORMAÇÃO.	113
4.10	SÉTIMA VIVÊNCIA: DA NÃO PARTICIPAÇÃO AO PROTAGONISMO MUSICAL E POLÍTICO.....	118
4.11	OITAVA VIVÊNCIA: PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO.....	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
6	REFERÊNCIAS.....	146
6.1	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	154
6.2	REFERÊNCIAS SONORAS.....	155
7.	ANEXOS.....	157

INTRODUÇÃO

*... me ver pobre, preso ou morto já é cultural.
(Negro Drama, Racionais MC's).*

O estudo aqui desenvolvido apresenta a pesquisa-ação 'Musicoterapia² e Direitos Humanos: práticas emancipatórias com populações vulneráveis', pois pelo entendimento da pesquisadora, diante do contexto de avanço do conservadorismo, de aprofundamento das desigualdades e das violações dos direitos humanos, faz-se necessária a proposição de intervenções emancipadoras que superem ações conservadoras, fragmentadas e pontuais, colocando-as como um desafio no campo da Educação em Direitos Humanos.

O estudo foi movido pela necessidade da construção de estratégias de enfrentamento às violações de direitos que emergiram da realidade social, nas experiências profissionais e na militância da pesquisadora enquanto defensora de direitos humanos. Surgiu do cotidiano das intervenções profissionais na área da Política Pública da Assistência Social, aliadas ao seu engajamento político que foi sendo construído com a participação como Musicoterapeuta, em fóruns de trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Audiências públicas, Conselhos de direitos e Conferências nos níveis Municipal, Regional, Estadual e Nacional, na área da Assistência Social.

Como Musicoterapeuta Social, a pesquisadora atuou no SUAS, na Proteção Social Básica³ (PSB), (BRASIL, 2009) e na Proteção Social Especial

²Musicoterapia é uma profissão de nível superior, reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego sob número de CBO, 2263-05. O conceito aqui adotado é da Musicoterapia Social que, segundo Cunha (2006), propicia ações que impliquem na apropriação da consciência de si pelos sujeitos e de sua trajetória histórica, ampliando possibilidades de interagir na realidade concreta em que se insere. Essa definição aproxima-se da orientação sociológica proposta por Ruud (1998 *apud* Cunha, 2006) que considera que a Musicoterapia tem por objetivo aumentar as possibilidades de ação da pessoa tanto no âmbito individual como no coletivo. Para Guazina (2008), a Musicoterapia Social caracteriza-se pela compreensão do sujeito como construído na trama social e contempla o desenvolvimento de estratégias de trabalho que levam em consideração, de maneira consistente, as instâncias socioculturais das populações atendidas.

³ Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), os serviços desenvolvidos no território, pela Política Pública de Assistência Social (PNAS), são caracterizados por níveis de complexidade. A **Proteção Social Básica (PSB)** tem como objetivo a prevenção de situações de risco, em áreas com incidência de vulnerabilidade social, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é o equipamento que desenvolve esta ação. A **Proteção Social Especial (PSE)** é classificada em **PSE de média e de alta complexidades**. Na PSE de média complexidade, o equipamento de referência é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e este equipamento se caracteriza pelo atendimento a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas os vínculos familiares não foram rompidos. Na PSE de alta complexidade são desenvolvidas ações de proteção integral a indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo

(PSE) de Média e de Alta Complexidades da Rede Socioassistencial. Vivenciou, no cotidiano do trabalho, desafios que exigem práticas não fragmentadas e pontuais, que sejam capazes de romper com o processo de violação dos direitos humanos e de enfrentar as diversas formas de opressão causadas pelas desigualdades sociais.

Parte, aqui, das experiências da atuação profissional com diversas populações em situação de vulnerabilidade e risco social, do trabalho realizado no Projeto Conexão Jovem, do Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR, em parceria com o Departamento de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Defesa Social, órgão da Prefeitura Municipal de Curitiba.

As ações foram desenvolvidas na Regional Matriz, no território da Vila Torres, notadamente marcado por agravado contexto de vulnerabilidade. Neste projeto, o público-alvo era o infanto-juvenil que fazia, ou não, uso de álcool e drogas, o que caracterizava um trabalho na área da Política Pública de Saúde Mental, especificamente na abordagem de Redução de Danos. A perspectiva interdisciplinar⁴ do trabalho realizado, e do qual a Musicoterapia Social (MTSo) fez parte, contribuiu para a construção de novas práticas no campo da Educação em Direitos Humanos.

A metodologia de ação envolveu uma proposta baseada no diálogo, com músicas sobre drogas. Foram utilizados quatro estilos musicais, rap, hip-hop, música eletrônica e o reggae, por serem presentes no cotidiano dos jovens do projeto. A escolha dos estilos foi criteriosa para que fosse possível estabelecer e fortalecer vínculos com estes sujeitos, dialogar sobre o período da adolescência e as perspectivas de futuro, e ampliar os sentidos construídos sobre as drogas, visto que a adolescência é uma fase importante para o desenvolvimento humano e necessita de proteção e cuidado.

Diante do cenário de violação de direitos, que favorece a situação de subalternidade⁵ gerada por processos profundos de desigualdades de diversas naturezas, os usuários dos serviços não identificam que estes processos são

familiar e/ou, comunitário. As Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) são exemplos de equipamentos que desenvolvem esta ação. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>

⁴ Equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicóloga e Musicoterapeuta).

⁵ A subalternidade está relacionada à “ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”. (YASBECK, 2009, p. 26).

coletivos e consequências de tais desigualdades, e que estas não são problemas individuais. Assim, justifica-se a realização deste estudo, considerando, ainda, as fragilidades e insuficiências das políticas públicas, a falta de profissionais para realização e a oferta dos serviços, além de sua insuficiente formação continuada. E porque tais circunstâncias geram desafios importantes como a superação de práticas imediatistas, fragmentárias, verticalizadas e superficiais, que anulam as identidades e fortalecem ideologias conservadoras.

Na linha de pensamento até aqui apresentada, cabe explicitar os fatores que envolvem a questão social, tais como as desigualdades de gênero, social, econômica, política, étnica, racial e cultural, na relação entre o funcionamento dos aparelhos do Estado e a oferta de políticas públicas para a superação dessas desigualdades. E a partir dessa análise, é oportuno contextualizar tais fatores na realidade brasileira e sugerir novas práticas, fundamentadas na Educação em Direitos Humanos e aplicáveis às políticas públicas, que têm se mostrado insuficientes para a garantia de direitos. Importante, ainda, trazer da Musicoterapia (MT), no trabalho interdisciplinar, seu potencial para contribuir para o processo de construção da autonomia e da coletivização dos processos, na perspectiva emancipatória.

Quanto aos aspectos empíricos da pesquisa-ação, foi possível sistematizar a análise de dados significativos a partir de vivências com a população em situação de rua.

A População em Situação de Rua (POP-RUA)⁶ é um grupo que retrata as expressões de desigualdade e as violações diversas. É composta por mulheres, homens, comunidade LGBT⁷ (lésbicas, gays, bissexuais,

⁶ O fenômeno social 'população de rua' constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. Sua história remonta ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa. A partir dessa época, passou a compor o cenário da vida urbana, em várias partes do mundo. Com o desenvolvimento do capitalismo, tem momentos de expansão e outros de retração. (SILVA, 2006, p. 71).

⁷LGBT (ou LGBTTT) é a sigla de **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros**, que consistem em diferentes tipos de orientações sexuais. A sigla LGBT também é utilizada como nome de um movimento que **luta pelos direitos dos homossexuais** e, principalmente, contra a homofobia. Inicialmente, o movimento era conhecido apenas por GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), porém houve um grande crescimento e as pessoas começaram a questionar as diferentes ramificações e identidades, fazendo com que o movimento adquirisse outros tipos de orientações sexuais. Aliás, o termo foi oficialmente alterado de GLS para LGBT na Conferência Nacional, realizada em Brasília, no ano de 2008. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/lgbt/>>.

transexuais), crianças e adolescentes. São vítimas de discriminação, de exclusão e da falta de atendimento de suas necessidades básicas como trabalho, transporte, saúde, alimentação, moradia e educação, além de serem expostos a maus tratos impostos por ações da polícia, da família e/ou da própria sociedade. Estas situações de violação de direitos confirmam a já referida relevância do desenvolvimento deste trabalho, que teve como foco realizar a pesquisa-ação com a POP-RUA, público vulnerável em decorrência das desigualdades sociais.

A alta complexidade que envolve a situação de rua expressa diversos tipos de danos que incidem sobre a integridade física, a social e a psicológica dos envolvidos. Logo, este contexto exige intervenções das políticas públicas sociais que potencializem ações transversais capazes de promover a transformação social, na perspectiva da autonomia, do protagonismo e do empoderamento sociais. Nesta direção, acredita-se que a Educação em Direitos Humanos é um fundamento essencial para este processo.

Os processos sócio-históricos que reproduzem desigualdades e violações de direitos humanos apontam as contradições, assim como as possibilidades de superação. É no território vivido que as desigualdades se expressam e se tornam naturalizadas. E é neste chão concreto das políticas públicas que a realidade se coloca em sua complexidade, exigindo ações metodológicas continuadas, estratégicas, planejadas e sistemáticas para o enfrentamento à questão social.

Assim, a Teoria da Soberania Clássica é composta pelas características fundamentais do direito à vida e de morte, posto que o soberano “teria o direito de fazer morrer ou deixar viver” (FOUCAULT, 1999, p. 287), visto que a legitimidade lhe era conferida pelo poder a ele outorgado. Aos demais sujeitos caberiam a sujeição ou a guerra para alcançar outros patamares de igualdade nesta disputa de poder. Esse processo expõe os corpos mais vulneráveis à situação de risco, contextualizando uma situação de racismo político, que gera o extermínio e o genocídio da POP-RUA, fortalecendo as desigualdades e a designação da sentença de morte.

Com o avanço do conservadorismo, é urgente a realização de pesquisas que sistematizem novas metodologias de trabalho com populações vulneráveis, de maneira que contribuam para a ruptura de ações conservadoras, e para

evidenciar os impactos neste cenário marcado pelas injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais. “A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente.” (IAMAMOTO, 1997, p. 22).

Por considerar as desigualdades presentes em países da América Latina, como o Brasil, e as contradições geradas por este cenário sócio-histórico marcado pela má distribuição de renda e pela dificuldade das políticas públicas de desenvolver novas práticas emancipatórias, problematiza-se investigar.

- Qual a relação entre a questão social e a realidade de populações vulneráveis?
- Como a Musicoterapia Social, em uma abordagem interdisciplinar, pode contribuir para a construção de práticas emancipatórias capaz de promover a transformação e a emancipação humanas?
- Quais os impactos que as novas práxis fundamentadas na Musicoterapia/interdisciplinaridade e Teoria Crítica dos Direitos Humanos, podem causar às desigualdades sociais e à situação de subalternidade?

Os direitos humanos não são produtos das essências. “São resultados de lutas sociais pela dignidade. Lutas que são dirigidas ao empoderamento dos seres humanos, aumentando sua potência de atuar e de reagir diante de seu entorno de relações”. (ESCRIVÃO FILHO, 2016, p. 47).

O Brasil possui uma legislação avançada em relação à Política Nacional para POP-RUA. Porém, em Curitiba, entre janeiro e dezembro de 2017, mais de 31 pessoas em situação de rua foram assassinadas, segundo informações do Movimento Nacional da POP-RUA. Neste sentido, é importante afirmar que as políticas públicas trazem à tona um regramento importante, que reconhece a necessidade do atendimento às necessidades coletivas, mas que são insuficientes para assegurar a não violação dos direitos humanos.

Neste contexto de violação dos direitos humanos das populações vulneráveis, torna-se fundamental investigar novas metodologias de proteção social, baseadas em ações político-pedagógicas que favoreçam o diálogo, a

escuta e a construção de vínculos, de maneira que sejam construídas novas tecnologias de cuidado⁸.

Com base na problemática acima apresentada, elencou-se como objetivo geral analisar a Musicoterapia Social como estratégia (ação) metodológica em Políticas públicas para o fortalecimento do trabalho com populações vulneráveis, pelo viés da Educação em Direitos Humanos.

Relacionados ao objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- contextualizar a Questão Social a partir do cotidiano dos territórios, da concepção de Estado, de Políticas Públicas e da Teoria Crítica dos Direitos Humanos;
- descrever a perspectiva teórica do trabalho da Musicoterapia Social e identificar as estratégias metodológicas interdisciplinares utilizadas com populações vulneráveis pelo viés da Educação em Direitos Humanos;
- desenvolver, na prática, as estratégias metodológicas utilizadas em Políticas Públicas e aplicadas na pesquisa-ação por meio das técnicas e métodos da Musicoterapia Social, com interlocução interdisciplinar junto às demais áreas do conhecimento.

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo foi desenvolvida uma revisão de literatura acerca dos processos sócio-históricos que reproduzem desigualdades e violações de Direitos Humanos, de forma a contextualizar a Questão Social a partir das contribuições de Cerqueira Filho (1982); de território, em Koga (2003); de lamamoto (2007); de Candau (2008); do conceito de cotidiano em Heller (2008); da concepção de Estado em Gramsci (2011), de Políticas Públicas em Boneti (2011); e da Teoria Crítica dos Direitos Humanos em Ruiz (2014) entre outros.

O segundo capítulo traz a perspectiva de trabalho da Musicoterapia Social, embasada nos referenciais teóricos propostos por musicoterapeutas de

⁸Segundo, Barros (2010), novas tecnologias de cuidado que se referem a ações desenvolvidas na área da Política Pública de Saúde Mental, têm como eixo estruturante a construção da articulação do trabalho em rede nos municípios. Além desta articulação e responsabilização dos entes federados, torna-se fundamental, nesta perspectiva, o desenvolvimento de ações inovadoras que tenham como foco a situação de vida dos sujeitos, bem como suas realidades familiar, econômica, cultural e afetiva que compõem sua rede de relações sociais.

diversos lugares do mundo. Cita-se Pavlicevic (2003), Mendoza (2005), Siccardi (2005), Cunha (2006), Guazina (2011) e Pellizzari (2011). E foi possível identificar, nos trabalhos dessas autoras, estratégias metodológicas do próprio campo, que dialogam com outras áreas do conhecimento de forma interdisciplinar e que, potencialmente, fortalecem a educação em Direitos Humanos.

Finalmente, no terceiro capítulo, é apresentada a pesquisa-ação, como metodologia para sistematização e análise dos dados coletados por meio do trabalho empírico. No que se refere às canções cantadas, foi realizada análise musicoterapêutica, baseada nas manifestações sonoras do grupo e no conteúdo ético-político, presente nas letras, somado à linguagem corporal das/os participantes. Ao todo, foram realizadas oito vivências nas quais as letras e as expressões musicais das/os participantes deram origem aos conteúdos temáticos sistematizados de acordo com a recorrência dos temas e conforme segue: Conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação; 3 - crítica social, história e contradição e 4 - autonomia, participação e protagonismo.

A pesquisa empírica está pautada no método dedutivo dialético e os procedimentos atenderam aos princípios de sigilo, definidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (CEP/PUCPR)⁹, bem como ao cuidado com a integridade dos sujeitos envolvidos.

O método dialético, pelo qual foi desenvolvido este estudo, pretende trazer à tona a realidade sócio-histórica e como esta produz contradições, por meio do conflito capital-trabalho e das estruturais formas de desigualdades relativas aos aspectos sociais, políticos e culturais que contribuem para o fenômeno 'pessoas em situação de rua'. O materialismo dialético é um método que produz conhecimento sobre a realidade, relativo à forma de produção da vida material que condiciona os processos de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser social; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

⁹ ANEXO A - Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), protocolado sob o número: 2.056.268.

Assim, espera-se que este trabalho seja uma possibilidade de contribuição na defesa dos Direitos Humanos, comprometida com a leitura e interpretação da realidade para oferta do trabalho interdisciplinar, para tornar possível o agenciamento de um mecanismo em rede que articule os diversos sujeitos coletivos em direção à Educação em Direitos Humanos.

Desta maneira, este processo coletivo de enfrentamento à questão social pode fortalecer a possibilidade de superação de todas as formas de opressão e subalternidade, avançando em patamares de dignidade, equidade e justiça social. Eis um dos desafios da sociedade atual, aos quais a Musicoterapia Social, junto às demais áreas do conhecimento, se integra como veículo de emancipação humana.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Obrigada por não considerar a gente um lixo humano e nos fazer perceber que somos úteis para alguma coisa.¹⁰

1.1 LIXO E LUXO SOCIAIS: ENFRENTAR AS DESIGUALDADES É ENFRENTAR PRIVILÉGIOS

O escopo deste capítulo é contextualizar a Questão Social a partir do cotidiano dos territórios, da concepção de Estado, de Políticas Públicas e da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Pretendeu-se focar a questão social no Brasil e sua articulação entre as ações do Estado e as Políticas Públicas, para a efetivação de tais direitos. E, ainda, demonstrar que é necessária a participação efetiva da POP-RUA, por meio da sociedade civil organizada, de forma representativa e deliberativa, para a expressão de seu caráter transformador e emancipador.

O território de vida é onde se expressam as desigualdades em sua complexidade de dimensões. Koga (2003) enfatiza que este é o espaço habitado pelos homens e que engendra saberes, histórias e a potência da vida cotidiana que se multiplica, se inventa a cada instante, concretizando a teia de relações, de vizinhança, de solidariedade e de relações de poder. Nesta direção, o território está relacionado à análise social de seu uso, no tocante às particularidades e diferenças de mobilidade e fluxo da vida em torno dos locais de moradia.

Como os territórios refletem a dinâmica da vida social, também expressam os avanços do conservadorismo, o aprofundamento das desigualdades e a fragmentação das diversas áreas do conhecimento que neles intervêm.

Diante disso, uma questão se impõe. É possível, neste contexto, investigar a relação entre a(s) questão(ões) social(ais), as desigualdades e a realidade de populações vulneráveis?

O cenário brasileiro apresenta, em sua dinâmica, a desigualdade como um dos fatores constituintes da questão social. E o conceito de questão social

¹⁰Depoimento de uma pessoa em situação de rua, após uma intervenção da **Musicoterapia** durante a realização desta pesquisa-ação.

tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção e está radicado na contradição capital-trabalho que dá a perceber um formato de sociedade moderna, dividida em classes e que, ao mesmo tempo em que produz riqueza, reproduz a pobreza e a violação de direitos pela flexibilização do trabalho. “A pobreza é um dos fatores da realidade expressa na questão social, a qual não pode naturalizar a questão das desigualdades entre os povos.” (COSTA, 2010, p. 180).

E também sobre a questão social se manifestam Iamamoto e Carvalho (1983):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO; 1983, p. 77).

O conservadorismo, elemento desse cenário, consiste em uma captura ideológica do passado que busca a implementação de um fato social fora de seu contexto de origem, ocultando as contradições presentes nas sociedades capitalistas com interesses de perpetuação regressista, complementa Iamamoto (1997), tornando-se funcional ao processo de reprodução das desigualdades, especialmente social, de gênero e racial.

Já as desigualdades são fenômenos estruturais, impulsionados por contextos conservadores e produzidos pelos cenários sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais de várias regiões do mundo. Entre estas, situa-se a América Latina, abordada pelo viés da questão social por Lima e Silveira (2016), que avaliam a flexibilização econômica e financeira como forma de diminuir as ações do Estado no atendimento das necessidades humanas, tornando-o criminalizador do ponto de vista social.

E sobre o Brasil, mais especificamente, este é marcado pela má distribuição de renda e pela dificuldade, por parte das Políticas Públicas, em desenvolver políticas afirmativas que, estrategicamente, promovam o enfrentamento à violação de direitos de populações em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ainda sobre a questão social, Iamamoto (1997) relata que, historicamente, as grandes movimentações da classe operária pressionaram o Estado, a Igreja e as classes dominantes a se posicionar a respeito desta questão.

A leitura da Igreja sobre a situação relacionava-se a questões de ordem moral e religiosa, antes de ser econômico-política. Nesta visão predominavam os princípios cristãos, assumindo ações catequéticas e não considerando matrizes religiosas africanas, entre outras culturalmente existentes no território nacional.

O Estado, promotor do bem comum, por sua vez era responsável pela manutenção do capital privado, reforçando o acúmulo do monopólio da burguesia e a função de tutela do Estado, fundamentada no assistencialismo e na cultura do favor e da ajuda.

Ações pautadas em ideologias assistencialistas compõem um cenário de práticas que se colocam como desafio para emancipação humana. Estas trazem à tona um conjunto de ações, pensamentos e sentimentos externos ao indivíduo e que lhes são impostos pela sociedade, como uma forma de dominação de ordem social que, naturalizada, gera desigualdades e violação de direitos, incorporando o modo conservador de pensar o fato social. “Os conservadores são profetas do passado”. (IAMAMOTO, 1997, p. 22).

O modo conservador, como já referido, é, portanto, expressão da ideologia de uma classe no poder, que opera em favor da opressão, manifestada na dinâmica social como uma forma de coerção e dominação. Ideologicamente, representa um desafio para a universalização e o atendimento das consequências da questão social, como a situação de pobreza, pois impõe à sociedade modelos culturais conservadores que reforçam o poder de dominação de determinadas classes sociais. De acordo com o pensamento conservador, os problemas sociais são vistos como se fossem do indivíduo e não da sociedade. Nesta visão, nascer pobre ou rico é uma questão de sorte, e por conta disso é natural que alguns sejam mais vulneráveis do que outros, isentando o Estado das responsabilidades acerca do provimento dos direitos humanos fundamentais.

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempos de capital fetiche. (IAMAMOTO, 2007, p. 156).

Enfrentar as desigualdades é enfrentar os privilégios decorrentes das contradições entre os mais e os menos favorecidos. As desigualdades não são frutos do acaso e não são naturais. São produzidas pelo capitalismo, em um jogo de forças que tem seus valores situados no acúmulo do capital e não na manutenção da vida.

Cerqueira Filho (1982) chama a atenção para um aspecto da questão social que remete aos aparelhos repressivos de Estado. “Isto define a “questão social” como uma “questão de polícia” que, sem deixar de ser política passa a ser resolvida com predomínio de uma de suas dimensões, a repressão efetiva, prática.” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 28).

As desigualdades, conforme vêm sendo descritas até aqui, são encontradas sob outros formatos como é possível verificar a seguir. Após os impactos da Segunda Guerra Mundial e o crescimento das sociedades ocidentais capitalistas, foi disseminada a ideia de sociedades civilizadas, em que reinavam a paz e a igualdade, e se buscava a eliminação das desigualdades sociais, impactando na análise sobre desigualdades relativas à noção de meritocracia. Loïc Wacquant (2001), sociólogo francês, analisa no fenômeno socioespacial urbano, a marginalidade avançada que gera um mecanismo excludente de exílio territorial.

O autor chama atenção, em sua análise, para o fato de que semelhanças são forjadas entre realidades diferentes, referentes à exclusão urbana em grandes metrópoles. Argumenta que:

[...] um novo regime de marginalidade urbana está em curso desde o encerramento da era fordista, definida pela padronização da produção industrial, pelo consumo de massa e por um contrato social keynesiano que amarra todos sob a tutela do Estado de Bem-Estar Social. (WACQUANT, 2001, p. 8).

Costa (2010) destaca que, historicamente, o Brasil é resultado de uma estrutura social baseada nos modelos escravista, industrial, fordista e taylorista, que produzem riquezas na mesma medida em que reproduzem padrões de desigualdades que mantêm parte de sua população em situação de pobreza.

Os fatores estruturais que interferem nesta situação são a má distribuição de renda numa estrutura tributária progressiva, falta de reforma agrária, de investimento em políticas públicas sociais e democratização do poder político. O cenário de concentração do poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite tem levado ao agravamento da questão social.

Costa (2010) afirma, ainda, que a Constituição Brasileira (1998) também conhecida como cidadã, inaugurou novas responsabilidades estatais. Entre elas está o Pacto Social que partilha compromissos dos entes federados ao enfatizar a primazia do Estado na garantia da dignidade humana.

O momento histórico do país, notadamente os anos 2016 e 2017, tem acentuado a violação do Pacto Federativo, ao realizar cortes de orçamentos nas políticas públicas, permitir desmontes dos projetos, programas e sistemas estatais responsáveis pela operacionalização dos serviços públicos. Coloca, dessa forma, em ameaça, a continuidade do atendimento da população em geral, causando agravamento da pobreza e da violação de direitos.

A pobreza, neste cenário, carece de uma problematização direcionada à retomada da universalização dos direitos, defendidos e declarados pela Constituição de 1988, que não a reduza a uma situação individual, e vista apenas como uma categoria de análise da questão social, pois ela é multideterminada.

As políticas públicas brasileiras de combate às drogas são outro exemplo da ação criminalizadora assumida pelo Estado. A guerra às drogas muda o foco da política, o de atender as necessidades das pessoas, questão social e aspecto central do problema, para enfrentar a droga em si, contribuindo para o agravamento das desigualdades e desconsiderando todo o cenário histórico e cultural em que vivem as populações vulneráveis, desprovidas de condições basilares de dignidade humana. Hart (2015) afirma que a política proibicionista de guerra às drogas é ineficiente e contribui para reforçar a discriminação racial e a exclusão social e econômica, de maneira que o Estado, ao negar os direitos humanos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho e renda potencializa o extermínio, inclusive, do público infante-juvenil negro e pobre.

No cenário contemporâneo se evidencia o “aprofundamento das desigualdades, em suas múltiplas manifestações, mediadas por disparidades

nas relações de gênero, características étnico-raciais, orientação sexual, entre outras, oferece limites na materialização de direitos.” (LIMA, SILVEIRA, 2016, p. 149). O fenômeno POP-RUA é a materialização destes limites, promovida pelas desigualdades sociais, em sua expressão concreta de violação de direitos humanos.

1.2 DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES SOCIAIS: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O seu problema estético está muito aquém do problema ético que é essa estética no centro de uma cidade rica como São Paulo (...) a minha vontade de chorar não é de raiva de você não, é de tristeza da possibilidade de ter uma pessoa tão limitada, tão limitada com relação a compreender o outro, com um poder tão grande, que é o de ser prefeito de São Paulo. O senhor tem um poder muito grande na sua mão, quanto maior o seu poder, maior a sua responsabilidade, consigo e com os outros. Então eu peço a sua ajuda para nós podermos conseguir, não uma saída, mas um caminho digno. Esteticamente também, eu gostaria de poder andar mais bonito, tá?! Mas existem coisas mais importantes antes disso!
(Depoimento de Pedro)¹¹.

O trecho acima foi escolhido por ser potente para comprovar a existência da contradição contida no fenômeno chamado vulnerabilidade social - riquezas presentes no cotidiano marcado por profundas desigualdades. O depoimento de Pedro¹² foi gravado pouco tempo antes de seu internamento e posterior óbito, pela Craco Resiste (2016)¹³. Optou-se por trazer esta fala, com o intuito de não reduzir a complexidade que envolve o fenômeno POP-RUA.

O perfil do público da POP-RUA apresenta dados reveladores de um cenário sócio-histórico marcado por desigualdades profundas retratadas por um cotidiano assinalado por intensa violação de direitos que, por sua vez, produz condições de subcidadania. São pessoas que vivem nos grandes centros urbanos, notadamente marcados pela expressão máxima da exclusão e desigualdade social.

O crescente processo de urbanização acarretou profundas transformações no estilo de vida das pessoas, de maneira que: “A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num

¹¹ Pedro é o nome fictício de um homem em situação de rua atendido por uma organização não governamental chamada Craco Resiste, que desenvolve ações com pessoas que fazem uso de álcool e drogas, no estado de São Paulo.

¹² Todos os nomes dos indivíduos participantes e citados neste trabalho são fictícios.

¹³ O depoimento na íntegra pode ser visualizado no link:
<<https://www.youtube.com/watch?v=RDJHmf6kBW8>>.

mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana”. (HARVEY, 2012, p. 81).

Harvey (2012) discute o conceito de direito à cidade, a partir daquilo que foi estabelecido por Lefebvre, “para examinar o papel desempenhado pelo espaço urbano como canal de absorção de capital excedente ao longo da história” [...]. (HARVEY, 2012, p. 73). O direito à cidade, atrelado às questões que envolvem a população em situação de rua, reforça a necessidade da participação nos espaços de controle social, para que as pessoas nessa situação tenham mais condições de acesso aos bens produzidos socialmente na cidade para que o espaço urbano não seja uma mercadoria, mas um lugar que possibilite a todas/os condições de cidadania e pertencimento.

“Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade”. (HARVEY, 2012, p. 86). Os despossuídos desse direito bem como do acesso aos bens produzidos no espaço urbano, contraditoriamente vivem nos grandes centros urbanos em situação de intensa pobreza e desigualdade. Por tais fatos, o MNPOP-RUA defende o direito à moradia como fundamental para a superação da situação de rua, visto que existe grande quantidade de imóveis desocupados e grande contingente de pessoas em situação de rua. Essa equação precisa ser mais equilibrada, de maneira que a cidade possa funcionar como um corpo político coletivo que cumpre com sua função social.

Há, entretanto, movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores, que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento. (HARVEY, 2012, p. 82).

A falta de acessos às Políticas Públicas e aos bens produzidos socialmente, e a desigual distribuição de renda produzem no território de vida das pessoas, situações de risco e vulnerabilidade social. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), mesmo não trazendo uma definição explícita sobre vulnerabilidade, aponta que:

[...] situações de vulnerabilidade podem decorrer: da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado. (BRASIL, 2012).

De acordo com o conceito trazido, a vulnerabilidade social compõe uma parte do cenário relacionado à estrutura social de países como o Brasil, com uma trajetória histórica marcada por diversas formas de opressão e desigualdades sociais, políticas econômicas e culturais que geram a violação dos direitos humanos.

A Política Nacional para POP-RUA, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, é um marco da ousadia e determinação de um povo que vive em busca de sobrevivência, dignidade, reconhecimento, visibilidade e respeito. A presença dessas pessoas nos grandes centros urbanos expressa as contradições da política nacional pela materialização do direito previsto no marco legal.

Somos¹⁴ ainda vítimas do atual sistema político, que, na cegueira do capital, tem produzido milhares de novos moradores de rua a cada ano, pois, à medida que as novas tecnologias substituem o trabalho feito por operários e/ou camponeses, surgem novos desempregados que, ao não conseguirem novo emprego, inevitavelmente, irão para rua, onde ficarão vulneráveis à bebida, às intempéries, podendo sofrer traumas causados por essa situação. Somos, por fim, um povo sonhador, que acredita em um amanhã melhor, que aposta no país e que, por acreditar, mantém acesa em si a esperança. (BRASIL, 2009).

A vida que se expressa no cotidiano da vida nas ruas é reveladora da dinâmica de territórios vulneráveis, gerados por um sistema político-econômico excludente. Enfrenta diariamente a exclusão, a falta de acesso aos seus direitos e os vários estigmas que evidenciam o preconceito como sintoma que alimenta a intolerância e o ódio da sociedade.

As multideterminações que geram a POP-RUA e a violação de todos os direitos humanos desta população associam-se a inúmeros fatores relativos à negligência de um Estado em disputa que opera, trazendo à tona, as

¹⁴ Depoimento de uma pessoa em situação de rua, abordada durante a realização da Pesquisa Nacional sobre POP-RUA (2011).

contradições de diferentes projetos societários, frutos das arenas em debate pelo poder em seu interior.

Na rua temos contato com perfis bastante variados de pessoas. Entre eles, encontram-se os adolescentes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o álcool é a substância psicoativa mais consumida por crianças e adolescentes, e o início do uso de cigarro e outras drogas também ocorre predominantemente nesta fase. (COSTA e COSTA, 2015, p. 35).

A POP-RUA é constituída por um público heterogêneo, que enfrenta diversas formas de vulnerabilidade, notadamente marcada pela violação de direitos relativa a gênero, infância e juventude, LGBTfobia, ausência das diversas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, habitação, higienização, trabalho e renda, justiça e outras.

O público infanto-juvenil representa uma parcela do público que forma a POP-RUA, e é importante considerar que, neste caso, “a adolescência é um momento da vida bastante delicado, apresentando riscos específicos em relação ao uso de drogas, riscos que tomam forma a partir de diferentes sentidos atribuídos ao próprio ato de usar drogas”. (COSTA, 2015, p. 36).

A complexidade que envolve cada momento da vida, como a fase infanto-juvenil, por exemplo, é agravada pela situação de rua, pois os adolescentes ficam expostos a álcool e drogas, sendo que o uso abusivo dessas substâncias é transversal e não determinante desta situação, porque justamente decorre das desigualdades e não especificamente das drogas, lícitas ou ilícitas, em si.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos das crianças e adolescentes, uma vez que estão em fase importante do seu desenvolvimento biopsicossocial e em processo de formação da personalidade. E a falta dessa garantia contribui para que estes, ainda despreparados do ponto de vista da maturidade física e emocional, fiquem ainda mais vulneráveis:

A falta de amparo e a necessidade de ter que se afirmar socialmente na conquista de necessidades básicas, por exemplo, pode colocar o uso de substâncias como um meio de pertencimento em determinado grupo, assim como aliviar possíveis angústias relacionadas ao movimento de estar na rua. (COSTA, 2015, p.36).

A falta de efetividade das Políticas Públicas para esta população reflete sobre a questão da habitação, um dos problemas centrais, pois a falta desta implica na falta de acesso à saúde, trabalho e renda, justiça. No Brasil existe a Política Nacional para POP-RUA que, no seu Art. 5º prevê, além da igualdade e equidade, alguns outros princípios:

I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2011).

A Política Nacional para POP-RUA é a expressão da conquista de um longo processo de lutas e invisibilidade da realidade marcada por contradições, vulnerabilidades e violações de direitos vivenciados cotidianamente por este público. Embora exista uma Política Pública voltada ao atendimento desta população, é fundamental uma ação intersetorial entre as Políticas Públicas sociais, com foco na eficácia e efetividade do atendimento desta população, de maneira que a efetivação desta política não seja uma operacionalização de ações disciplinadoras que anulem as subjetividades. Em complemento, Silva (2006) traz que:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo. (SILVA, 2006, p. 95).

A POP-RUA é um fenômeno produzido pelas sociedades capitalistas e relacionado às desigualdades territoriais. O Brasil é constituído por “uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas que geram um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais”. (CHAUÍ, 2001, p. 123).

A alta complexidade que envolve o cotidiano da POP-RUA expressa concretamente a realidade urbana dos “territórios brasileiros que particularizam desigualdades determinadas historicamente pelo processo de colonização e de acumulação da riqueza, com desigual acesso a renda, riqueza e bens produzidos socialmente”. (SILVEIRA, 2016, p. 1). Isto particulariza os fluxos de mobilidade humana que ocupam a cena pública das cidades, desafiando consensos relativos ao direito à cidade.

Segundo documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, “trata-se do grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular”. (BRASIL, 2011, p.5).

Conforme os dados da pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), (BRASIL, 2011), no município de Curitiba há 2.766 pessoas em situação de rua. A Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS, 2016), que é a gestora da política pública de assistência social no município, também realizou uma pesquisa com esta população, e o levantamento revelou uma quantidade de 1.715 pessoas, identificadas no período de março a abril de 2016. O MNPOP-RUA afirma que há 5.000 pessoas nesta situação no município, após pesquisa realizada em 2015.

As divergências nos dados de fontes diferentes podem ter ocorrido em função dos critérios utilizados para o levantamento, porém não será o foco desta pesquisa aprofundar tal análise para identificar o fator que levou a tais diferenças, pois se distancia dos objetivos aqui propostos. Serão considerados, contudo, os dados levantados pelas três pesquisas, pois o foco aqui não é apontar especificamente a quantidade, mas a análise resultante das pesquisas de forma que elas sejam complementares. Segundo dados apresentados pela pesquisa nacional desenvolvida pelo MDS (BRASIL, 2011), em relação à POP-RUA, é possível observar:

Altos índices de discriminações sofridas pelas pessoas em situação de rua ao serem impedidas de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos etc. A grande maioria (95,5%) não participa de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possuem quaisquer documentos de identificação; a maioria (61,6%) não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto; 29,7 % afirmaram ter algum problema de

saúde; 19% não conseguem se alimentar todos os dias. (BRASIL, 2011).

A pesquisa nacional aponta que 70,9% da POP-RUA exercem algum tipo de atividade remunerada, dado que revela equívoco na percepção de que esta população é composta unicamente por “mendigos” ou “pedintes”. Somente 15,7% dos entrevistados informaram que pedem dinheiro como meio para sobreviver. Já 1,9% afirmou estar trabalhando com carteira assinada, 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana. E quanto à escolaridade, 63,5% não concluíram o 1º grau e 95% não estudavam na época da pesquisa.

Vários dos avanços no atendimento à POP-RUA se deram pela visibilidade das violações de direitos sofridas na Chacina da Praça da Sé, no estado de São Paulo, em 19 de agosto de 2004, quando sete moradores de rua foram brutalmente assassinados. Conforme aponta a pesquisa desenvolvida pelo MDS (2011), este episódio tencionou o rompimento com a “invisibilidade social”, vivenciada por esta população e contribuiu para a organização e o surgimento do MNPOP-RUA naquele mesmo ano. Este movimento, desde então, tem se constituído como um espaço de mobilização, debate, reflexão e encaminhamento das demandas desta população muitas vezes de forma deliberativa.

Para isso, de acordo com Carballido, os Direitos Humanos devem ser lidos e interpretados como um campo em disputa que abriga distintos paradigmas. Ao referir-se à Teoria Crítica, o autor argumenta que os Direitos Humanos representam uma “aposta teórica e política para tornar efetivo o potencial emancipador que subjaz à narrativa dos direitos humanos como produto histórico das lutas dos povos em busca de sua libertação”. (LIMA e SILVEIRA, 2016, p. 151).

Vários desafios, como a insuficiente articulação em rede e o envolvimento de diferentes atores no enfrentamento da violação dos direitos humanos, colocam-se no cenário das Políticas Públicas para o atendimento a populações vulneráveis. Mas o enfrentamento destes obstáculos é um percurso a ser trilhado por toda sociedade civil organizada para que, por meio dos movimentos sociais, esta incorpore seu papel transformador.

Segundo a Pesquisa Nacional de 2011, mais da metade da POP-RUA exerce algum tipo de trabalho sub-remunerado. Em função dos baixos salários e da longa permanência nas ruas, esta população encontra dificuldades em

superar este cotidiano, notadamente marcado pelas profundas formas de opressão e violência. Com o avanço do conservadorismo, da intolerância e do desmonte das políticas públicas sociais e em direitos humanos, por meio da redução do orçamento público para a manutenção dos serviços destinados a esta população, é urgente fortalecer uma cultura de direitos, por meio de organizações, participações, deliberações coletivas em defesa dos direitos humanos, pela manutenção da vida e construção de sociedades humanamente solidárias.

Cita-se a pesquisa de Yazbek (2009), que problematiza o lugar dos usuários da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e traz importantes contribuições com o depoimento destes, tendo constatado o processo de reprodução da subalternidade e o desafio do trabalho social com este público, pois a vulnerabilidade aprofunda os processos subjetivos de dominação e opressão, implicando na relevância da construção de espaços educativos que transcendam aquela condição. A autora conclui que no caso da Política Pública de Assistência Social, embora procure atuar fortalecendo o protagonismo, ainda é um desafio superar a tutela e a dependência dos usuários.

Sobre isso, Cerqueira Filho se posiciona dizendo que “quando utilizamos a expressão tutelar para definir um possível conteúdo de discurso populista, o que pretendemos é ressaltar o controle estrito que as classes dominantes mantêm sobre os setores dominados”. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 179). Em contrapartida, Costa diz da importância da autonomia “[...] enquanto capacidade de ampliação das escolhas humanas, inclusive com o desenvolvimento das condições objetivas, suficientes para a superação da pobreza”. (COSTA, 2010, p. 178).

Assim, “autonomia só existe em condições de liberdade e não no reino das necessidades”, conforme argumenta Souza (2002, p. 174).

A ideia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isso é a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. (COSTA, 2010, p.178).

A Política Pública para POP-RUA que é fruto de luta pelo reconhecimento de uma cultura de direitos, traz consigo, portanto, as inúmeras contradições do cenário político ideológico brasileiro. E por conta disso evoca a necessidade do fortalecimento de movimentos de luta pela liberdade, como condição fundamental para conquista da autonomia e da participação cidadã.

1.3 ESTADO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A sistematização histórica construída sobre a concepção de Estado é necessária para contextualizar as Políticas Públicas e seu funcionamento. Os conceitos que fundamentam as concepções de Estado são distintos historicamente e compõem ideologias presentes em arenas de poder e implicam em concepção de mundo. “Tal concepção de mundo responde a problemas concretos postos pela realidade que são bem determinados e originados na sua atualidade”. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 22).

Pereira (2009) argumenta que o pensamento liberal supõe um Estado neutro, não condicionado pelo poder econômico, e expressa a vontade geral. O Estado é promotor do bem comum, pairando acima dos conflitos de classe e da realidade sócio-histórica. Esta visão separa a sociedade civil da política. Com este pensamento surgiu, na Idade Média, o estado Moderno quando ocorreu o desmoronamento do mundo feudal. A primeira forma de Estado Moderno foi Absolutista, com o poder concentrado nas decisões da burguesia. O liberalismo era uma forma de expressão do pensamento burguês e, ao mesmo tempo, um instrumento para edificar o pensamento capitalista.

Já a tendência de inspiração marxista contemplava uma análise do Estado Capitalista marcado por desigualdades e conflitos que fazem parte do próprio sistema, dada a natureza de classes desse tipo de organização. Surge, com esta visão, uma crítica do Estado.

Já Gramsci (2000) chama atenção para uma concepção de Estado Ampliado, que é uma das mais aceitas na atualidade, pois se trata de um conjunto formado pela sociedade civil bem como pela política, que abrange tanto a hegemonia quanto a coerção ligada ao poder exercido através das leis institucionalizadas no seio da sociedade. A hegemonia compreendida como ““direção intelectual e moral”, incorpora uma dimensão educativa, na medida

em que a formação de uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 49).

O Estado é constituído por um conjunto de normas, regras e valores relacionados à formação social. No caso brasileiro, possui um legado histórico de patrimonialismo, clientelismo e autoritarismo. Poulantzas (2000) defende o Estado enquanto uma condensação material de relação de forças, o que significa entendê-lo como um campo e um espaço estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que se articulam e que apresentam contradições em relação um ao outro.

O embasamento de conceito de Estado ampliado ganha sustentação no pensamento gramsciano a partir de sua teoria da revolução. Montaño e Duriguetto (2011) fundamentam a discussão sobre Estado, focalizando que o século XX é o espaço temporal em que Gramsci se debruça para pensar o capitalismo na fase monopolista. O teórico se propõe a pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado a partir de situações históricas concretas, na Itália, e também em outras sociedades de seu tempo. “Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 43).

As diversas dimensões da vida social articulam mecanismos institucionais e formas de organização coletiva da sociedade que são contraditórios, pois embora sejam capazes de promover o enfrentamento às disparidades sociais na medida em que ampliam as possibilidades de ação do Estado por meio da sociedade civil, reforçam inúmeras vezes o papel repressivo do Estado ao servir os interesses das classes dominantes.

Para Gramsci, a sociedade civil é formada por uma rede de organizações sociais que trata como “esferas sociais (que) são espaços em que as classes organizam e defendem seus interesses, que confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar a hegemonia”. (*Ibid.*, 2011, p.43).

É que, para Gramsci, com a socialização da política, o Estado se amplia, incorporando novas funções, e incluindo no seu seio as lutas de classes; o *Estado ampliado* de seu tempo e contexto, preservando

a função de coerção (*sociedade política*) tal como descoberta por Marx e Engels, também incorpora a esfera da sociedade civil (cuja função é o consenso). (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 43).

É no espaço da sociedade civil, formada por uma rede de representação de diferentes grupos sociais, que se torna plausível analisar as possibilidades de participação dos movimentos organizados da população nos mecanismos de intervenção no Estado. Desta maneira, considera-se que tal participação pode ser um mecanismo baseado em princípios contra-hegemônicos.

Para Gramsci, o Estado não era somente o aparelho repressivo da burguesia; ele principalmente incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. E hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num consenso e aceitação dos setores subalternos. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 45).

A participação/representação social da população em espaços decisórios engendra caminhos para vocalização/encaminhamentos e deliberação sobre as diversas formas de violação de direitos enfrentadas por populações vulneráveis. Movimentar-se nesta direção enquanto sociedade significa expressar a realidade em sua dinâmica concreta, repleta de contradições e desafios.

Para Gramsci, a constituição de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa “preparação ideológica das massas”, uma construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova forma de pensar (“reforma intelectual e moral”). Nesse sentido a hegemonia, como “direção intelectual e moral”, incorpora uma *dimensão educativa*, na medida em que a formação de *uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia*. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 49).

Assim, o conceito de sociedade civil para Gramsci é fundamental em sua teoria da hegemonia, uma vez que sociedade civil é um espaço privilegiado de disputas entre diferentes projetos societários. Também possui condições históricas para alavancar processos contra-hegemônicos e é capaz de enfrentar as diversas formas de opressão vivenciadas por populações em situação de risco e de violação de direitos humanos, presentes em momentos de crise e intolerância.

A sociedade civil serve para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. (NOGUEIRA, 2003, p. 186).

Ocupar este espaço de disputa na arena do Estado, no campo da sociedade civil, é fundamental para efetivar direitos conclamados pela sociedade, impactando, de forma democrática e deliberativa, as estruturais formas de desigualdades. Investir em processos educativos de transformação da sociedade traz a possibilidade de se construir, com legitimidade, as “representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para [...] transformá-lo”. (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Interessante, aqui, ampliar a visão e o entendimento acerca das políticas públicas. São ações que nascem das demandas da população; logo, são estratégias de atendimento das necessidades humanas que se tornaram responsabilidade estatal. Por esse viés, é fundamental que a população se organize nos espaços de organização coletiva, por meio dos movimentos sociais, e ocupem esses espaços para além da participação e, efetivamente, tenha condições de pautar as agendas de construção das políticas, de forma a poder deliberar sobre elas.

Gohn (2010) apresenta um painel temático e histórico dos Movimentos Sociais no Brasil e aponta, criticamente, seu caráter emancipatório ou conservador como aspectos relativos às mobilizações da sociedade civil, sendo essas estratégias hegemônicas ou contra-hegemônicas. A autora propõe:

[...] imaginem telas de um filme sendo abertas, sequencialmente, descortinando cenários de sujeitos em movimento [...] A meta perseguida neste desfilar de cenas, cenários e paisagens é a de que se possa fazer um balanço das ações coletivas expressas em movimentos sociais que tanto podem ter caráter emancipatório e transformador, como meramente integratório e conservador. (GOHN, 2010, p. 08).

A sociedade civil não deve ser um terreno de iniciativas “privadas”, mas de possibilidades de ampliação da “função estatal”, na medida em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade [...]”. (GRAMSCI, 2000, p. 225). Assim, as políticas públicas são modos

ampliados da ação estatal nos territórios, e os Movimentos Sociais representam estratégias de transformação social, visto que são esses que produzem tensionamentos na arena política capaz decidir sobre os rumos das políticas públicas.

Cada política pública possui um objeto de intervenção específico, gerando maior especialização em cada campo de intervenção. Com isso, surge um grande desafio, o de fortalecer e articular uma rede de serviço que atenda seres humanos, o que reforça a ideia de que o “conceito de integralidade permite pensar o sujeito na sua totalidade, mesmo que não seja possível responder a todas as suas demandas”. (BRASIL, 2012, p. 89).

Frey (2000) sistematiza, em sua análise sobre o ciclo de políticas públicas, as fases de formulação, implementação, avaliação e monitoramento. O funcionamento deste ciclo é movido pelas demandas sociais que se tornam políticas públicas quando um tema está na agenda da política e, por decisão dos gestores e atores políticos desta arena, compõem um processo de conflito e consenso.

Em relação ao Estado é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (BONETI, 2011, p. 17-18).

Em complementaridade, Sposati (1988) afirma que, no caso das políticas sociais, são ações do Estado em resposta às contradições das relações capital-trabalho. Neste sentido, é importante que sejam problematizadas as funções do Estado e da sociedade nos rumos da política pública, considerando as desigualdades estruturais do contexto latino-americano, que geram a violação dos direitos humanos e produzem pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Para isto, a participação cidadã é um caminho de disputa de poder e de organização social, previstos e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Há várias possibilidades de participação social, no Estado democrático de Direito, como conferências, conselhos gestores e audiências públicas. São

espaços onde deve ocorrer a participação paritária entre poder público (representantes do governo) e sociedade civil (representantes das organizações não governamentais).

A participação cidadã é uma estratégia de disputa de forças hegemônicas institucionalizadas e de organização social, previstas e asseguradas pela Constituição Federal de 1988, “enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão da política, com caráter democrático e descentralizado.” (BRASIL, 1988). Lima e Silveira vão além, reforçando a importância do papel dos movimentos sociais.

Neste cenário de erosão dos direitos coletivos, os movimentos sociais assumem papel relevante desde que mostrem-se capazes de reconhecer o potencial político emancipador dos direitos humanos, pela participação social e ampliação do próprio Estado, *repolitizando* sua práxis. (LIMA e SILVEIRA, 2016, p. 151).

Historicamente, este modelo participativo “exigiu a descentralização da gestão, de modo a possibilitar o exercício do controle social popular”. (SPOSATI, 2011, p. 107). As consequências desse processo ocorreram na minimização das responsabilidades estatais de maneira contrária à ampliação dos mecanismos de intervenção do estado com a participação popular.

A forma como este modelo de participação social opera na atualidade, pautado na representatividade, pode gerar a reprodução das desigualdades, quando não pressupõe mecanismos efetivos de formação política e garantia da participação daqueles com dificuldades de acesso ao espaço deliberativo.

A participação restrita a um grupo de privilegiados pode gerar um processo de elitização desses espaços, bem como tem o potencial de reforçar e reproduzir desigualdades se essas instituições somente promovem as vozes e valores daqueles que são mais articulados e facilmente acessíveis na comunidade. (EVERSOLE, 2003, p. 98).

A democracia deliberativa é um mecanismo interessante no sentido de envolver a população para a expressão da soberania popular nas deliberações coletivas. Estas devem ser compartilhadas em todas as fases do processo entre todos.

O ideal de soberania popular: enquanto expressão da deliberação de todos - mediante o conceito de democracia deliberativa [...] A teoria democrática deliberativa afirma que o processo de decisão do

governo tem de ser sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. (FARIA, 2000, p. 47).

O conceito de democracia discursiva/deliberativa, ao contrário da teoria democrática convencional em que "o fundamento do governo democrático se dá por meio do voto e da teoria do discurso" (FARIA, 2000, p. 48). A autora compreende que o voto não é suficiente para legitimar a democracia e que outros fatores precisam ser considerados, como a teoria do discurso, em que vence quem tem o melhor discurso. Assim, a formação política e o processo educativo de transformação social são primordiais para a vitalidade da democracia e seus mecanismos de participação.

Faria (2000), fundamentada na Teoria da Democracia Deliberativa de Habermas, defende o processo democrático como um conjunto de ações, como pragmatismos, discursos de autocompreensão e de justiça, necessárias para se efetivar a democracia, onde as razões da prática ética e concreta estão atreladas às bases de procedimentos para a comunidade produzir regras do discurso, necessárias para socialização da comunicação.

Assim, embora a participação cidadã por meio do modelo de gestão participativa seja um avanço para democracia, sabidamente ela não garante direitos historicamente conquistados. Nesta direção, as políticas sociais fundamentadas na Teoria Crítica dos Direitos Humanos são estratégias de efetivação dos direitos fundamentais por meios republicanos.

As políticas sociais brasileiras, e, nelas as de assistência social, embora apresentem a finalidade de contenção da acumulação da miséria e sua minimização da ação de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não dão conta deste efeito. Constituídas na teia dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras têm conformado a prática gestonária do Estado, nas condições de reprodução da força de trabalho, como favorecedoras, ao mesmo tempo, da acumulação da riqueza e da acumulação da miséria social. (SPOSATI, 1988, p. 11).

De acordo com contribuição de Sposati, há conflitos na relação capital-trabalho, e as desigualdades sociais são uma das consequências deste conflito que favorece o surgimento de necessidades humanas. E estas são expressões reais dos direitos humanos que precisam ser defendidos e assegurados na perspectiva da cidadania ampliada. As políticas públicas

podem ser vistas do ponto de vista da Ciência Política, da administração pública ou do pensamento social. Este último significa a perspectiva das “necessidades das pessoas.” (GALLARDO, 2014, p. 112).

Considerar o contexto social bem como o funcionamento dos aparelhos do Estado e das políticas públicas é essencial para desenvolver intervenções voltadas ao atendimento das necessidades humanas. A democracia deliberativa possui estratégias que podem corroborar avanços positivos neste sentido, como a possibilidade de qualificação dos serviços públicos, a partir da participação e deliberação da população nos campos de disputa.

1.4 DIREITOS HUMANOS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E POLÍTICOS

A luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e a justiça.
(FLORES, 2008, p. 8).

A constante violação de direitos vivenciada por populações vulneráveis é uma situação que se constrói socialmente, a partir de uma lógica circunstancial de desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais que promovem a opressão de milhares de pessoas. A promoção de uma cultura em direitos humanos coloca-se, nestes cenários de violações, como uma possibilidade de enfrentamento e empoderamento dos sujeitos para conquista da emancipação humana.

O conceito de ser humano como fundamento de atribuição de direitos a partir da igualdade e diferenças pode ser pensado como em Barros (2014), que analisa criticamente a questão das diferenças e desigualdades no Brasil. Partindo de uma contextualização histórica, e aprofundando a forma como surgiu o conceito a respeito da igualdade e diferenças e igualdade x desigualdades, o autor argumenta: “Em determinado momento de nossa história, a construção social da cor da pele esteve associada a um sistema impositivo de desigualdades sociais”. (BARROS, 2014, p. 7).

O autor chama atenção para a questão do racismo que, historicamente, produziu violações de direitos relativos, neste caso, associados à cor da pele. O preconceito é um tipo de racismo e, em sua natureza discriminatória, junta-

se a tipos de violência como a de gênero entre outros, relativos a ideologias que constituem o imaginário sociocultural que considera o diferente de si como inferior.

De acordo com Barros (2014), as diferenças são inerentes à vida humana; o reconhecimento delas é que possibilita a construção de patamares de igualdade, uma vez que esta não é algo dado naturalmente. Para ele, a igualdade se “relaciona horizontalmente com a diferença, em uma coordenada dos contrários que se refere ao plano das essências”, ao mesmo tempo em que se relaciona diagonalmente com a “desigualdade em um eixo de contradições que se refere ao plano das circunstâncias”. (BARROS, 2014, p. 26).

A violência de gênero e a de raça, atreladas às diferenças e desigualdades que operam em meio ao contexto social cultural, são consideradas por Barros (2014) como uma forma de *diferença* - homem e mulher; negro e branco - que impõe um tratamento *desigual* e *discriminatório*. São um tipo de discriminação racial e de gênero. Segundo sua análise, a discriminação não é dirigida apenas a uma pessoa, mas a um grupo humano caracterizado como diferente, e esta diferença pode ser considerada sob diversos aspectos: econômico, cultural, político, étnico, racial, de gênero entre outros. Entende-se que as diferenças são socialmente percebidas e produzidas por um sintoma social que reforça os estigmas que a sociedade não conseguiu eliminar na direção de uma educação cultural para autonomia.

As contribuições da análise proposta por Barros (2014) vêm ao encontro da perspectiva de trabalho aqui defendida pela pesquisa-ação, na medida em que fundamenta ações capazes de identificar as trajetórias de vida da POP-RUA, reconhecendo que se nasce humano e não pessoa de rua, e aprende-se a enxergar um ser humano como homem ou mulher, negro ou branco, pobre ou rico. E esta forma de pensar é construída socialmente e opera de acordo com as ideologias dominantes. “Trata-se apenas de certa maneira de ver as coisas, e pode ser empregada para libertar ou para oprimir, para fazer arte ou para impor destruição”. (BARROS, 2014, p. 12).

Ainda segundo Barros (2014), a construção social da cor é entendida como uma complexa história de construção e percepção social das diferenças relacionadas à cor da pele, e foi incorporada, a princípio, como elemento

fundamental no interior de um cruel sistema de sujeição e domínio sobre toda uma parcela da humanidade,

Em contrapartida, a mesma “construção social da cor” começou a ser incorporada aos mecanismos formadores de identidade, de forma a criar resistência contra as desigualdades sociais impostas por este sistema e por seus desdobramentos, já no período subsequente à abolição da escravatura. Segundo uma pesquisa desenvolvida pelo MDS, (BRASIL, 2006), e não por acaso, 81,2 % da POP-RUA é constituída por homens negros.

Sobre os Direitos Humanos, já sob a perspectiva da Teoria Crítica, é possível afirmar que são:

[...] históricos – o que implica localizá-lo no tempo e na conjuntura para uma opção consciente de que elementos se defende serem fundamentais para sua justificação, existência e efetiva implementação. A busca por sua efetivação envolve interesses de classes sociais e segmentos a elas internos. Sendo assim, estes interesses distintos e diversos levam a que direitos humanos sejam resultados de lutas sociais e de conflitos entre distintos sujeitos sociais, perspectivas políticas e ideológicas (inclusive de conservadoras ou reacionárias) e, inclusive, de ações de poderes instituídos (para garantir ou violar direitos). (RUIZ, 2014, p. 240).

Em complementaridade, Candau (2008) pontua algumas questões relacionadas aos aspectos culturais na atualidade, referentes à discussão sobre Direitos Humanos. Ressalta-se o multiculturalismo em uma perspectiva intercultural, como uma maneira de promover o reconhecimento das diferenças por meio da valorização das identidades, estabelecendo conexões entre diferença e igualdade. Evidencia-se, nesta discussão, o grande desafio para o desenvolvimento do trabalho entre Educação Intercultural e Direitos Humanos.

Diante desta realidade plural, diversos profissionais têm se ocupado de realizar leituras referentes à crise global e sua relação com Educação em Direitos Humanos. Segundo Candau (2008), discussões sobre igualdade e conquista de direitos têm sido centrais, em um mundo marcado por uma “globalização neoliberal excludente” que interpela a mundialização, ou seja, construção de fenômenos sociais com intenções monoculturais.

As discussões trazidas pela autora registram, segundo Relatório do Desenvolvimento Humano (2004), o surgimento de políticas de identidades que trazem à tona a necessidade do enfrentamento coletivo para lidar com

alteridade na perspectiva do reconhecimento do outro, “em contextos diferentes e de modos diversos - desde os povos indígenas da América Latina às minorias religiosas na Ásia do Sul”. Historicamente, povos sofreram discriminação e marginalização em relação a oportunidades sociais, econômicas e políticas que exigem justiça social, afirma o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

As buscas históricas por justiça social, aclamadas por muitos povos que sofreram diversas formas de violação de direitos, ganham força na modernidade com a globalização, pois novas tecnologias corroboram o surgimento de novas formas de subjetividade produzidas nesta realidade concreta e que apontam para enfrentamentos complexos que trazem, por sua vez, desafios para a realização do trabalho social com populações vulneráveis, em que a conquista da justiça social, a busca pela igualdade, a horizontalidade do conhecimento e o planejamento do trabalho tornam-se imperativos éticos.

Os questionamentos alusivos à igualdade evidenciam certa simplificação do fenômeno, reforçando a ponderação sobre as mudanças de paradigmas na modernidade, as quais sinalizam um deslocamento do foco da discussão da igualdade para diferença, levando a questionar em que condições sociais, econômicas, políticas e culturais somos iguais? Somos, de fato, iguais ou diferentes?

Frente a tais indagações, a discussão sobre direitos humanos torna-se fundamental, não com o intuito de negar a igualdade e afirmar a diferença ou vice-versa, mas de modo a que se reflita dialeticamente a relação de horizontalidade que existe entre os termos.

Os direitos humanos, na atualidade, desviando-se da naturalização unilateral sobre a igualdade, e que são estratégias de confronto frente à banalização de direitos fundamentais, “pareciam plenamente assegurados na mentalidade e nas políticas públicas nacionais e internacionais em que foram assumidos. Atualmente são negados, desprezados e esquecidos” (CANDAU 2008, p. 8) o que fica evidente no combate à tortura, à discriminação e demais formas de violência aos direitos.

Em diálogo com Santos (2016), Candau (2008) cogita a necessidade de uma reconceituação dos direitos humanos, a partir do multiculturalismo, no sentido de considerar as diferentes culturas e suas conquistas, conforme o

surgimento em seu contexto histórico que, por sinal, possui limites em relação à contemporaneidade. Por conta disso, algumas premissas para o debate sobre o universalismo, relativismo cultural, dignidade humana, incompletude cultural, diálogo intercultural, princípios de igualdade e diferença, tornam-se fundamentais para conceituar direitos humanos sob o enfoque da igualdade na diferença. Assim, o multiculturalismo em direitos humanos pode ser compreendido como uma forma de atuar, intervir e transformar a dinâmica social, na perspectiva da construção intercultural de sociedades mais democráticas e inclusivas.

De acordo com a autora citada anteriormente, o reconhecimento das diferentes culturas e o fortalecimento de políticas afirmativas são convergentes ao valorizar as identidades e ponderar sobre o contexto histórico dinâmico, e passam constantemente por modificações. Com isso, a cultura se fundamenta em uma construção que produz conflitos e expressa as contradições da realidade complexa. Apesar disso, deve ser afirmada por meio do compromisso com a justiça social, e compreendida como um valor ético imprescindível nas ações desenvolvidas neste campo.

Candau (2008) elenca alguns elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação intercultural. São eles: desconstrução do conceito de interculturalidade, a partir da reflexão sobre universalidade, igualdade, diferença, resgate da identidade, diálogo interdisciplinar, interação sistemática com os “outros” e, por último, o empoderamento, que “começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social”. (CANDAU, 2008, p. 52).

A relevância da fundamentação sobre interculturalidade e Educação em Direitos Humanos, no escopo deste trabalho torna-se imprescindível na medida em que o contexto de execução desta pesquisa-ação é constituído por uma parcela da população, no caso a população em situação de rua, que possui todos os seus direitos violados.

Assim, se justifica o já citado diálogo entre Candau (2008) e Santos (2016), pela sistematização da construção e das transformações das diferentes compreensões com base em aspectos educativos, históricos, culturais, econômico e políticos. “A perspectiva intercultural está orientada à construção

de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.” (CANDAU, 2008, p. 54).

Em complementaridade, Barroco (2008) defende que:

A configuração moderna dos Direitos Humanos representa um grande avanço no processo de desenvolvimento do gênero humano, pois ao retirar os DH do campo da transcendência, os coloca no patamar da práxis, ou seja, das ações humanas conscientes dirigidas à emancipação. Ao adotar os princípios e valores da racionalidade, da liberdade, da universalidade, da ética, da justiça e da política, incorpora conquistas que não pertencem exclusivamente à burguesia: são parte da riqueza humana produzida pelo gênero humano ao longo de seu desenvolvimento histórico, desde a antiguidade. (BARROCO, 2008, p. 3).

Barroco (2008) aponta para os avanços por meio dos quais os direitos humanos contribuíram para o desenvolvimento humano, pois, ao saírem da transcendência, colocaram-se no patamar da práxis, ou seja, das ações humanas conscientes dirigidas à emancipação.

Escrivão Filho (2016) cita a teoria de Roberto Lyra Filho, “O direito achado na rua”, na qual é sistematizada uma problematização para não simplificar ou naturalizar direitos humanos sob o enfoque jurídico, pois, *a priori*, eles não existem, mas se fazem no processo histórico de libertação do processo de subalternidade dos homens.

Partindo da crítica marxista, Meszáros (2008) se propõe a fundamentar os direitos humanos como uma complexa relação produzida pelo capitalismo, de maneira a compreender o distanciamento entre direitos previstos e direitos efetivados, de tal forma que a simples previsão legal de um direito passe a servir de substituta, verdadeira ilusão da sua real efetivação.

Cita-se a Política Nacional para POP-RUA, que concretiza um processo de luta dessa população pela efetivação de seus direitos. Sua existência, porém, não impede a existência de pessoas nesta situação; destacam-se, nesta direção, as contradições presentes na realidade social e a Teoria Crítica dos direitos humanos como uma possibilidade concreta de operacionalização e luta para sua efetividade.

Escrivão Filho (2016) defende que os direitos humanos precisam embasar os projetos societários, para a efetivação de ações pautadas na realidade concreta e advindas de processos de lutas travadas pela sociedade.

A Educação em Direitos Humanos é um processo urgente que precisa ser assumido como projeto de sociedade que “poderá influenciar na construção e consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos”. (CNE, 2012, p. 2).

O processo de organização coletiva da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos de participação social da população, é fundamental para mobilização e enfrentamento das situações de violação de direitos na perspectiva da Educação em Direitos Humanos:

Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação. (CNE, 2012, p. 2).

O processo educativo é vivo e se transforma, no e com o tempo, pela intervenção de políticas públicas comprometidas com a proteção social e a efetivação de direitos. Dessa maneira, avança e retrocede em relação aos aspectos circunstanciais como as desigualdades estruturantes, que promovem as disparidades entre os homens. Este movimento dialético não pode ser controlado, mas captado e interpretado pelas diversas formas de expressão artística e cultural, incluída aqui a Musicoterapia, disciplina que embasa esta pesquisa-ação. “A arte realiza tal processo porque, graças a sua essência, é autoconsciência e memória da humanidade.” (HELLER, 2008, p. 47).

No próximo capítulo serão abordados os campos de incidência da Musicoterapia nas políticas públicas sociais, de maneira que seja possível identificar ações interdisciplinares, pelo viés da Educação em Direitos Humanos no trabalho com populações vulneráveis.

Nesse contexto a efetivação dos direitos é resultado de processos de lutas, e os direitos humanos contextualizados em meio a uma arena em disputa e que particularizam interesses distintos. Os conflitos e contradições nesta arena são evidentes, porém, necessários para gerar os debates advindos das pautas vocalizadas pelos sujeitos sociais, para que assim seja factível promover efetivas transformações societárias.

Assim, “empenhar-se e testemunhar uma cultura de direitos humanos, mesmo sendo minoria hoje, é uma experiência civilizatória”. (GALLARDO, 2014, p. 110). E isso se dá por meio do protagonismo político de sujeitos coletivos, mobilizados na luta por políticas públicas que afirmem as identidades e respeitem as diferenças como um valor humano essencial, que se coloca em uma relação de alteridade e amizade entre os povos, fortalecendo assim, sociedades mais humanas e solidárias.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA MUSICOTERAPIA

“Cada um de nós aqui é uma nota musical. O que precisamos é aprender a caminhar em sintonia para que juntos possamos lutar pela garantia dos nossos direitos.”¹⁵

2.1 MUSICOTERAPIA SOCIAL: PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS COM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

O objetivo deste segundo capítulo é descrever a perspectiva de trabalho da MTSO e identificar as estratégias metodológicas interdisciplinares deste campo do conhecimento com populações vulneráveis, embasando-se na Educação em Direitos Humanos.

A Musicoterapia (MT) é um campo de atuação profissional que tem expandido, nos últimos anos, sua ação nas diversas políticas públicas sociais no Brasil e no mundo. Pode ser desenvolvida em diferentes espaços, no atendimento individual e coletivo junto aos diversos públicos, e na gestão dos serviços. Segundo Vitor (2009), o que caracteriza a abordagem do musicoterapeuta, na sua área de atuação, é o campo conceitual de fundamentação teórico-prática.

Quanto às políticas públicas, estas possuem princípios que ajudam a fundamentar essa pesquisa, pois tais políticas constituem uma possibilidade de abordagem para dialogar com os fundamentos da MTSO. Os princípios das políticas públicas são integralidade, universalidade, gratuidade, descentralização e efetividade na garantia dos Direitos Humanos.

Tendo em vista o tema do trabalho, foram privilegiadas as três políticas públicas sociais, Saúde, Educação e Assistência social, visto que são essas que fazem o atendimento a populações com direitos violados. Para tanto, a pesquisadora desenvolveu um gráfico que exemplifica a intervenção da Musicoterapia nas Políticas Públicas Sociais brasileiras, conforme abaixo.

¹⁵Depoimento de um integrante do grupo de Musicoterapia do Projeto Criando Renda e Gerando Dignidade com a População em Situação de Rua –PSR- Curitiba, 2015-2016.

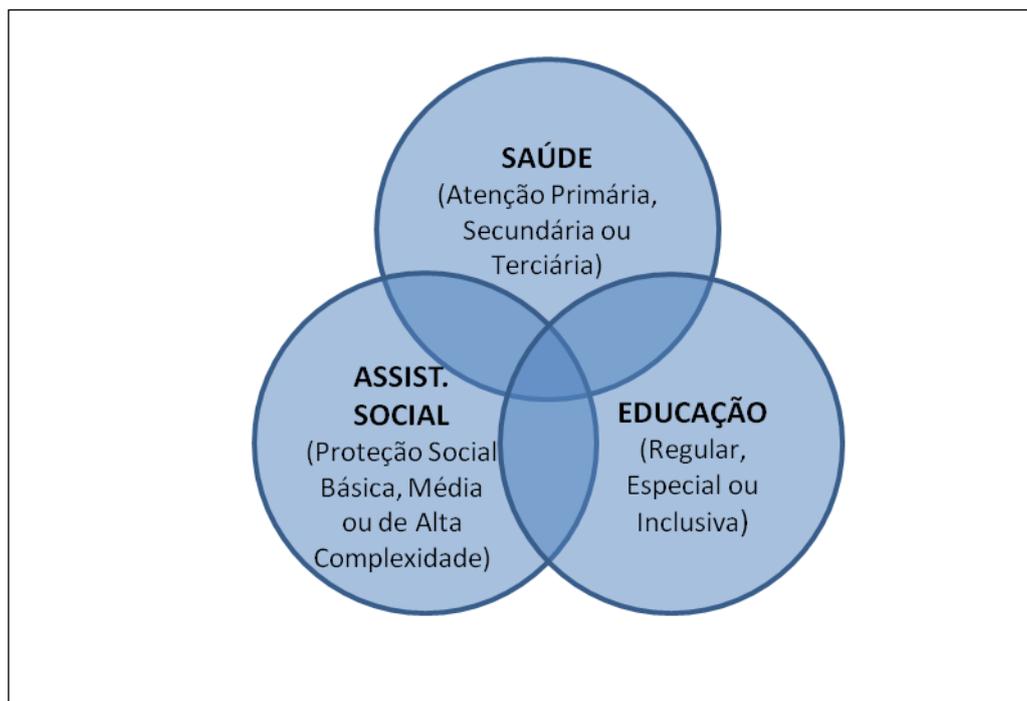


Figura 1 – Campos de intervenção da Musicoterapia nas Políticas Públicas Sociais que fazem o atendimento a populações com direitos violados.¹⁶
 Fonte: A autora, 2016.

Além das áreas identificadas no gráfico, é importante citar outros campos de intervenção das/os musicoterapeutas tais como: Organizacional (setor privado), Cultura, Esporte e Lazer.

Importante tecer aqui considerações sobre a Musicoterapia dentro das áreas de atuação em virtude de se focalizar o aprofundamento teórico, e não reduzir a estes três campos a atuação da/o profissional musicoterapeuta, pois há outras possibilidades, conforme já apresentadas na Figura 1.

No Brasil, após muita mobilização e luta, “o Movimento da Reforma Sanitária (MRS) conseguiu colocar na lei maior do País, a Constituição Federal (CF) de 1988, a Saúde como direito fundamental, garantido pela interação dos três Entes Federados”. (BRASIL, 2015, p. 5).

De acordo com o Ministério da Saúde (MS, 2012), o Sistema Único de Saúde (SUS) operacionaliza a prestação de serviços, programas e projetos

¹⁶ Tendo em vista a crescente discussão sobre a inserção da Musicoterapia em diferentes campos de ação das políticas públicas, realizou-se um gráfico a partir das experiências anteriores da pesquisadora somadas com essa pesquisa, e também com o referencial teórico aqui apresentado, para melhor exemplificar esse panorama, obviamente que não contempla todas as áreas de atuação da Musicoterapia, conforme mencionado.

sobre primazia estatal, conforme preconiza a Lei nº 8.080 de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Conforme proposto pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS, 2015), a Política Pública de Saúde obedece alguns princípios: pactuação nas três esferas de gestão do SUS; fundamentação nos princípios de universalidade, equidade e preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; trabalho terapêutico individual/grupal; superação da situação de doença.

De acordo com o CONASS (2015), a rede de serviços oferecida pelo SUS constitui um sistema público estatal, universal e gratuito, direito de todas/os as/os brasileiras/os é sistematizada por diferentes níveis de atendimento: atenção básica, desenvolvida nas Unidades Básicas de Saúde (Postos de Saúde); atenção secundária, presente nas Unidades de Pronto Atendimento e Samu (UPAS), hospitais e unidades de atendimento especializado de média complexidade; e atenção terciária, nos hospitais de alta complexidade.

Estes serviços estão disponíveis em toda a rede do Sistema Único de Saúde no território nacional e a organização da oferta destes serviços acontece por meio de iniciativas governamentais e não governamentais. Quanto à inserção de musicoterapeutas nesse sistema, de acordo com a União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM, 2011), há profissionais atuando em todos os níveis de complexidade de atenção do SUS, e o faturamento dos procedimentos é atendido por orçamento do próprio sistema de saúde. “Porém, ainda é um desafio para carreira, a realização de concursos públicos para a contratação efetiva destes profissionais na rede pública de serviços”. (UBAM, 2011, p. 3).

Já a Política Nacional de Educação é regulamentada pela Lei nº 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com Art. 21, a educação escolar compõe-se de: I – Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, e II – Educação Superior. Segundo um levantamento nacional realizado, as/os musicoterapeutas têm atuado principalmente:

No chamado terceiro setor, seguido dos serviços públicos e, por fim, dos privados e mistos. Estes serviços são realizados em abrigos e albergues, escolas especiais, centro de convivência e comunitários, casas lar e casas de repouso, projetos de Organizações Não Governamentais, Centro de Referência da Assistência Social e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, além de centros de internação e liberdade assistida. (UBAM, 2011, p. 4).

O SUAS é operacionalizado pela PNAS (2004) que é regulamentada pela Lei nº 12.435/2011. O público-alvo é formado por pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Em relação aos atendimentos, são oferecidos três níveis de proteção social, a saber: Proteção Social Básica (PSB), ofertada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, ofertada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); e Centros Especializados para População em Situação de Rua e Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade, ofertados nas Unidades de Acolhimento Institucional (UAI). (BRASIL, 2009).

As ações desenvolvidas nos serviços da Política Pública de Assistência Social se caracterizam por “não possuir caráter terapêutico”. (PNAS, 2009, p.12). Consistem no trabalho social grupal para atendimento de famílias em situação de risco, em vulnerabilidade social ou que se encontrem em estado de violações de direitos. São medidas de caráter continuado, com finalidade de fortalecer vínculos no trabalho com grupos vulneráveis, por meio de intervenções de caráter preventivo, protetivo e proativo. Tem como princípios universalidade e gratuidade dos atendimentos, sendo a oferta de responsabilidade estatal, sob a forma de gestão descentralizada (município, estado e união). Tais ações devem conferir maior autonomia aos entes federados, de forma a valorizar a participação social das/os usuários em todas as fases do processo decisório da política pública, por meio dos mecanismos de participação como Conselhos de direitos, Audiências públicas, conferências, fóruns e movimentos sociais.

A perspectiva de trabalho, aqui apresentada, contextualiza-se no âmbito das políticas públicas sociais e considera os desafios da fragmentação do conhecimento na realização dos trabalhos disciplinares no território. Por conta disso, foi trazida a fundamentação de diversos saberes para sustentar a ação interdisciplinar da MTSO na relação intersetorial das políticas.

Assim, o trabalho se aprofunda nos escritos de vários autores que desenvolvem este conceito e reconhecem que o enfoque interdisciplinar não tem o intuito de desvalorizar ou negar a importância do trabalho disciplinar. Pelo contrário, “o que se busca, neste prisma, é a superação da fragmentação do conhecimento, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada área profissional”. (LOCH-NECKEL G. *et al.* 2009, p. 1464). São, dessa forma, fortalecidas as ações do trabalho coletivo interdisciplinar que proporcionam uma leitura ampliada da realidade vivenciada por populações vulneráveis.

Segundo os autores, o diálogo contínuo e a construção compartilhada e interativa do conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho humanizado, pautado em uma postura profissional ética e cidadã que efetivamente esteja conectada à compreensão da realidade. Na visão destes autores, há várias maneiras de praticar a interdisciplinaridade.

O desafio que se coloca no cenário ético-político de atuação interdisciplinar da MTSO, nos últimos anos, está direcionado a construir novas possibilidades de aprofundamento teórico-prático ético da profissão, capazes de colaborar para o enfrentamento da questão social.

Outro desafio que se coloca para a atuação profissional, na perspectiva da defesa dos direitos, é o avanço do conservadorismo e da intolerância, e o desmonte dos direitos historicamente conquistados. Isso traz, à tona, a urgência da organização coletiva dos trabalhadores sociais para o aprofundamento de metodologias que efetivamente reafirmem a defesa dos Direitos Humanos. Nessa esteira, espera-se que este trabalho seja uma contribuição para o fortalecimento da cultura em/para os Direitos Humanos, pelo viés da MTSO e da Teoria Crítica dos Direitos Humanos.

Torna-se relevante, neste contexto de violação de direitos humanos, aprofundar a investigação e a construção de novos saberes interdisciplinares na área da Educação em Direitos Humanos de maneira sistemática, com intuito de evidenciar possibilidades de ações que corroborem o enfrentamento às práticas conservadoras e reducionistas que violam os Direitos Humanos.

Barros (2010) afirma que novas tecnologias de cuidado surgem na área da Saúde Mental, e pressupõem ações político-pedagógicas nas quais a vida dos sujeitos atendidos ocupe a centralidade do trabalho por meio do protagonismo e da construção de vínculos sociais.

A musicoterapeuta Barcellos (2016) apresenta um diálogo entre as novas práticas da MT contemporânea e os cursos de formação das/os musicoterapeutas no Brasil. Em sua análise, considera que no país são identificadas amostras das novas práticas em MT, caracterizadas pela autora como aquelas ações que diferem da MT tradicional (reabilitação, deficiência mental, psiquiatria, deficiências sensoriais), “por serem realizadas em novas áreas de atuação, em novos espaços, por adequarem seus procedimentos e criarem novos”. (BARCELLOS, 2016, p. 255). Ela cita, ainda, o potencial da música para movimentar as pessoas em diferentes contextos sociais de forma ampliada.

Segundo Vitor (2016), a MTSO pode ser desenvolvida por meio de estratégias que se utilizam da música como meio para transformação social e conquista da emancipação humana. Neste sentido, ressalta-se a abordagem da Musicoterapia Comunitária (MTCom), que também tem sido utilizada para conceituar teoricamente trabalhos com populações vulneráveis no Brasil e no mundo.

Sobre a MTCom, que também é uma abordagem desenvolvida na área social, Stige (2002) afirma que é um conjunto de respostas aos desafios dados pelos desenvolvimentos contemporâneos da sociedade e da cultura, como a individualização, a especialização e a profissionalização. Esta visão dialoga com ações metodológicas não conservadoras, fragmentadas, pontuais que anulam as subjetividades.

Siccardi (2005) diz que no caso da Argentina, A MTCom é uma prática emergente que surge como uma resposta criativa e comprometida com os movimentos de organização popular que se seguiram aos protestos dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, naquele país. Segundo esta autora, a MTCom surge em um contexto de crise política na Argentina que ocorre há décadas. Destaca-se, neste contexto, o *cacerolazo*, como um movimento social organizado em que as pessoas foram para as ruas em protesto ao governo da época e construíram um ritmo, uma música do coletivo que foi capaz de expressar aquela situação, e que antecederam as conquistas políticas que se concretizaram posteriormente.

Na região de Uruguai, Brasil e Argentina há experiências ligadas ao trabalho da MT com populações vulneráveis. Segundo Siccardi (2005), “o

surgimento da MTCOM está diretamente ligado às experiências participativas em um espaço político”. É um campo emergente que dialoga com as necessidades históricas, econômicas e políticas atuais, abrindo espaço para o desenvolvimento de metodologias que fortaleçam as comunidades. De acordo com Siccardi:

Do particular pertencente a esse pulso político comunitário, movimento de montagem e desmontagem, novos laços territoriais e o interesse em gerar experiências de unidade e projeção social. Festividades nas ruas, marchas, oficinas, festividades patrióticas, protestos. (SICCARDI, 2005, p. 88).

Desta maneira, o contexto social de mobilização coletiva se torna um campo de fundamento e/ou intervenção da MT, de modo a gerar novas possibilidades de habitar o bairro, construindo um território relacional onde som, ruído, ritmo e música estabelecem conexão com as histórias individuais e coletivas da comunidade.

Ao relacionar a MTSO com MTCOM, compreende-se que embora existam diferenças relativas às políticas públicas de cada país, cada profissão se organiza para a oferta do trabalho de acordo com a realidade política, histórica, econômica e cultural e conforme o território. A MTSO desenvolve um trabalho que não é clínico, pois se fundamenta nos conceitos da PNAS e dialoga com seus princípios¹⁷. Desta maneira, a MTCOM se torna uma estratégia de ação da MTSO e não uma abordagem diferenciada, pois ambas se complementam ao desenvolver intervenções com coletivos, de maneira que as ações tenham como resultado uma prática refletida politicamente. Na América Latina, o termo MTSO teve origem na Psicologia Social; em outros países não se encontra este termo, apenas MTCOM.

Neste sentido, cabe ressaltar as diferenças e especificidades históricas, geográficas, culturais, políticas e econômicas de cada região, para não incorrer

¹⁷ A organização da Assistência Social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS: I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

em análises generalizadas no que se refere ao surgimento das terminologias MTSO e MTCom.

Epistemologicamente, neste trabalho a conexão entre a MTSO e MTCom será estabelecida pelo viés da Teoria Crítica dos Direitos Humanos, bem como da contextualização da questão social, do cotidiano e do território em que surgem essas abordagens. Também na relação com as estruturais formais de desigualdades, notadamente marcadas em países da América Latina onde surgiu o termo MTSO. Já na Europa, o trabalho com comunidades “é realizado com pessoas que não são de comunidades pobres” (BARCELLOS, 2016, p. 253) e o termo utilizado é MTCom. E Ruiz (2014) sistematiza uma ilustração referente às características das diferentes civilizações, sendo elas africana, hindu, islâmica, japonesa, latino-americana, ocidental, ortodoxa e sínica.

Não cabe, aqui, realizar uma descrição detalhada de cada uma. Este panorama foi colocado com intuito de aproximar as identidades culturais da região latino-americana que, segundo Ruiz (2014), teria evoluído por caminhos distintos dos da Europa e da América do Norte. Havia implicações políticas internacionais distintas entre as civilizações da América Latina, de um lado, e da América do Norte e da Europa, do outro, situação em que, na visão do autor, a América Latina poderia ser considerada uma *subcivilização*.

Interessante observar que a musicoterapeuta e pesquisadora Cunha (2016) defendeu a análise dos conceitos de MTSO e MTCom, em um painel crítico apresentado ao Congresso Latino-Americano de Musicoterapia (CLAM)¹⁸. Ela afirma que após levantamento realizado pela Revista Brasileira de Musicoterapia durante dez anos, e os conceitos encontrados no livro *Community Music Therapy* (PAVLICEVIC e ANSDELL, 2004), a “articulação entre a MTSO e a MTCom se deu pela razão de não se encontrar, na literatura estrangeira, o uso da denominação MTSO. Em contraponto, nas produções nacionais os termos variam entre MTSO, MTCom, e MTSO e MTCom”. (CUNHA, 2016, p. 95).

¹⁸Congresso Latino-Americano de Musicoterapia (CLAM), evento que congrega musicoterapeutas da região latino-americana com intuito de discutir as abordagens da MT na região. Em 2016, o evento foi sediado no Brasil, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a União Brasileira das Associações de Musicoterapeutas. (UBAM). Teve como tema: Integração e diversidade de vozes da MT latino-americana.

Com os achados deste levantamento, percebe-se que a dinâmica da vida social expressa o cotidiano da vida material de cada região do mundo em relação à América Latina que, Sposati (2011), afirma que historicamente, enfrenta desigualdades estruturantes notadamente vivenciadas por populações vulneráveis, que possuem em comum a pobreza extrema. Certamente, no Brasil, faz sentido discutir a questão social na relação com as políticas públicas sociais, e a MTSo, enquanto estratégia de ação metodológica, dialoga com este suporte histórico, teórico, prático, político e econômico, valendo-se da MTCCom como uma de suas possibilidades de ação, inserida neste grande campo que é o Social.

Ruiz (2014) traz à tona a dinâmica da vida social e do cotidiano material nos quais os direitos são gestados e devem ser reivindicados por seus titulares. Desta maneira, torna-se possível construir e fazer história pelo olhar daqueles que a viveram. Nesse contexto, a MTSo é o resultado do trabalho social de musicoterapeutas inseridos na América Latina, e que expressam na sua práxis os aspectos de seu cotidiano, notadamente marcado pela questão social.

América do Norte e Europa constituem um cenário político, histórico, econômico e cultural bastante distinto da América Latina, e certamente os contextos histórico e civilizacional contribuíram para o surgimento da terminologia MTCCom. E vários relatos de trabalhos de musicoterapeutas dessa região se repetiram em outras regiões do mundo. Observa-se no relato que segue:

Muitas pessoas que sofreram opressão e que sua cultura foi perseguida historicamente têm usado sua música e danças para reivindicar a identidade clandestinamente. É algo que, infelizmente, ainda faz parte da vida cotidiana de milhares de pessoas em situação de violação de direitos ao redor do mundo. O trabalho da MT com crianças sul-africanas nos ensina como superar este palco de violação de direitos e universalizar origens que estiveram sob a ameaça de desaparecer. (PAVLICEVIC e ANSDELL 2004, p. 8).

A música faz parte da história social e cultural da humanidade. Há momentos em que é ponto central da vida coletiva (músicas de um coletivo), que constrói unidade apesar das diferenças. A MT, independente da área de prática, considera a música em seu contexto social, de tal maneira que se torna um elemento de aliança entre passado, presente e futuro da humanidade,

afirma Pavlecevic (2003), e que opera como possibilidade de resgate da história e afirmação das identidades.

Se a música é a herança da humanidade, se nos humanizamos com a música, os musicoterapeutas podem escolher o compromisso de "retornar" ao ritual do encontro, [conexão], onde dança, canto, música, [vida social e política], são uma cerimônia única. Comemore a vida, humanize a sociedade em que vivemos, atendendo seus gritos, ritmos e silêncios. É desse horizonte que reverbera ... Sussurrando, cantando, marchando, dançando, pensando, ouvindo, dialogando, propondo mudanças, decidindo, cuidando, ajudando, organizando... Fazendo-nos uma comunidade. (SICCARDI, 2005, p. 94).

Historicamente, no Brasil, a MT teve início nos estados do Paraná e do Rio de Janeiro, sendo que os primeiros campos de intervenção, Educação Especial e Saúde Mental, tinham como objetivo o enfoque terapêutico da música. (CARVALHO, 1975). Ela, neste contexto, era conceituada como um elemento integrador que facilitava a comunicação entre as pessoas. Com o passar do tempo, os campos de atuação foram se ampliando, com a inserção em diversas áreas de prática.

A MTSO surgiu como uma modalidade de trabalho social que atende pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Diferencia-se do trabalho que tem enfoque clínico, pois é um trabalho coletivo, político e participativo, que tem incidência nas políticas públicas e coloca-se como uma estratégia da Educação em Direitos Humanos, tornando-se um mecanismo de protagonismo e transformação social dos sujeitos envolvidos.

Destaca-se como viés da MTSO, uma das diretrizes da Política Pública de Assistência Social, que tem centralidade na participação social, como um mecanismo de intervenção para Educação em Direitos Humanos. Em complementaridade, a diretriz desta mesma política que põe foco na família, fundamenta o trabalho social com coletivos nos territórios para construção e fortalecimento de vínculos sociais nos diferentes níveis de proteção social do SUAS.

A MTSO é uma prática que ocorre em espaços de participação social, política e cultural. Os objetivos deste trabalho são modelados pela evolução da vida comunitária, colocando nos serviços a especificidade da sua formação profissional, ancorados na disponibilidade, no silêncio da escuta, na

discriminação dos fenômenos sonoros, na criatividade e na legitimidade dada pelo seu compromisso ético. (SICCARDI, 2005).

Mendoza (2005) observa a intersecção dos campos clínico, preventivo e social comunitário na MT.

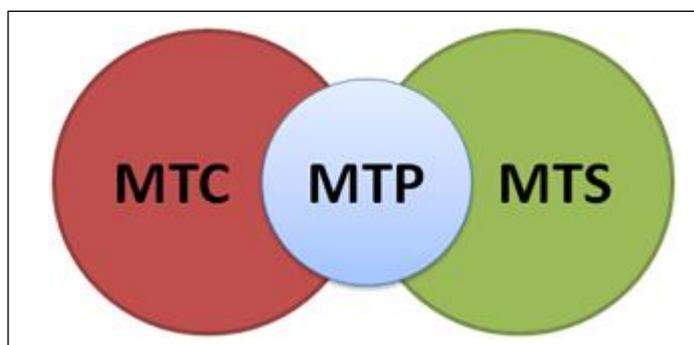


Figura 2 – Interseções da prática musicoterapêutica
Fonte: Mendoza, 2005.

Musicoterapia Clínica	Musicoterapia Social
Rehabilitación	Promoción de la Salud
Tratamiento	M. Comunitaria
Prevención I, II, III	Prevención Primaria

Figura 3 - Sistematização Musicoterapeuta Clínico e Musicoterapeuta Social
Fonte: Mendoza, 2005.

Teoricamente a MTSO, na visão de Mendoza, envolve ações pautadas nas problemáticas sociais. Estas são atribuições do campo social, que pode ser compreendido também por meio do trabalho social desenvolvido de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar na política pública de Assistência Social. Os países da América Latina têm, em comum, características históricas, econômicas e políticas relacionadas à questão social tratada no primeiro capítulo deste trabalho. Mendoza (2005) conclui, afirmando que a abordagem terapêutica é atribuição específica do campo clínico.

No quadro (apresentado anteriormente), podemos observar as áreas de trabalho onde se insere o trabalho do musicoterapeuta, sendo de

grande importância ter em conta que não é incumbência da MTSO, a abordagem terapêutica dos problemas, já que este é o campo de intervenção específica da musicoterapia clínica. Cabe assinalar que a intervenção do musicoterapeuta preventivo se localiza na "interseção" desses dois campos, abrangendo todo o espectro no campo clínico e apenas a prevenção no campo social. (MENDOZA, 2005, p.84)¹⁹.

A escolha do embasamento teórico para este trabalho se deu pela estreita relação entre as políticas públicas sociais, especificamente da Assistência Social, e a MTSO, que envolve novas práxis do campo em questão. A intervenção profissional do musicoterapeuta com populações vulneráveis é desenvolvida com coletivos presentes nos territórios, localizados no chão de vida das pessoas, onde os sentidos e a construção de vínculos se fortalecem no pertencimento a um território comum, junto aos membros daquela comunidade composta pelos sujeitos, suas famílias e as pessoas do entorno.

Segundo Cunha, (2016), em sua análise sobre as intervenções da MTSO com populações vulneráveis, estas também são classificadas teoricamente como de base comunitária. Entretanto, o ponto comum entre vários musicoterapeutas ao redor do mundo é a centralidade na espontaneidade, na vivência do momento presente, na interação entre as pessoas, nas possibilidades de cada um dos integrantes da relação, na ocorrência de repetições que geram rituais sociais em oposição à dinâmica mecanicista presente no dia a dia.

As intervenções musicoterapêuticas estão em constante processo de desenvolvimento e atualização. Musicoterapia social e comunitária foram denominações atribuídas a abordagens que se distinguiram de práticas convencionadas por modelos e métodos musicoterapêuticos tradicionais. (CUNHA, 2016, p. 18).

Pesquisas de musicoterapeutas com populações em situação de risco e vulnerabilidades sociais são descritas por diversos profissionais no campo das políticas públicas em todo mundo. Assim, de acordo com Cunha (2006), é necessário que a definição de MTSO traga embasamentos que contemplem os meios social e cultural, e os sujeitos individuais e coletivos, para que possa ser

¹⁹Tradução nossa. *En este cuadro, se puede observar las áreas de trabajo en donde se inscribe el trabajo de musicoterapeuta, siendo de gran importancia tener en cuenta que no es incumbencia de la MT social, el abordaje terapéutico de las problemáticas, ya que este es el campo de intervención específica de la MT clínica. Cabe señalar que la intervención del musicoterapeuta preventivo se ubica en la "intersección" de estos dos campos, abarcando todo el espectro en el campo clínico y solo la prevención en el campo social. (MENDOZA, 2005, p. 84).*

pensada como um campo de intervenção com o objetivo de ampliar as possibilidades de ação, tanto no âmbito individual como no coletivo.

2.2 MUSICOTERAPIA SOCIAL: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Cunha (2006) relaciona essa concepção à teoria sócio-histórica, e argumenta que é uma intervenção que envolve a linguagem musical e corporal da pessoa como meio de propiciar ações que impliquem na apropriação da consciência de si, de sua trajetória histórica e de possibilidades de interagir na realidade concreta em que se insere. Essa abordagem caracteriza-se pela forte interseção entre meio social, cultural, econômico, político e os sujeitos individuais ou coletivos.

A Musicoterapia na área social caracteriza-se por ações centradas no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social fortalecendo a grupalidade, a comunidade e o desenvolvimento de estratégias de emancipação e autonomia. Assim, o fazer musical na ação social permite a construção de laços e interações capazes de transcender as palavras e acionar forças de pertencimento e solidariedade. (GUAZINA *et al.*, 2011, p. 11).

Os aspectos dessa prática envolvem metodologias de ação que fortalecem a formação de coletivos, na medida em que destacam a construção da grupalidade pelo viés da valorização das identidades locais que acionam conexões de um mecanismo em rede. Cita-se o trabalho desenvolvido por Vitor (2016), que aborda intervenções que se utilizam da roda de canções comunitárias como viabilidade para mobilizar mulheres em situação de rua, para organizar e vocalizar coletivamente suas demandas.

Metodologicamente, de acordo com Bruscia (2016), há quatro tipos de experiências musicais: improvisação, re-criação, composição e audição, que podem ser desenvolvidas nas diversas políticas públicas sociais. Potencialmente, são capazes de fortalecer as identidades grupais para formação de coletivos. Como referência, nesta direção de trabalho, cita-se a improvisação musical.

A improvisação musical envolve o corpo de muitas maneiras. Em improvisações vocais, o corpo da pessoa é o objeto produtor do som; ele cria vibrações, ressoa e dá a si mesmo retorno sensorial. Em improvisações instrumentais, o corpo cria vibrações em objetos que

ressoam e lhe dão *feedback* sensorial. Partes visíveis e invisíveis do corpo criam as vibrações ao manipular o instrumento de diferentes formas. Cada instrumento envolve diferentes partes do corpo, dependendo de como é empunhado, tocado, manipulado e soado. E, é claro, o uso de instrumentos envolve partes do corpo diferentes da vocalização. (BRUSCIA, 2016, p. 136).

Essa modalidade de experiência musical pode ser desenvolvida para fortalecer métodos de trabalho espontâneos que valorizem a experiência do momento, contribuindo, inclusive, para qualificar as relações de forma individual e coletiva. No caso, a recriação consiste em “cantar ou tocar músicas compostas previamente envolve o corpo e os sentidos das mesmas formas que a improvisação”. (BRUSCIA, 2016, p.137). A diferença entre uma experiência musical e a outra é o grau de habilidades físicas e cognitivas exigidas para se cantar ou tocar. É necessário conhecimento prático dos elementos que envolvem a linguagem musical.

As referidas experiências musicais do trabalho musicoterapêutico são selecionadas de acordo com as necessidades de superação dos desafios propostos por cada grupo de intervenção. De acordo com Suzuki, musicoterapeuta de São Paulo que tem se dedicado ao aprimoramento do Círculo de Tambores em MT, esta é “uma prática em grupo onde pessoas participam tocando tambores e outros instrumentos musicais de percussão, com o propósito comum de fazer música juntos”. (SUZUKI, 2008, p. 9). É notável como as experiências musicoterapêuticas são utilizadas para o desenvolvimento da metodologia (Círculos de Tambores) proposta pelo profissional musicoterapeuta.

Há vários tipos de rodas de tambores. De acordo com Suzuki (2008), é utilizado como inspiração para este trabalho o Círculo de Tambores, que possui alguns princípios basilares que podem variar, mas compartilham do mesmo fundamento em que:

[...] não há plateia; todos fazem parte da experiência musical; o processo é essencialmente improvisacional; não há ensaios; todos os participantes são livres para executar seu instrumento e viver a sua experiência musical; não há certo e errado, não existe um professor ou instrutor [não é ensino de música], há o “facilitador” da roda de tambores que ajuda a construir a musicalidade do grupo, além do senso de comunidade e conexão, a roda é aberta para quem quiser participar; sem discriminação social, racial, religião, idade, [gênero]. (SUZUKI, 2008, p. 13).

Por este prisma, os Círculos de Tambores constituem espaços interdisciplinares favoráveis para fazer emergir novas práxis com intervenções mais flexíveis e ampliadas, que abrem caminho para o trabalho com populações vulneráveis, e são necessárias em tempos de barbárie, genocídio e extermínio de diversas populações ao redor do mundo, “envolvendo as complexas relações entre música, pessoas, saúde, doença e bem-estar”, completa (ANSDELL, 2004, p. 33), e também sociedade, desigualdade, racismo e preconceito.

Diante deste cenário, o trabalho social é potencialmente uma possibilidade para superação do cotidiano, propício para o aprofundamento das desigualdades. “As formas de elevação acima da vida cotidiana que produzem objetivações duradouras são a arte e ciência.” (HELLER, 2008, p. 47). Nesta direção, é imprescindível a sistematização do percurso metodológico da ação.

Vitor (2016), em sua experiência com a POP-RUA, descreve o percurso metodológico no trabalho social desenvolvido pela Musicoterapia, sistematizado da seguinte forma: Acolhimento/ambiência – expressão corporal e canto de canções; Desenvolvimento – roda de tambores, conversa e debate; Fechamento - roda de canções e encaminhamentos.

A musicoterapeuta defende a importância de o trabalho com coletivos focalizar uma temática que, em geral, surge dos interesses e necessidades do grupo. O tema gerador é escolhido de acordo com demanda e pauta dos próprios usuários. No exemplo descrito, a temática do trabalho de MTSO foi “Participação social e mobilização da população em situação de rua”. (VITOR, 2016, p. 7).

Evidenciam-se algumas aproximações teóricas entre o trabalho desenvolvido por Oliveira, na perspectiva da Educação Popular Freireana (2008), e a proposta metodológica da MTSO para formação de coletivos, fundamentados na Educação em Direitos Humanos. Cita-se Paulo Freire, em sua prática pedagógica, e os “círculos de cultura”, como estratégia de ensino criada de forma substitutiva à escola tradicional. Estas referências dialogam diretamente com a proposta aqui apresentada pelos Círculos de Tambores/Círculos de Cultura, pois envolvem novas práxis comprometidas com a participação que aciona mecanismos de liberdade, protagonismo e autonomia.

De tal forma que se ampliam, nesta perspectiva, as possibilidades de construção do conhecimento para além das salas de aula e dos consultórios clínicos, atuando em espaços não formais onde as pessoas se reúnem para discutir a vida familiar, profissional e comunitária, aprendendo com o grupo e amplificando, “entre outras significações, suas “leituras do mundo”. Nesses espaços acontecia uma ação educativa libertadora” (OLIVEIRA, 2008, p. 5), caracterizada como educação emancipadora.

Da relação entre a fundamentação teórica da Educação popular Freireana e a MTSO surgiu o interesse pela pesquisa do tema, com intuito de legitimar novas práticas emancipadoras por meio da MTSO que abarca o acúmulo teórico prático em “direção à consciência emancipatória, capaz de libertar os sujeitos em situação de opressão”. (VITOR, 2016, p. 16).

A Educação Popular Freireana aborda assuntos a partir da realidade dos sujeitos. Elenca, estrategicamente, uma temática sugerida pelo grupo popular, em que o alicerce é o saber popular permeado pelo diálogo, onde os “homens, em comunhão, aprendiam de forma reflexiva e crítica a encontrar formas de transformar a realidade, construindo uma consciência crítica, articulada com a práxis. As bases dessa construção são a convivência, a fala e o diálogo crítico.” (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Os fundamentos dos círculos de cultura permitem identificar uma forma de construção do conhecimento horizontal, em que educador e educando aprendem juntos, rompendo com os moldes da educação bancária que é vertical. “[...] Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1996, p. 39). Oliveira (2008) contextualiza a obra de Pichon Rivière que propõe, a partir da experiência clínica, a formação de “grupos operativos”. Assim, se estabelece uma didática em que teoria e prática se entrelaçam, e as funções de mestre e de aprendiz se alternam de forma saudável.

O embasamento teórico da MTSO e as experiências musicais de trabalho são ações potencializadoras de formas de expressão, reflexão, invenção e criação de novos modos de enfrentamento das dificuldades da vida, na medida em que estabelecem conexão com o potencial emancipatório da arte. Relacionando as aproximações entre a Teoria Crítica dos Direitos

Humanos e a MTSO, Gallardo (2014) defende a necessidade de uma construção planetária de Direitos Humanos, que não deve afastar-se da dimensão educativa que o trabalho na área social envolve, dimensão esta que é impulsionada pela arte.

Vitor (2016) elenca alguns princípios norteadores da ação MTSO na área dos Direitos Humanos, a partir da análise do discurso sonoro musical. Destacam-se acolhimento, vínculo, diálogo, pertencimento, interdisciplinaridade, partilha, dignidade, ética, justiça social, igualdade, diferença, desigualdade, fraternidade, tolerância e amizade entre as comunidades. “A MTSO no campo dos Direitos Humanos é o fio condutor que expressa novas formas de subjetividades e sociabilidades relativas às identidades - individuais e coletivas, e ao reconhecimento da alteridade como constituinte do espaço social partilhado”. (VITOR, 2016, p. 6).

A escuta qualificada é também um dos princípios da ação musicoterapêutica neste contexto, direcionada por uma postura ética-técnica descrita no código de ética profissional, e suficiente para acolher os sujeitos e suas inquietações, sem qualquer juízo de valor e ou preconceito. Diz em seu Art. 3: O musicoterapeuta baseará seu trabalho no respeito à dignidade e integridade do ser humano, não fazendo discriminação de nenhum gênero. (AMT-PR, 2011, p. 1).

Princípios éticos norteiam a ação na problematização de temas geradores, que surgem por meio do sonoro, pois formam um conjunto de elementos e sentidos produzidos pelas canções, para que assim estes elementos não operem como um reforço às diversas formas de violação de direitos humanos, a exemplo da violência de gênero, entre outras. Como nos lembra Saffioti: “Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo da cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres”. (SAFFIOTI, 2001, p. 133).

Vitor e Gonçalves (2015) citam trabalhos encontrados na literatura da MTSO, realizado por musicoterapeutas que se apresentam como feministas. Curtis (2006) *apud* Vitor e Gonçalves (2015) “relata o seu trabalho como musicoterapeuta feminista com um grupo de mulheres que sobreviveram à violência de seus parceiros [...] A autora salientou objetivos e ações da práxis”

[...] “aliados à MT, sendo eles desmistificação, análise feminista de poder e análise feminista de gênero”. (CURTIS, 2006, p. 229). A autora retoma o alcance da música na MT feminista, no incentivo às mulheres do grupo para comporem e gravarem suas próprias canções, “encontrando suas próprias vozes”. (CURTIS, 2006, p. 241).

Desta forma, o processo de construção de sentido que ocorre no território abarca muitos conteúdos subjetivos que são construídos pela família, sociedade, escola e outros domínios da produção de poder, em uma experiência singular do sujeito. “A subjetividade individual é resultado do entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, midiáticas, entre outras.” (PINTO, 2007, p. 42-43). A subjetividade está em movimento na sociedade e, por isso, é essencialmente social; porém, é experimentada por cada sujeito de maneira única.

Os atravessamentos permeados pela vulnerabilidade social em que muitos grupos sociais são expostos fazem parte de uma sociedade capitalista, que produz subjetividades ligadas à produção do capital, e geram as desigualdades. Essa cotidianidade envolve um ciclo de violências que necessita de intervenções para seu rompimento, e as novas práticas em Direitos humanos sinalizam possibilidades nesta seara. “A subjetividade, produção coletiva, histórica e contextualizada no seu tempo e em sua cultura, traz, portanto, hoje, as marcas da ordem capitalista [...]”. (PINTO, 2007, p. 45).

As relações sociais passam por estes atravessamentos de sentidos que são construídos nesta rede formada no território vivido, que podem se mover para a construção de novas formas de viver em um processo de vir a ser. “Uma prática musicoterápica se transforma a partir de desvios; forças que se chocam, inesperadas situações, criações e aprendizagens no momento em que surge o imprevisível. Linhas que escapam e abrem outras possibilidades.” (SILVA, 2006, p. 102). Um trabalho interdisciplinar organizado, planejado e sistematizado que considera a possibilidade de novas situações, não como improvisado, mas espaço aberto para o novo, o aqui e agora, é uma postura que se acredita que é capaz de romper com o trabalho social conservador.

Desta maneira, o trabalho da MTSO coloca-se como uma possibilidade de aliança entre os usuários dos serviços, pois implica em um processo amplo

que se expande nas micro e macro relações sociais. A música e seus elementos, som, espaço e movimento, possibilitam que o homem construa seus territórios existenciais.

Essa forma de conceituação de território está relacionada diretamente com outras duas terminologias, desterritorialização e ritornelo. Neste caso, fundamenta-se a visão filosófica que pode trazer elementos subjetivos, construídos no espaço social e geográfico. No primeiro capítulo trabalhamos com a visão sociológica; aqui relacionamos este conceito com a música pela aproximação com a filosofia proposta por Deleuze e Guattari (1995).

[...] Eis aí, bem diante de nossos olhos, a condição primeira do som para Deleuze. Sua função por excelência é a desterritorialização [...] Tudo se passa como se Deleuze privilegiasse o som a partir da função de uma repetição (ritornello) capaz de produzir uma diminuta diferença, *diferença e repetição*. (PINHEIRO, 2000, p. 77).

A musicoterapeuta Craveiro de Sá (2003) fundamenta-se nos mesmos pressupostos filosóficos para embasar a música que, segundo ela, é compreendida como uma forma de pensamento que se origina do ritornelo (repetição), sendo delimitada pelo território vivido, em um processo de construção, buscando transformar forças não sonoras em forças sonoras, pois quando o sujeito realiza este movimento de mudança ele também se transforma. “Portanto, o cantar, o compor [...] a música são considerados como se tivessem um único objetivo: o de desencadear devires”. (CRAVEIRO DE SÁ, 2003, p. 32).

Deleuze e Guattari (1986), nesta esteira de aprofundamento filosófico das subjetividades, citam o verbo agenciar, que é o mesmo que estar no meio, uma forma de conexão, que é também significada pelo afeto e o respeito. É uma linha de encontro entre o interior e o exterior, o “eu e o outro”, ou seja, a reciprocidade da relação de alteridade como forma de relação e transformação social/humana, capaz de promover mudanças sociais profundas na perspectiva da emancipação.

A subjetividade entendida e considerada pelo senso comum, como algo que vem de dentro, e tão somente do interior do sujeito, está recebendo um novo enfoque, uma subjetividade instaurada tanto pelo meio externo quanto pelo meio interno. (GUATTARI, 1986, p. 56).

Eis, nesta direção, uma das grandes potencialidades do trabalho social, escutar as singularidades e suas contradições, de maneira que as identidades sejam valorizadas como forma de enfrentamento às violências produzidas pela cultura. “A música em relação à ciência social é considerada como um “indicador de estruturas sociais”, e desse modo, por definição, seu sentido surge dessa correlação.” (BAUER e GASKELL, 2015, p. 385).

A MTSO é uma estratégia de ação problematizadora da realidade, e a arte tem este papel de construir alternativas de superação da realidade, sem dela sair, ou seja, considerando o cotidiano como um agente capaz de expressar a vida nas suas diversas dimensões. A música em MT é uma possibilidade de revelar a criatividade e a imaginação do homem. Heller (2008, p. 21) argumenta que a arte tem a condição de colocar os seres humanos em condições de igualdade, e romper com as amarras e limitações do cotidiano particular. É o grande voo do homem.

A presente pesquisa-ação pretende aproximar-se da vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social, para sistematizar os resultados advindos das vivências promovidas por meio da ação interdisciplinar. Acredita-se que seja possível compreender o funcionamento do contexto, desenvolvendo estratégias de ação capazes de contribuir com a Educação em Direitos Humanos.

Sendo assim, o trabalho aqui sistematizado abarca a MTSO, a qual se fundamenta nos conceitos dessa prática, trazendo reflexões a partir de novas práxis que possibilitem ampliar as conexões do trabalho social no território vivido, abrindo possibilidades para a escuta da subjetividade que produz, em alguns momentos, possibilidades de transformação da realidade e emancipação humana. Com base nesses conceitos e perspectivas, acredita-se que o presente estudo contribuirá para, e com, a Educação em Direitos Humanos.

Dessa maneira, no próximo capítulo serão analisadas as estratégias metodológicas desenvolvidas a partir da pesquisa-ação, subsidiadas no campo de conhecimento da Musicoterapia Social em interfaces com as políticas públicas e demais áreas, de forma interdisciplinar. “As práxis transformadoras exigem reflexão/ação e mediação crítica entre teoria, prática e ética, considerando as contradições da realidade e dos espaços sociais, as

alternativas e condições concretas, e a historicidade dos processos”. (SILVEIRA, 2016, p. 192). Uma ação pautada na realidade concreta, em tempos de intolerância e avanços do conservadorismo, significa a construção do desenvolvimento social humano e criativo, pautado na inovação, no diálogo, no fortalecimento de vínculos, na construção de laços de pertencimento e na coletivização, com a perspectiva de explicitar a ética por meio do trabalho social.

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é desenvolver as estratégias metodológicas em Políticas Públicas desenvolvidas na pesquisa-ação por meio das técnicas e métodos da MTSO com interlocução interdisciplinar com as demais áreas do conhecimento.

3.1 SISTEMATIZAÇÕES METODOLÓGICAS

A abordagem desta investigação fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa para analisar as percepções a partir dos significados construídos, no contexto social, pelos sujeitos pesquisados. Estes sujeitos fazem parte da população em situação de rua, a POP-RUA, que apesar de se encontrar em condição de subcidadania, visto que não tem os direitos básicos de cidadania assegurados, ocupa um espaço nos centros das cidades, e constrói sentidos sobre este cotidiano.

Diante deste cenário, e por meio da pesquisa qualitativa, espera-se identificar “a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (MARTINELLI, 1999, p. 35) a partir dos sentidos construídos pela POP-RUA. Neste sentido o qualitativo refere-se:

[...] então, à possibilidade de recuperar as histórias dos movimentos dessa comunidade, sendo percebido nos conflitos, nas divergências, nas ações que fazem diferença, que facultam a produção de sentidos outros, frente ao hegemônico, para um futuro indeterminado. (AGUIAR e ROCHA, 2003, p. 66).

Esta forma de compreensão do processo pode contribuir para dar visibilidade às novas práticas interdisciplinares no campo dos Direitos Humanos, de forma que as diferenças sejam respeitadas como um modo possível de existir, escapando do crivo da funcionalidade disciplinadora, incorporada às práticas que violam as subjetividades.

Dessa forma, torna-se imperiosa a construção do conhecimento científico por meio da pesquisa, “pois não temos como produzir novas práticas somente com a reprodução do já produzido, com o saber cumulado.” (MARTINELLI, 1999, p. 15).

Sob este prisma, a ruptura com paradigmas conservadores é possível por meio do trabalho pautado na pesquisa e no conhecimento gerado a partir da realidade social dos sujeitos e das suas percepções. Por ser ruptura, é indispensável que essas práticas se construam no contexto das contradições, e que assumam a contradição, pois não há prática nova onde não há rupturas contra-hegemônicas.

A pesquisa qualitativa valoriza a aproximação do pesquisador com a realidade. É uma busca dos sentidos construídos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, funcionando como uma possibilidade de vocalização das histórias de vida dos sujeitos. “Essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado.” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Martinelli (1999) assinala três pressupostos da pesquisa qualitativa: 1) reconhecimento da singularidade do sujeito; 2) reconhecimento da história social do sujeito; 3) reconhecimento do modo de vida e da experiência social do sujeito. O importante neste tipo de pesquisa não é a quantidade de pessoas participantes, mas o significado que estas constroem em relação ao objeto pesquisado. Por isso, relaciona-se com uma construção coletiva, fruto de um exercício político, desenvolvida junto aos participantes. É um tipo de pesquisa realizada com e não para os sujeitos.

A partir dos pressupostos acima apresentados, Martinelli (1999) traz algumas considerações sobre este tipo de pesquisa, sendo que a primeira delas é sobre seu caráter inovador²⁰, a segunda, sobre sua dimensão política, e a terceira, sobre a dimensão de complementaridade e articulação com as diversas áreas do conhecimento.

Nesse prisma, pretende-se por meio da abordagem qualitativa construir caminhos metodológicos pertinentes ao tratamento de conteúdos de natureza subjetiva, coletados por meio da pesquisa-ação junto à POP-RUA.

3.2 PESQUISA-AÇÃO

²⁰ O caráter inovador desenvolvido por Martinelli (1999) relaciona-se a práticas não conservadoras que valorizam as subjetividades e o protagonismo dos sujeitos.

Quanto ao tipo de pesquisa, o que se mostrou mais adequado para se alcançar os objetivos colocados foi o da pesquisa-ação, como podemos ver em Severino:

[...] ao mesmo tempo em que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos, mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas. (SEVERINO, 2007, p. 105).

Quanto aos pressupostos da pesquisa-ação (teoria-prática, experiência viva, conhecimento) sistematizados por Gil (2010), propõe-se que ela seja desenvolvida a partir de uma fase exploratória, que consiste em determinar o campo a ser investigado.

Gil (2010) afirma que este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo constante vaivém entre as suas fases. Esse movimento é determinado pela dinâmica de relacionamento entre pesquisador e situação pesquisada. Conforme o autor, é um tipo de pesquisa em que o planejamento não é marcado pelo tempo, mas sim pelas fases que constantemente podem sofrer alterações, em função das trocas estabelecidas por todos os sujeitos envolvidos no processo, as quais podem trazer novas diretrizes à pesquisa através do resultado das discussões dos seminários.

A pesquisa-ação, ainda segundo Gil (2010), é um tipo de estudo que envolve a ação dos pesquisadores e dos grupos interessados, nos seus diversos momentos. Uma vez que o observador é constituinte do contexto, uma série de impressões vai sendo observada, e deve ser registrada para melhor compreensão do objetivo pesquisado. Estas informações coletadas também envolvem impressões pessoais, modificações que vão ocorrendo no processo, observações, falas, comportamentos e relações que contribuem para melhor compreensão do contexto em que a pesquisa foi desenvolvida.

A pesquisa-ação, neste formato, irá envolver a participação da POP-RUA em todas as fases do processo, bem como da pesquisadora e dos profissionais comprometidos com este público, para discutir e encaminhar ações, contribuindo para o protagonismo, a participação social e a educação em direitos humanos nesta área. Compreende-se pesquisa-ação, como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução

de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1997, p. 14).

Este tipo de pesquisa necessariamente envolve experiência prática no contexto pesquisado “[...] As dimensões da pesquisa de ação, profissional, pessoal e política pressupõem uma ação crítica e emancipadora”. (SOMMEKH e LEWIN, 2015, p. 141).

Tripp (2005) afirma que a pesquisa-ação é uma investigação em forma de ação, visto que este processo metodologicamente se retroalimenta por meio de ciclo marcado por algumas fases assim caracterizadas: planejar, agir, descrever e avaliar, sendo que um dos momentos mais importantes é o planejamento que busca desenvolver estratégias para melhorar a prática que, no caso desta pesquisa, pretende contribuir para melhorar o trabalho com populações vulneráveis.

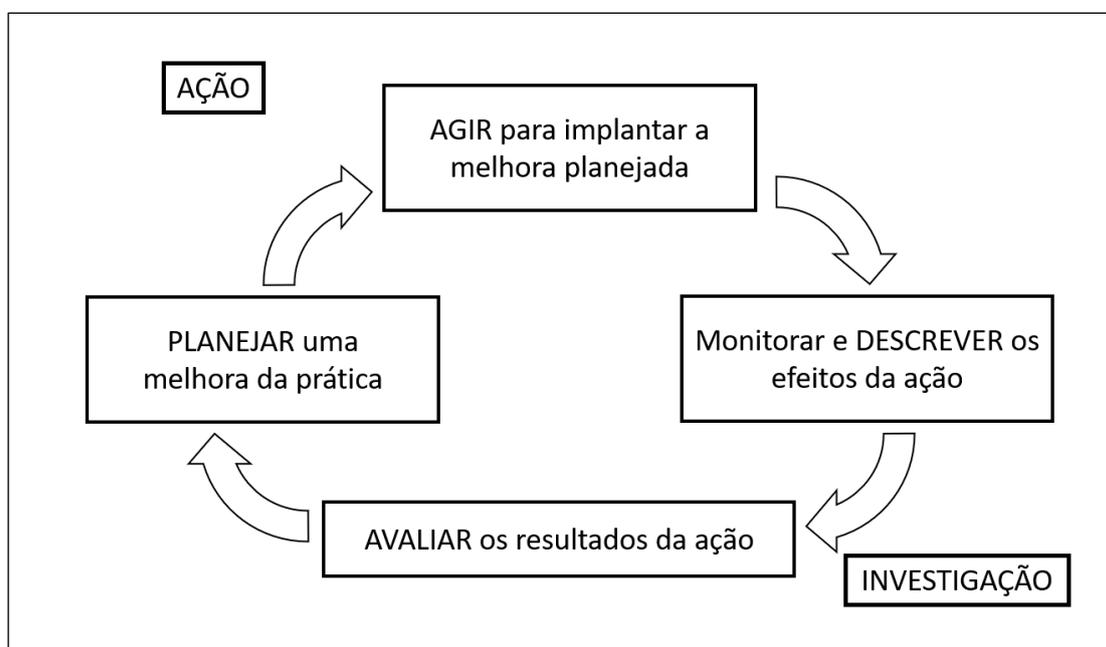


Figura 4 - Ciclo da pesquisa-ação
Fonte: (TRIPP, 2005, p. 446).

Assim, a pesquisa foi sistematizada em três fases. A primeira abrangeu planejamento e contato com a instituição, reuniões com equipe da entidade e participação nos movimentos de organização da POP-RUA. A segunda foi o

momento das intervenções²¹ da MTSO, quando foram realizadas oito vivências com o público-alvo da pesquisa. Na terceira fase, foram feitas a descrição, a análise e a discussão de dados.

3.3 AMOSTRAGEM E PERÍODO DE COLETA DE DADOS

O critério de inclusão do público a ser atendido pela pesquisa era encontrar-se em situação de vulnerabilidade e risco social, como era o caso da população em situação de rua atendida pela Casa de Acolhida São José²², no município de Curitiba. Embora a maioria fosse composta pelo público masculino adulto, houve, em alguns momentos, a participação de mulheres e do público LGBT. O critério de exclusão abarcou aqueles que não quiseram ou não estavam dispostos a participar.

O público acima mencionado sofria e/ou sofre diversos tipos de danos e violação de direitos referentes à sua integridade física, social e subjetiva. Esse público vivia/vive em um contexto que exigia/exige intervenções que potencializem a defesa, a proteção e ações metodológicas capazes de transversalizar os Direitos Humanos.

3.4 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa-ação foi realizada em uma entidade não governamental, do início de outubro até dezembro de 2017, na Casa de Acolhida São José. É uma entidade da rede socioassistencial, referência no atendimento a populações vulneráveis. A inserção da musicoterapeuta pesquisadora, na entidade, ocorreu em conjunto com ações da casa, localizada no bairro São Francisco, região central da cidade.

²¹ Intervenção em Musicoterapia existe de duas formas, a verbal e a musical, sendo que o objetivo de ambas é ser um agente de modificação da expressão sonora ou verbal do momento. As musicais diferem das verbais porque são feitas através de novos elementos musicais ou pela modificação realizada pelo musicoterapeuta. (BARCELLOS, 2016, p. 107). Embora haja diversas formas de intervenção musical, destaca-se o uso da rítmica, da melodia, da harmonia e também do canto. Segundo a autora, em um processo musicoterapêutico, o profissional poderá utilizar qualquer uma das duas formas de intervenção; contudo, a utilização das intervenções musicais abre caminhos para se investigar mais sobre os resultados obtidos em um processo.

²² Anexo B – Autorização para realização da pesquisa.

As ações ofertadas pela casa inseriam-se na área da Política Pública de Assistência Social, tipificadas como Serviço de PSE de Média Complexidade. Entre os serviços que eram oferecidos pela entidade à POP-RUA, destacavam-se o assessoramento, a defesa e a garantia de direitos de grupos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e risco social.

A missão da Casa era ofertar um serviço especializado, digno e de qualidade à POP-RUA que procurava o lugar de forma espontânea. Eram pessoas que tinham seus direitos violados por conta das vulnerabilidades que a situação de rua impunha.²³

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/PUCPR), aprovada e protocolada sob o Parecer nº 2.056.268, em conformidade com a Resolução nº 466/12, via Plataforma Brasil.

Ressaltou-se que a participação na pesquisa era voluntária e que, a qualquer momento, as pessoas poderiam se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento, sem precisar justificar o motivo de saída, sem sofrer por isso qualquer prejuízo à assistência que recebiam na casa de acolhida.

Quanto à imagem e áudio, conforme solicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexo C, enfatizou-se que a autorização de uso se destinava aos fins desta pesquisa, restritos a registro e maiores possibilidades de análise do material coletado.

O grupo de sujeitos de pesquisa que fez parte da pesquisa-ação envolveu pessoas que no período da pesquisa estavam em situação de rua e também lideranças do MNPOP-RUA, que foram convidadas a participar, tendo sido respeitados os princípios éticos de sigilo e anonimato, bem como o cuidado com a integridade dos sujeitos envolvidos, e seguidos os critérios de inclusão e exclusão. Após esclarecimentos, aplicou-se o (TCLE) para início da coleta de dados.

3.6 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

²³ Disponível em: <<http://www.provinciacuritiba.com.br/social/instituicoes/casa-de-acolhida-sao-jose/65>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

Como instrumentos de coleta de dados qualitativos para essa pesquisa foram consideradas a reunião de aproximação junto ao público pesquisado antes de iniciar as vivências, e a participação em eventos promovidos pelo MNPOP-RUA e as intervenções realizadas por meio do grupo focal, os quais foram registrados em forma de diário de campo e observação participante.

Os relatórios das vivências, o diário de campo, a observação das/os participantes foram somados aos registros de áudio e imagem (previstos no TCLE), que foram classificados e considerados como instrumentos de coleta de dados.

4. DESENVOLVIMENTO PRÁTICO DA PESQUISA

4.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO: DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS À REALIDADE CONCRETA

Na primeira fase aconteceu o Encontro de 10 anos do MNPOP-RUA. Este contou com a participação da equipe da entidade e da pesquisadora. Sua participação, além de promover a construção de alianças com a POP-RUA, foi relacionada à possibilidade de se elaborar propostas para o desenvolvimento de metodologias de trabalho com pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, a partir da realidade apresentada pelo movimento social organizado pelo público atendido.

Representantes da coordenação do MNPOP-RUA de vários estados da Federação, da sociedade civil e do poder público estiveram presentes no referido evento, no dia 31 de agosto de 2017. Foram três dias de debates, discussões e de fortalecimento do coletivo organizado da população em situação de rua, em comemoração pelos 10 anos de resistência, ousadia e luta pela garantia dos direitos humanos desse grupo. Destacaram-se, neste evento, os diversos relatos da violação de direitos que afeta cotidianamente a população em situação de rua como violência física e ou psicológica, ações higienistas, LGBTfobia, além da ausência de políticas públicas para acesso à moradia, à saúde, ao trabalho e renda e à justiça, entre outras.

Ficou evidente, pela fala do MNPOP-RUA, que na rua muitos direitos são violados, pois se trata de um cenário marcado pelo constante desrespeito. É urgente e fundamental, para proteção dos direitos humanos e para a defesa da vida, o fortalecimento da luta organizada, o conhecimento desta população acerca de seus direitos e a Mobilização Social, por meio da participação popular nos espaços de construção e gestão das políticas públicas afirmativas (conselhos de direitos, conferências e audiências).



Figura 5 - Evento nacional de comemoração dos 10 anos da POP-RUA
 Fonte: Arquivo da autora, 31.08.2017.

Esta imagem do evento nacional de comemoração aos 10 anos da POP-RUA retrata a participação da pesquisadora e dos líderes do MNPOP-RUA que é formado por pessoas que já estiveram em situação de rua. Apesar das diversas formas de violência vivenciadas nas ruas, o protagonismo político foi significativo para a mudança de situação, ou seja, são pessoas que saíram da condição de rua, o que leva a pensar que isso é possível para mais pessoas.

A prática, embasada no referencial teórico apresentado nos primeiros dois capítulos, possibilitou a verificação da forma como nasceu o MNPOP-RUA. Ele é fruto de um intenso processo de luta pela defesa e garantia dos direitos humanos de um público excluído socialmente, que vivencia, cotidianamente, profundas formas de desigualdades.

O MNPOP-RUA surgiu como uma possibilidade de representação e vocalização de uma parcela da população que, contraditoriamente, é invisível aos olhos da sociedade. Apesar de compor a cena dos grandes centros urbanos e causar incômodo, muitas vezes, sua presença é invisibilizada pela ação das políticas de Estado ou por omissão.

O enfrentamento da situação de desigualdade, vivenciado pelo coletivo dos que lideram o movimento, e que têm o histórico de já terem passado parte das suas vidas nas ruas, aparece como uma estratégia de superação desta expressão da questão social, justamente porque é conduzido por quem já

“sentiu na pele” o que é estar e viver nas ruas, o que dá maior legitimidade ao que é proposto pelo movimento. Assim, o planejamento das ações ocorreu após as primeiras aproximações com o território, visto que a realidade se mostrou a partir dele e as vivências foram elaboradas com foco no atendimento das demandas que se apresentaram.

4.2 COLETA DE DADOS

Na segunda etapa da pesquisa formou-se o grupo focal com as vivências da MTSO. Para tanto, foram realizadas oito vivências com método de grupo focal, o qual foi formado como grupo aberto. “A marca que define os grupos focais é o uso explícito da interação²⁴ do grupo para produção de dados e *insights* que seriam menos acessíveis sem a interação verificada em grupo.” (FLICK, 2009, p. 188).

Putcha e Potter (2004) citam alguns aspectos que podem facilitar a condução do mediador do grupo focal. Destacam-se entre eles a informalidade na discussão e a condução do grupo, de maneira que os moderadores possam facilitar o compartilhamento de experiências e opiniões pelos integrantes dos grupos. Tal característica parece ser uma estratégia interessante que pode atender a uma das críticas levantadas pela POP-RUA e que está relacionada à formalidade e à utilização de formas de comunicação e palavreado de difícil compreensão.

Segundo Flick (2009), grupos focais podem ser muito produtivos quando a interação e a dinâmica das/os participantes podem acrescentar algo sobre o conhecimento produzido no momento de realização da pesquisa.

Os registros da coleta dos dados foram feitos em forma de diário de campo, cuja importância é ressaltada por Minayo (2007) como uma maneira de registro que ocorre no dia a dia da pesquisa. A autora coloca que pode ser um caderninho de notas. Foi utilizada, também, a observação participante que Minayo (2007) aponta como sendo essencial no trabalho de campo das pesquisas qualitativas, pois, além de ser um método de interpretação da

²⁴ Interação em musicoterapia são aqueles momentos em que o musicoterapeuta e [o sujeito] se “encontram” ou “dialogam” musicalmente, isto é, através de uma série de mensagens trocadas por meio da comunicação (BARCELLOS, 2016, p. 97) verbal ou musical. Segundo a autora, há diversas formas de classificar a interação.

realidade, é uma forma de aproximação pela observação e participação da vida dos sujeitos envolvidos em seus espaços de convivência. Nesse caso, foi a Casa de Acolhida a receber a POP-RUA. Também foram utilizados notebook, gravações, fotografias e observação participante, resguardados os princípios éticos previstos pela CEP-PUCPR.

Um dos objetivos da MTSO no desenvolvimento de uma ação dessa natureza, constituída por grupos heterogêneos com uma média de 34 participantes por vivência, era o fortalecimento da formação de coletivos para acionar mecanismos subjetivos de proteção social. Importante pontuar que é necessário muito cuidado e conhecimento na mediação de processos musicoterapêuticos com grandes grupos, além da cautela de afastar-se de ações disciplinadoras.

4.2.1 Reunião na Casa de Acolhida São José

No dia 2 de outubro de 2017 aconteceu a primeira reunião na Casa de Acolhida São José, cujo objetivo foi apresentar a pesquisa 'Musicoterapia e Direitos Humanos: novas práticas para Educação emancipadora com populações vulneráveis' à equipe da instituição e planejar os próximos passos da pesquisa-ação.

Em relação aos desafios do trabalho realizado pela instituição, destacaram-se as fragilidades no desenvolvimento de articulações em rede para o atendimento desta população, a demora no atendimento da rede pública e despreparo da equipe técnica na atenção especializada a este público.

Assim, diversos trabalhos e parcerias vêm sendo desenvolvidos pela Casa de Acolhida São José, no sentido de promover a proteção e a garantia dos Direitos Humanos desta população. Contudo, ainda há muitos desafios como a ausência de políticas públicas relativas ao acesso a trabalho e justiça, saúde e educação, moradia e assistência social.

4.3 SEGUNDA APROXIMAÇÃO – VIVÊNCIAS

4.3.1 Descrição, análise e discussão dos dados

Nesta etapa, foram realizadas oito vivências musicoterapêuticas, pela pesquisadora diretamente com a POP-RUA, no período entre outubro e a primeira metade de dezembro. A duração destas era, em média, de uma hora e trinta minutos.

Foram feitas visitas de aproximação ao público atendido pela entidade a fim de construir vínculos e amenizar possíveis resistências. A metodologia da ação seguiu as seguintes etapas: acolhimento/ambiência, desenvolvimento e fechamento/encaminhamentos. As vivências receberam um tema gerador, que surgiu após descrição e análise de dados.

Metodologia das vivências: Acolhimento/ambiência - quando ocorria a preparação do ambiente. Com a chegada das/os participantes ocorria uma apresentação geral da pesquisa, seguida da apresentação pessoal das/os participantes que diziam seu nome, algo que gostavam de fazer e uma música de preferência.

Desenvolvimento: exploração e sensibilização sonora dos instrumentos e formação do Círculo de Tambores (SUZUKI, 2008), com a exploração das propriedades do som: altura, intensidade, duração e timbre. Neste momento, a musicoterapeuta tocava cada instrumento, e realizava uma demonstração sonora, informando os nomes dos instrumentos e as diferenças entre os timbres de cada instrumento.

Encerramento: as vivências eram finalizadas com a expressão musical construída pelo grupo, ou pela canção mais significativa do dia, e esta foi uma das formas de avaliação das atividades.

Na fase de encaminhamento, em uma das vivências, surgiu o interesse do grupo pela continuação do trabalho da MTSO no ano seguinte, na casa²⁵ e também de assessoramento ao MNPOP-RUA. Esta preocupação em dar encaminhamento às ações está relacionada aos pressupostos da pesquisa-ação que têm como foco a transformação de modo que seja dada continuidade ao trabalho de acordo com as necessidades apresentadas pela realidade investigada.

²⁵ Devido a tal interesse, colocou-se a possibilidade de parceria com a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), escola de formação da pesquisadora. Como há o curso de graduação em Musicoterapia, pensou-se na possibilidade de abertura de campo de estágio na Casa de Acolhida.

Uma das características do público atendido pela pesquisa foi a diversidade do grupo. Aproximadamente 30% deles participaram dos oito vivências, os demais participaram de uma cada, o que levou à aplicação do TCLE em vários momentos do processo.

Quanto às experiências musicais em Musicoterapia, foram utilizados os improvisacionais e os recriacionais (BRUSCIA, 2016) e o Círculo de Tambores (SUZUKI, 2008). Foram usados, também, instrumentos musicais, sons e ritmos corporais, bem como canções e os principais estilos musicais manifestados pelo grupo.

Assim, os recursos utilizados foram: um teclado, um violão, quatro caxixis, um pandeiro, um bongo, um djembê, um rebolo, um guizo, dois cabuletês, um xilofone, uma kalimba, oito tubos sonoros, os boomwhackers, câmera fotográfica, filmadora, notebook e canetas, lápis e papel.

Apesar de ter sido um processo breve, foi possível observar manifestações da subjetividade, as quais desenvolveram uma relação de pertencimento e de construção de vínculos. Da primeira à oitava vivências foi possível observar um crescente desenvolvimento do grupo, no que se refere à vocalização e expressão sonora relativas aos sentidos de estar em situação de rua. Esta relação estabeleceu uma conexão por meio das experiências musicais com a realidade vivida no território, notadamente marcada pelas situações de desigualdades e violação de direitos.

Desta maneira, as experiências musicais ganharam unidade, qualidade e intensidade, em especial pela participação do MNPOP-RUA que mobilizou atitudes, posturas de protagonismo, autonomia musical e política no grupo, potencialmente capazes de contribuir para a superação da situação de opressão. Diante disso, um trabalho dessa natureza mobiliza atitudes, configurando-se uma ação para autonomia e emancipação humana.

4.4 PRIMEIRA VIVÊNCIA: OS SIGNIFICADOS DE “ESTAR NAS RUAS”

*Viver na rua não é bom, se fosse nós não iríamos querer sair dela”
(Depoimento de um integrante do Movimento Nacional da
POP-RUA, 10/10/2017).*

O objetivo da proposta de ação deste dia foi apresentar a pesquisadora e a pesquisa-ação à POP-RUA atendida pela Casa de Acolhida São José, bem como convidar os frequentadores para participar do início da pesquisa. Ressaltou-se a relevância do trabalho artístico cultural com a POP-RUA. E, tendo em vista o agravado contexto de violação de direitos vivenciado por esta população, percebeu-se que as experiências musicais que permeiam a vida dessas pessoas pode ser um mecanismo de fortalecimento de vínculos sociais.

Neste dia estiveram presentes na Casa de Acolhida, líderes do MNPOP-RUA que relataram posturas higienistas da atual gestão da prefeitura de Curitiba (2017/2020). Em relação à POP-RUA, medidas vêm sendo tomadas para a retirada desta população do centro da cidade com condução para bairros mais afastados, deslocamentos esses que vêm gerando impactos tanto para a POP-RUA, que não tem o direito à cidade garantida, quanto para os bairros que também não têm infraestrutura adequada para acolher este público. Além disso, o agravamento da violação de direitos, em muitos casos tem levado à morte parte dessa população.

As questões expostas levaram o grupo a refletir sobre a necessidade de mobilização coletiva da POP-RUA para responsabilizar o poder público, por meio dos mecanismos jurídicos e pressioná-lo para a criação de medidas de proteção mais eficazes para atender o grupo em foco.

Foram destacadas as características da pesquisa-ação que propõem uma ação articulada com os sujeitos envolvidos no processo, bem como com os sujeitos coletivos que representam este segmento.

E o grupo debateu sobre as dificuldades de participação e representação coletiva da POP-RUA e sobre os aspectos que envolvem a não participação, buscando encontrar caminhos para o fortalecimento do protagonismo político.



Figura 6 - Membros do MNPOP-RUA
 Fonte: Arquivo da autora, 10.10.2017.

A fala de um líder do MNPOP-RUA, proferida nesse dia, *“Viver na rua não é bom, se fosse nós não iríamos querer sair dela”*²⁶, representa o reconhecimento de que a POP-RUA quer sair das ruas e ter os direitos básicos de cidadania assegurados. Embora defenda o direito à cidade, isto não é no sentido de manter essa população nas ruas, mas que estando nessa condição, não aceita a violação de seus direitos e os atentados contra vida, de diversas naturezas, aos quais este público está cotidianamente exposto.

Neste dia o grupo focal foi realizado com a participação do MNPOP-RUA. Chama atenção a exposição do movimento sobre o agravado contexto de violação de direitos e a dificuldade de organização do coletivo POP-RUA. Neste prisma, a pesquisa foi colocada como um mecanismo de fortalecimento de vínculos sociais, sendo esta uma possibilidade de reconhecimento, valorização e mobilização dessas pessoas na direção do engajamento político.

Estiveram presentes neste dia, a pesquisadora, a assistente social da casa, líderes do MNPOP-RUA e, aproximadamente, quarenta e sete pessoas em situação de rua, número bastante significativo, o que foi motivado pela presença do movimento. A participação da musicoterapeuta foi estratégica por ter funcionado como elo para a construção de vínculos visando o desenvolvimento do trabalho.

²⁶ Depoimento de um líder do Movimento Nacional da POP-RUA de Curitiba, em 10 de outubro de 2017.

4.5 SEGUNDA VIVÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE GRUPAL PARA SUPERAÇÃO DA SUBSERVIÊNCIA

*“Obrigado por não considerar a gente um lixo humano e nos fazer perceber que somos úteis para alguma coisa”.
(Depoimento de uma pessoa em situação de rua, 17/10/2017).*

A roda de conversa foi a atividade inicial, quando foram apresentados os objetivos da pesquisa-ação e feito o convite aos presentes para dela participar. Em seguida, explicado e entregue o TCLE, que foi assinado, bem como a lista de presença. Estiveram presentes neste dia, a pesquisadora, a assistente social da casa e, aproximadamente, trinta pessoas em situação de rua.

O grupo enfatizou a necessidade de organização e participação coletiva da POP-RUA junto ao MNPOP-RUA para o fortalecimento dos projetos de ações a serem encaminhados aos órgãos de defesa e garantia de direitos humanos, tais como Ministério Público do Paraná e Defensoria Pública.

Com o grupo aquecido, foi traçado um paralelo entre a mobilização coletiva e a construção musical, enfatizando a necessidade de escuta e de organização entre os membros que, neste caso, compõem o MNPOP-RUA, para a obtenção efetiva de resultados nas duas situações.

O trabalho de mobilização sonora começou pela investigação do timbre dos instrumentos musicais, o que levou à exploração dos instrumentos em si, construindo uma manifestação musical espontânea, por meio do ritmo, que segue logo abaixo. Por meio dessa atividade, foi possível perceber que havia vários músicos no grupo. Contudo, era visível a dificuldade de organização coletiva.

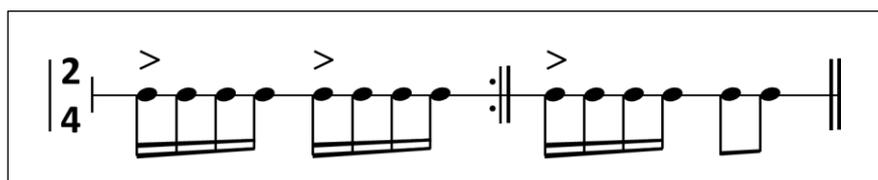


Figura 7 - Célula rítmica da segunda vivência
Fonte: A autora, 2017.

A pessoa que tocava o pandeiro, após a mobilização sonora, manifestou essa expressão rítmica. Na figura 8 é perceptível sua habilidade musical ao tocar o instrumento, fazendo uso de técnica de malabarismo, e também, certo

nível de organização e de compreensão acerca da complexidade do elemento rítmico musical.



Figura 8 - Mobilização sonora para a vivência de musicoterapia
Fonte: Arquivo da autora, 17.10.2017.

A presença dos vários músicos no grupo, e que já conheciam boa parte dos instrumentos de percussão e melódicos, possibilitou que essa manifestação rítmica fosse marcada por forte intensidade.

Na sequência, o grupo foi conduzido a cantar “Asa branca”²⁷, de Luiz Gonzaga (1947), como estratégia de organização e identificação sonoro-cultural, o que os levou a entoar a melodia. E o que se ouviu foi um canto de fraca intensidade. Em seguida, ao cantarem um trecho com a letra que segue, foi possível perceber a construção da harmonia que cresceu com uma improvisação rítmica coletiva. A letra da canção expressa o seguinte conteúdo: território, cotidiano e realidade.

Quando olhei a terra ardendo
Qual a fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação (bis).

Que braseiro, que fomalha
Nem um pé de plantação
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão (bis).
(GONZAGA; TEIXEIRA, 1947)

Do relato acima apresentado, observa-se que as propriedades da música (ritmo, melodia e harmonia) e do som (altura, duração e timbre) foram

²⁷ Anexo E.

introduzidas na intervenção como possibilidades de conexão com a memória afetiva dos participantes. E o ritmo foi um elemento que surgiu desde a primeira vivência com o grupo, pois é um fator ancestral, primitivo, motor e de sobrevivência. “O ritmo não é apenas o principal fator na organização da música, mas também é, falando em termos gerais, o que proporciona a energia, o fator primitivo que impulsiona a música.” (GASTON, 1968, p. 38)²⁸.

O ritmo produz som e movimento, deslocamentos necessários à elaboração da música.

Ritmo é o efeito que se origina da duração de diferentes sons, longos ou curtos. Melodia: é a organização simples de uma série de sons musicais e sucessão rítmica. Harmonia é a combinação simultânea e o agrupamento “agradável” de sons. (SILVA, 2006. p. 21).

Estrategicamente ritmo, melodia e harmonia foram inseridos na vivência como uma possibilidade de avanços em patamares de sociabilidade. Tendo em vista as dificuldades de participação e entonação da voz da POP-RUA, decidiu-se por estimular aspectos subjetivos da comunicação, por meio dos elementos musicais. “Para Orff, o ritmo é a base para a melodia, e ambos estão relacionados com o corpo: o ritmo com o movimento, e a melodia com a fala”. (BONFIM, 2012, p. 82).

O argumento de Bonfim (2012) sobre a relação entre ritmo, melodia, corpo, movimento e fala, reforça a viabilidade de se alcançar avanços nos níveis de relação grupal, por meio de estratégias musicoterapêuticas, o que se confirmou nos “achados” desta pesquisa.

Nessa vivência, foi possível perceber que o fator rítmico, que aparece na descrição, desencadeou a estratégia de estímulo da melodia de “Asa branca”, de Luiz Gonzaga, levando o grupo a um nível elaborado de improvisação musical, com harmonia, mas sem um modelo musical, resultando em uma criação espontânea grupal.

Dessa forma, Pedro²⁹, o integrante do grupo que tocou a kalimba³⁰, um instrumento musical de origem africana, relatou: “*Obrigada por não considerar*

²⁸ *El ritmo no es sólo el factor principal en la organización de la música sino que también es, hablando en general, el que le proporciona la energía, el factor primitivo, impulsor de la música.* (Tradução nossa).

²⁹ Pedro é o nome fictício do participante que tocou a kalimba na primeira vivência.

³⁰ A kalimba é da família dos lamelofones, populares na África. São de vários tipos pois podem variar o número de teclas, a disposição das notas, e se possuem (ou não) um ressonador (uma cabaça ou caixa

a gente um lixo humano e nos fazer perceber que somos úteis para alguma coisa”.

Pedro, que é negro, escolheu a kalimba para tocar. Sua fala expressa a identificação das possibilidades do trabalho, no âmbito do protagonismo social, ao reconhecer as potencialidades, manifestadas por meio da cultura, e habilidades artísticas e culturais expressadas pelo povo que vive na rua. Além disso, o impacto da sua fala ao utilizar a expressão “lixo humano”, se referindo àquelas/es que foram excluídos socialmente por não atenderem às exigências dos meios de produção capitalista, gera reflexão e deslocamento nas formas de desenvolvimento do trabalho social, visto que desencadeia possibilidades de ação ao evidenciar a identificação das potencialidades dessa parcela da população, que possui diversas habilidades sociais.

Logo, “cultura é identidade. E a música, o modo mais natural de expressá-la. Ao dedilhar sua kalimba (mbira), portanto, o homem expressa o que é – e, dessa maneira, pode “ser” no mundo.” (GANNIBAL, 2017). A kalimba é um instrumento musical que revela refinamento do ritmo.

A vivência foi encerrada com uma avaliação grupal. Como encaminhamento, pensou-se, juntamente com a orientadora desta pesquisa, em convidar as lideranças políticas do MNPOP-RUA a participar de uma e/ou mais vivências, para assim se observar a relação entre a expressão sonoro-musical do grupo, com e sem os líderes do MNPOP-RUA, a fim de se demonstrar se haveria ou não alguma relação entre e o protagonismo político e a dificuldade de vocalização e entonação musical. As experiências musicais utilizadas nesse dia foram os métodos improvisativos e os métodos recreacionais (BRUSCIA, 2016), e o Círculo de Tambores Comunitários. (SUZUKI, 2008).

Assim com o surgimento da necessidade de envolvimento das lideranças do movimento junto ao grupo focal, refletiu-se sobre as formas de cantar e os fatores sociais que envolvem esta ação, em que “repressão e crueldade, que brotam de uma história local de dominação e exploração, se

de madeira que repercute o som). O instrumento, na África, é conhecido por sua simbologia como amigo do caminhante. Disponível em:

<<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/mbira-o-instrumento-simbolo-de-um-povo/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

correlacionam com os estilos de cantar altos, fechados e individuais”. (BAUER e GASKELL, 2015, p. 376).

Observou-se, durante o desenvolvimento da ação, uma adesão bastante significativa do grupo e a predominância dos aspectos rítmicos da música em relação à melodia e à harmonia.

Os temas debatidos pelo grupo, neste dia, foram território, cotidiano e realidade, os quais se relacionam diretamente com o conteúdo da produção musical, podendo-se observar os aspectos subjetivos das dificuldades de envolvimento e participação processual da construção do protagonismo humano, o que envolve um processo de Educação em Direitos Humanos.

4.6 TERCEIRA VIVÊNCIA: CRÍTICA DO COTIDIANO EXCLUDENTE

*“Quem muito ouve, esquece de escutar”.
(Depoimento de uma pessoa em situação
de rua, 31/10/2017).*

Neste dia, havia várias pessoas presentes pela primeira vez no grupo, movidas, conforme depoimento, pela curiosidade em saber como funcionavam as vivências. As atividades foram iniciadas com uma improvisação musical, quando um dos participantes dizendo que queria tocar, dirigiu-se ao teclado. Tocou a canção “Asa branca”. (GONZAGA; TEIXEIRA, 1947).

A roda de conversa veio em seguida. A Musicoterapeuta pediu que citassem algumas das músicas de que mais gostavam, bem como os estilos musicais de preferência. Foram citadas “Tocando em frente” (SATER, 1992), e “Jesus alegria dos homens”³¹ (BACH, 1716). Quanto aos estilos musicais, música popular brasileira, romântico, religioso e de raiz.

Após a roda de conversa, o grupo foi convidado a escolher um instrumento musical e cantar uma das canções indicadas pelo grupo. Na sequência, foi distribuída a letra da canção “Tocando em frente” (SATER, 1992) (Anexo F), indicada como de preferência de um dos integrantes do grupo. “O canto, como qualquer outra expressão cultural, estabelece uma íntima relação com o processo histórico”. (MILLECCO FILHO, BRANDÃO, MILLECCO, 2001,

³¹ Anexos F e G.

p. 70). O conteúdo expresso na letra da canção foi amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação.

Foi observado, nesse momento, que o grupo estava com dificuldade em cantar, embora a canção fizesse parte do seu repertório histórico-cultural. Novamente, a intensidade da voz pôde ser classificada como de fraca intensidade, mas foi possível perceber que a dificuldade não era com a melodia, pois esta foi entoada de forma harmônica, mas com a forma de expressão e representação histórico-social, possivelmente relacionada à opressão vivenciada por estes sujeitos em situação de rua e o próprio processo de organização grupal, que estava em processo de construção.

Os instrumentos musicais utilizados neste dia foram os mesmos da vivência passada. Quanto ao número de participantes, somou-se um total de oito pessoas, e pelo tamanho do grupo, o trabalho foi realizado em uma sala menor, no interior da casa. Nas vivências anteriores, devido ao número bem maior de participantes, o atendimento foi feito no pátio de entrada da casa.



Figura 9 – Imagem da terceira vivência
Fonte: Arquivo da autora, 31/10/2017.

Na vivência desse dia, no grupo cada um se manifestou sobre a sua rotina diária, que envolve a vida nas ruas e a forma como são tratados pelo poder público. Referiram que em vários momentos, as intervenções são realizadas pela polícia militar e não pelas políticas públicas da saúde, da educação e da assistência social. Relataram, também, que a direção da Fundação de Ação Social (FAS), que é a gestora da Política Pública de

Assistência Social no município de Curitiba, orientou que a POP-RUA desocupe as ruas e retorne para suas famílias.

O envolvimento da segurança pública, por meio da polícia, para responder à questão social, historicamente colaborou para segregação, extermínio, vitimização, eugenia e genocídio das populações vulneráveis. Esta, que constitui o já referido aparelho repressivo do Estado, expressa as relações dos conflitos entre as diferentes classes sociais e engendra projetos societários em disputas que materializam interesses distintos que, na maioria das vezes, representam os interesses de um pequeno grupo no poder. Cita-se o modo de produção escravagista como exemplo, que contribuiu historicamente para estruturar as desigualdades e a escravidão de seres humanos, pela cor da pele, e cujas consequências se mantêm até o presente, permitindo “sustentar que as releituras de uma desigualdade como diferença podem, de um lado, implicar opressão ou dominação”. (BARROS, 2014, p. 38).

O Atlas da Violência (2017), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, demonstra os índices alarmantes de letalidade e vitimização policial, que confirmam um modo de funcionamento “belicista, que pouco dialoga com a sociedade ou com outros setores da administração pública” (IPEA, 2017, p. 22). Agravando ainda mais a opressão, daquelas/es sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Dados de uma pesquisa nacional desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2006), conforme já foi apresentado nos capítulos teóricos, registrou que, 81,2% da POP-RUA são constituídos por homens negros, o que se confirmou também nessa pesquisa. Apesar de a cidade de Curitiba ter a maior parte da população de origem branca, o mesmo não se reflete naquelas/es que estão em situação de rua.

Os dados analisados pelo viés da Teoria da Soberania Clássica, com enfoque no Racismo de Estado, proposto por Foucault (1999), conforme foi anunciado na introdução desse trabalho, podem ser aprofundados pela “função assassina do Estado, que só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no biopoder³², pelo racismo”. (FOUCAULT, 1999, p. 306). O autor

³² Biopoder em Foucault (1999) é um conceito utilizado para designar o poder estatal voltado a todos os aspectos da vida do indivíduo, com foco na possibilidade de causar a morte, cujo objetivo não é matar, mas investir contra a vida.

afirma que o racismo de Estado tem relação com a teoria clássica da soberania. Esta é uma forma de biopoder, exercido pelo soberano, que teria o direito de “fazer morrer ou deixar viver”. (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Nessa esteira, Agamben (2004) sinaliza que o Estado de exceção pode ser definido quando a exceção se torna regra. Nesta perspectiva, o Estado atua nos contextos mais diversos pelo biopoder, no endurecimento do Estado Penal que permite a eliminação física, nos casos de guerra civil; no caso dessa pesquisa, pessoas que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, e que precisam ser retiradas do centro da cidade. Isso leva à desresponsabilização do poder público sobre parcelas da população que se encontram em situação de subcidadania, e que “por qualquer razão pareçam não integráveis ao sistema político”. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

O relato de solicitação de deslocamento da população em situação de rua, do centro da cidade, chama atenção para as posturas higienistas e residuais do Estado, por meio de intervenção da polícia que deixa de considerar a POP-RUA como sujeito de direitos e com potencial humano capaz de fazer escolhas e transformar sua realidade, por meio da garantia dos direitos humanos e da democracia como valores soberanos sobre a vida.

Nesse dia foi feita uma relação significativa entre as questões materiais da vida nas ruas, com as diversas formas de falta de acesso às políticas públicas e do direito à cidade, e os aspectos subjetivos que envolvem esta questão, como maior envolvimento e protagonismo político desses sujeitos nos espaços públicos, de forma a problematizar a superação da invisibilidade e da precariedade que envolve viver em situação de rua.

A canção foi escolhida e trabalhada pela musicoterapeuta, a partir do interesse do grupo. Millecco Filho, Brandão e Millecco (2001) analisam o canto como uma forma de expressão cultural diversificada, que possui intrínseca relação com o contexto histórico. Nota-se que as canções foram ganhando centralidade nas vivências. Pereira (2005) argumenta que a canção em Musicoterapia constrói possibilidades para o acolhimento das subjetividades, autoexpressão e interação grupal, além de promover aproximação entre as pessoas por meio da voz e da expressão dos seus próprios sentimentos.

A relação entre os conteúdos temáticos presentes na canção “Tocando em frente”, de Sater (1992), e os relatos trazidos pelos participantes nesse dia

pode refletir a vida que pulsa nas ruas, a felicidade, e a esperança de superação da opressão causada por ações higienistas por parte do Estado, e também pelas formas de violência enfrentadas por estes sujeitos.

Ando devagar porque já tive pressa
Levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz.
(SATER, 1992).

Além disso, um dos participantes ressalta que as participações nas vivências de Musicoterapia fazem do cotidiano da vida nas ruas, um dia diferente dos outros, pois motiva a estarem mais atentos aos acontecimentos da realidade. Tal fato pode estar relacionado ao aspecto destacado por Heller (2008), que diz que arte é autoconsciência e história da humanidade, capaz de realizar a suspensão e a reprogramação do cotidiano.

4.7 QUARTA VIVÊNCIA: CANTO DA RESISTÊNCIA E DO PROTAGONISMO

“As canções registram aspectos de seu tempo, como crônicas sociais da época e os valores culturais dos diversos segmentos sociais”.
(MILLECCO, BRANDÃO, MILLECCO, 2001, p. 70).

Após cada vivência, ocorria reunião da equipe multidisciplinar composta pelas Assistentes Sociais da Casa de Acolhida e a Musicoterapeuta Pesquisadora da PUCPR, para avaliação das atividades aplicadas no dia e sugestões de ações para a vivência seguinte. Conforme traçado, foi realizada uma ação no refeitório com o objetivo de mobilizar e convidar os sujeitos de pesquisa a participar das vivências de Musicoterapia.

Assim, neste dia ocorreram dois momentos: um primeiro de mobilização sonora para convidá-los à participação no refeitório, e o outro, com a realização do grupo focal, na sala.

No primeiro momento, foi proposta uma brincadeira musical chamada de Qual é a música? cujo objetivo era a identificação da canção por meio da melodia. Essa estratégia metodológica foi utilizada com a intenção de fomentar o resgate da história cultural, proporcionando uma conexão com a memória afetiva musical das/os participantes. Para tanto a Musicoterapeuta, aos poucos

foi inserindo, ao som do teclado, notas das canções “Tocando em frente” (SATER, 1992) e “Sino de Belém” (RUI, 1941). Neste momento houve grande participação, sendo que rapidamente eles identificaram as músicas entoaram as melodias. Para encerrar este primeiro momento, que antecedeu o café da manhã, foi feito o convite para participação nas vivências seguintes da MTSo.

Observou-se que, embora houvesse um número aproximado de 64 pessoas, era baixa a intensidade das vozes, e poucas pessoas cantavam. Interessante observar que quando é inserido o ritmo há maior participação e interação, fato que chamou atenção e relaciona-se com as habilidades sociais e históricas da humanidade, como já foi dito, pois o ritmo é um fator primitivo e fundamental na organização da música, porque provoca movimento e deslocamento na forma de relacionar-se com as manifestações sonoras.

No segundo momento, logo após o café da manhã, houve a continuidade da ação, na sala reservada para realização do grupo focal, com as cadeiras distribuídas em círculo e os instrumentos musicais no centro. Aos poucos as pessoas começaram a chegar.

O primeiro participante a chegar trouxe um presente para o grupo, um barco que ele mesmo confeccionou. Em seguida, contou uma história sobre o aparecimento de Nossa Senhora de Fátima no mar (Figura 10). Ele, então, foi questionado sobre a lembrança de alguma música que expressasse esta história e ele começa a cantar:

Meu barco é pequeno e grande é o mar
Jesus segura minhas mãos
Ele é meu piloto e tudo vai bem na viagem para Jerusalém
Meu barco sem Cristo ao céu não ira nas águas afundará
Mas quando Jesus meu barco guiar aos céus poderei alcançar
Aos céus poderei Alcançar.
Meu barco (CRISTINA, 2017).



Figura 10: Fortalecimento de vínculos
Fonte: Arquivo da autora, 07.11.2017.

Ao levar o barco, Carlos³³ demonstra à importância atribuída às vivências, pois colocou o objeto para compor a ambiência na sala. A história do barco serviu de contexto e de conexão entre a canção “Meu barco é pequeno” (CRISTINA, 2017), e a identidade sonora³⁴ do grupo. Executada em ritmo ternário, expressou os conteúdos que surgiram na letra da canção cantada nesse dia: amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação.

Quanto a tais conteúdos, foi possível perceber que em vários momentos dessa pesquisa as canções religiosas estiveram presentes nas vivências. Contudo, o sentido atribuído a elas esteve relacionado às possibilidades de enfrentamento das situações de violação de direitos, e também como forma de “associar a música à necessidade que o homem tem de se conectar com o Sagrado”. (VIDIZ *et al.*, 2010 p. 80).

As pesquisadoras e musicoterapeutas Vidiz *et al.* (2010), desenvolveram uma pesquisa com pacientes em tratamento hemodialítico. Embora se trate de área de atuação distinta desta pesquisa, observa-se que o surgimento do sofrimento humano, embora causado por fatores distintos, gera falta de esperança na vida e medo da morte. A capacidade humana de se conectar

³³ Os nomes utilizados na descrição das intervenções são fictícios.

³⁴ Segundo o musicoterapeuta argentino Rolando Benezon, identidade sonora é denominada pelo princípio de ISO, “quer dizer igual, e resume a noção da existência de um som, ou um conjunto de sons ou fenômenos sonoros internos, que nos caracteriza e nos individualiza”. (BENEZON, 1985, p. 43).

com o Sagrado gera um sentimento de proteção e cuidado da vida, e as músicas que tratam do tema espiritualidade remetem a este sentimento.

É preciso cuidado e clareza ético-profissional ao trabalhar com estes conteúdos, de maneira que as diferenças sejam respeitadas, a finalidade alcançada e estes conteúdos auxiliem no processo de formação e fortalecimento de coletivos e não o contrário. Quando estes conteúdos apareciam durante as vivências, a pesquisadora e musicoterapeuta informava que todas as canções trazidas pelo grupo seriam cantadas, mas o objetivo não era religioso.

Na sequência, a Musicoterapeuta continuou cantando a marchinha de Carnaval, “Marcha do remador”³⁵ (ALMEIDA e MAGALHÃES, 1964), por se tratar do mesmo tema trazido pelo participante, o mar.

Com a presença da POP-RUA, a atividade seguiu com uma apresentação dos nomes dos participantes e dos instrumentos musicais. Depois, cada participante foi convidado a escolher um instrumento musical, para mobilização sonora, por meio da técnica do Círculo de Tambores³⁶. Tal mobilização foi realizada por meio da exploração do timbre e da intensidade, fraca ou forte, dos instrumentos³⁷, por meio do ritmo, seguido do método recreacionista.

No segundo momento, o Círculo de Tambores³⁸, enquanto experiência musical foi utilizada como uma maneira de fomentar as habilidades musicais das/os participantes, tendo em vista a espontaneidade da expressão rítmica desde o início das vivências.

Foi percebida a importância da construção de um espaço de acolhimento e de construção de vínculos, o que teve êxito pela relevância atribuída as vivências, a partir dos relacionamentos construídos por meio da música. Outra evidência que confirmava o acolhimento foi que, apesar de todas as dificuldades em estabelecer uma rotina em relação aos dias e horários da semana, alguns participantes lembraram e trouxeram algo para compartilhar, inclusive um instrumento musical.

³⁵ Anexo J

³⁶ A técnica do Círculo de Tambores foi descrita nesse trabalho e se encontra na página 68.

³⁷ Os instrumentos musicais utilizados neste dia foram os mesmos da vivência passada.

³⁸ O Círculo de Tambores foi desenvolvido utilizando diversos instrumentos musicais conforme descrito e não apenas tambores.

Na sequência, após o estímulo rítmico, foi introduzida a melodia da canção “Tocando em frente” (SATER, 1992), momento em que houve o acompanhamento rítmico da melodia. Foi possível o aumento na intensidade das vozes e condução da melodia pelo participante Carlos, com destaque para a altura de sua voz grave.



Figura 11 - Acolhimento: roda de conversa e círculo de tambores
Fonte: A autora, 07.11.2017.

Percebeu-se um aumento na quantidade de canções solicitadas pelo grupo. Considerou-se que tal fato poderia estar associado à diversidade de pessoas que frequentavam as vivências, à crescente participação do grupo, e ao aumento da intensidade na entonação das vozes, o que estimulava o grupo a experimentar novas canções. Em função desse movimento, pensou-se em elencar alguns conteúdos temáticos de acordo com a letra das canções. E como a pesquisa-ação é um processo dinâmico, a partir desse momento foi feita a categorização. A contagem para fins de análise dos conteúdos temáticos, no entanto, foi considerada desde a primeira vivência. Os conteúdos temáticos manifestos na letra das canções: 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação, os quais fazem parte da identidade sonora, individual e coletiva dos sujeitos, e foram capazes de fortalecer a construção de vínculos de pertencimento.

✓ Conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade

Bate o sino pequenino, sino de Belém
 Já nasceu Deus Menino para o nosso bem
 Paz na Terra pede o sino alegre a cantar
 Abençoe Deus Menino este nosso lar.
 Sino de Belém (RUI, 1941)³⁹.

✓ Conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade

Adeus, ano velho!
 Feliz ano novo!
 Que tudo se realize
 No ano que vai nascer
 Muito dinheiro no bolso
 Saúde pra dar e vender
 Feliz Ano Novo (NASSER, 1951).

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Se a canoa não virar
 Olê! Olê! Olá!
 Eu chego lá!

Se a canoa não virar
 Olê! Olê! Olá!
 Eu chego lá!

Marcha do remador (ALMEIDA e MAGALHÃES, 1964).

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Um dia uma criança me parou
 Olhou-me nos meus olhos a sorrir
 Caneta e papel na sua mão
 Tarefa escolar para cumprir
 E perguntou no meio de um sorriso
 O que é preciso para ser feliz?
 Amar como Jesus amou (OLIVEIRA, 1974)⁴⁰.

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo
 E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo
 Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva
 E se faço chover, com dois riscos tenho um guarda-chuva

³⁹ Anexo H.

⁴⁰ Anexo L.

Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel
 Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu.
 (PECCI FILHO; FABRIZIO e MORRA, Aquarela, 1983)⁴¹.

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Chuva de prata que cai sem parar
 Quase me mata de tanto esperar
 Um beijo molhado de luz
 Sela o nosso amor...
 Chuva de Prata (WILSON, 1984)⁴².

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Quem espera que a vida
 Seja feita de ilusão
 Pode até ficar maluco
 Ou morrer na solidão
 É preciso ter cuidado
 Pra mais tarde não sofrer
 É preciso saber viver.
 É preciso saber viver (CARLOS,1998)⁴³.

Os conteúdos manifestos na letra das canções: 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação, fazem parte da identidade sonora, individual e coletiva dos sujeitos, e foram capazes de fortalecer a construção de vínculos de pertencimento. Ao relacionar-se musicalmente com outras pessoas e compartilhar uma canção composta por outra pessoa, as/os participantes tiveram a oportunidade de representar artisticamente, principalmente pela marcação forte do ritmo, o espaço que ocupam na realidade.

Identificou-se que o grupo participou ativamente da vivência Foi perceptível um nível de atenção bastante significativo do grupo. A expressão rítmica foi predominante, reforçada pela participação de Luiz⁴⁴ que, ao tocar o xilofone, demonstrou a exploração sonora nas regiões graves e agudas do instrumento. Houve, também, o momento em que ele, ao encontrar o terceiro grau da tonalidade de Dó Maior, a nota Mi, da melodia da canção “Sino de

⁴¹ Anexo M.

⁴² Anexo N.

⁴³ ANEXO O.

⁴⁴ Os nomes utilizados na descrição das intervenções são fictícios.

Belém” (RUI, 1941), permaneceu tocando e brincando com o ritmo da música, porém dentro da harmonia da canção. Segue a imagem do fragmento da canção que foi tocado ao xilofone:

Bate o Sino

The musical score is titled "Bate o Sino" and is written for Piano (Pno.) and Xilofone (Xil.). It is in 2/4 time and consists of three systems of music. The first system (measures 1-6) features chords C, F, and C. The second system (measures 7-13) features chords D7, G7, C, and F. The third system (measures 14-17) features chords C, Dm, G7, and C. The lyrics are: "Ba te.o sí no pe que ni no si no de Be lém já nas ceu Deus me ni no pa ra o nos so be em Paz na Ter ra pe de.o si no a le gre.a can tar A ben ço e Deus me ni no Es te nos so lar".

Figura 12 - Partitura Sino de Belém (Bate o sino)
Fonte: A autora, 2018.

Foi interessante perceber que o grupo estava extremamente conectado aos eventos sonoros do momento. Luiz, ao tocar xilofone, destacou-se no grupo pela percepção musical extremamente apurada. Vale lembrar que a harmonia é um dos elementos da música que envolve a junção de várias notas musicais que combinam entre si, formando consonância ou dissonância, e que sua percepção geralmente envolve conhecimento musical e treinamento auditivo anterior.

Nota-se que o avanço, na dinâmica musical grupal, passou do ritmo para melodia e harmonia, dentro de um processo de construção sonora que pode estar relacionado ao processo subjetivo de organização, participação e protagonismo das pessoas envolvidas. É possível observar tal fato no conteúdo temático das canções que começam com ‘território, cotidiano e realidade’, seguem com ‘amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação’, e sinalizam uma repetição dessa segunda temática, que parece ter relação com a tentativa de dar conta da realidade vivenciada por elas/eles.

Percebeu-se a intrínseca ligação entre os discursos verbal e musical, pois ambos estão conectados de tal maneira que ficou evidente a relação de pertença estabelecida por meio dos aspectos musicais manifestos na inter-relação das pessoas.

Na figura que segue, é possível perceber a postura de Luiz ao tocar o xilofone. No início, mantinha sua cabeça baixa. No decorrer da vivência, ele levantava a cabeça para tocar o instrumento.



Figura 13 - Atenção, concentração e criação
Fonte: A autora, 07.11.2017.

Nesse dia, então, foram cantadas as seguintes canções “Tocando em frente” (SATER, 1992)⁴⁵, “Adeus ano velho” (NASSER, 1951)⁴⁶, “Sino de Belém” (RUI, 1941)⁴⁷, “Aquarela” (TOQUINHO, 1983)⁴⁸, “Chuva de prata” (WILSON, 1984)⁴⁹, “Meu barco é pequeno” (CRISTINA, 2017)⁵⁰, “Marcha do remador” (BORBA, 1964)⁵¹, “Amar como Jesus amou” (OLIVEIRA, 1974)⁵² e “É preciso saber viver” (CARLOS e CARLOS, 1998)⁵³. O grupo presente a essa vivência solicitou que o resultado do trabalho fosse compartilhado em uma confraternização de final de ano da casa. Percebeu-se, então, que o fato de aproximar-se o final de ano, gerou identificação com o repertório solicitado. A avaliação grupal oral foi positiva. Nessa vivência participaram setenta e duas pessoas, sendo sessenta e quatro no primeiro momento, e oito, no segundo.

4.8 QUINTA VIVÊNCIA: A ARTE IMITA A VIDA

*A coragem não foi tirada de nós.
(depoimento de uma pessoa em situação de rua,
dado neste encontro 14/11/2017).*

A sala foi organizada para as atividades do dia com a formação de um círculo com as cadeiras, e os instrumentos musicais⁵⁴ sendo dispostos ao centro, conforme é possível visualizar na fotografia da vivência na figura 17. Neste dia, nove pessoas compareceram.

Com a presença da POP-RUA que, aos poucos foi chegando, a atividade se iniciou com apresentação e acolhimento. Sentados na roda, a exploração sonora foi se dando através da manipulação, do toque dos instrumentos musicais e dos ritmos obtidos. Segue a imagem do fragmento de uma unidade rítmica que foi construída pelo grupo, a partir do exercício. Percebeu-se que havia mais instrumentos e vozes nessa vivência, mas que, também, a cada nova reunião, o grupo foi se estruturando musical e

⁴⁵ ANEXO F.

⁴⁶ ANEXO K.

⁴⁷ ANEXO H.

⁴⁸ ANEXO M.

⁴⁹ ANEXO N.

⁵⁰ ANEXO I.

⁵¹ ANEXO J.

⁵² ANEXO L.

⁵³ ANEXO O.

⁵⁴ Os instrumentos musicais utilizados foram os mesmos da quarta vivência.

subjetivamente no que se referia aos aspectos musicais e conteúdos temáticos que foram surgindo.

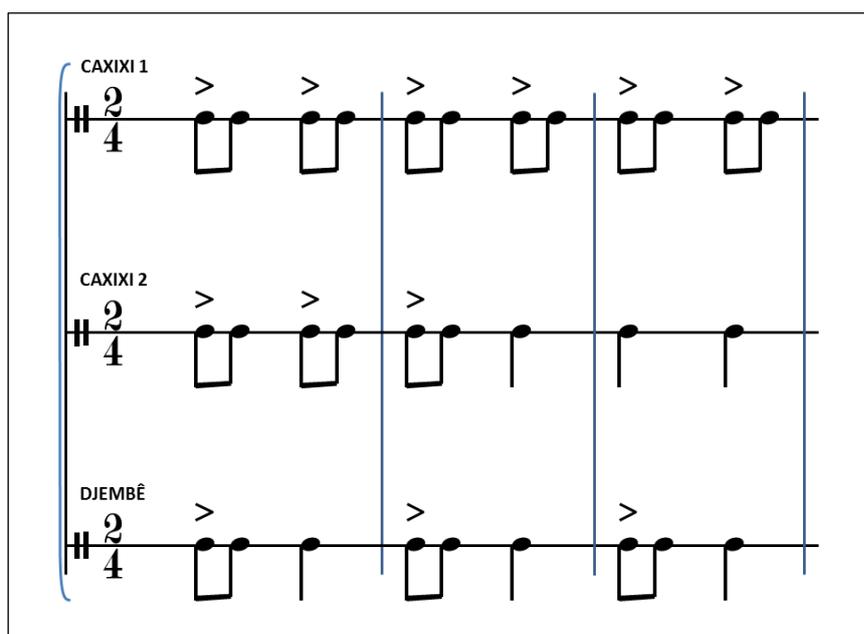


Figura 14 - Contraponto de ritmos da quinta vivência
Fonte: A autora, 2018.

Conforme é possível observar na figura anterior, o caxixi 1, exerce certa liderança no grupo, que organiza um ritmo que reflete na expressão sonora do caxixi 2, que ora toca a mesma célula rítmica do caxixi 1, ora acompanha o djembê. Em outro momento, toca apenas a unidade de tempo do compasso. Essa forma de organização rítmica foi executada acompanhando a canção “Sino de Belém”⁵⁵. (RUI, 1941).

Após a manifestação musical, surgiram depoimentos e reflexões: *Quando éramos crianças, quem de nós aqui sonhou que algum dia estaria em situação de rua?*

A fala foi seguida de vários depoimentos acerca de violação de direitos e questionamentos. Relataram, também, a questão de que a assessora da FAS⁵⁶ solicitou que eles se retirassem das ruas e voltassem para suas famílias, como se estar em situação de rua fosse opcional; pelo contrário, é circunstancial.

⁵⁵ Anexo H.

⁵⁶ Na ocasião o Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR) lançou “Nota de repúdio à ação higienista da Prefeitura de Curitiba junto a pessoas em situação de rua”, situação que foi relatada pela POP-RUA durante a realização dessa pesquisa. A nota completa pode ser localizada no link: <<http://www.cresspr.org.br/site/category/cress-em-movimento/page/2/>>. Acesso: 20 jun.2018.

Pontuaram, assim, a intenção de fechamento dos Acolhimentos Institucionais para a POP-RUA no município de Curitiba, o que se configura como violação de direitos, haja vista que estes acolhimentos são previstos por lei. Tal pronunciamento causou indignação, visto a condição de alta vulnerabilidade vivenciada pela POP-RUA.

Os representantes do MNPOP-RUA manifestaram preocupação e destacaram os impactos sofridos pela população com o fechamento dos equipamentos e o deslocamento destas unidades para as regiões de periferia da cidade. Referiram que isso vem acompanhado de aumento no índice de assassinatos destas pessoas, devido aos conflitos gerados nos bairros com a ampliação do fluxo desta população.

Além disto, o grupo problematizou neste dia, as dificuldades vivenciadas pelos moradores de rua que não são respeitados como sujeitos de direitos. O espaço que deveriam ocupar na cena da cidade, pela ótica da gestão pública, é o espaço da invisibilidade, da opressão causada por ideologias conservadoras que reforçam as desigualdades e violam direitos humanos.

Em seguida, por sugestão de um dos integrantes do grupo foi cantada a canção “Tocando em frente” (SATER, 1992). O grupo entoou a melodia, acompanhado pelo som do teclado. Cada participante estava com um instrumento musical em mãos, mas a maioria deles cantou, tocando cada qual seu instrumento apenas em alguns momentos da música.

TOCANDO EM FRENTE Almir Sater & Renato Teixeira

Refrão: F Dm F Dm

Co nhe cer as ma nhas e as ma nhãs o sa bor das ma ssas e das ma ças

C F Dm

É pre ci so/a mor pra pô der pul

F Dm F C

sar é pre ci so paz pra pô der se guir é pre ci so/a chu va pá ra flo rir

Figura 15 – Partitura da canção Tocando em frente⁵⁷ (5^o vivência)
Transposição: A autora, 2017.

⁵⁷ Disponível: <http://www.superpartituras.com.br/almir-sater/tocando-em-frente>. Acesso: 05 de Out. 2017.

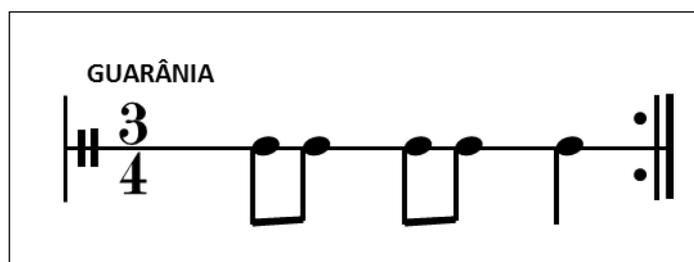


Figura 16 - Fragmento rítmico da Guarânia
Fonte: A autora, 2018.

Após aquele momento de questionamentos e reflexão, com temas relacionados ao território, cotidiano e realidade, o trabalho foi concluído com canções que traziam temas como amor, esperança, espiritualidade, criatividade, transformação, autonomia e protagonismo.



Figura 17 - Imagem da quinta vivência
Fonte: Arquivo da autora, 14.11.2017.

Nessa vivência, observou-se que o grupo estava mais reflexivo do que em outros dias. Logo no início, um dos participantes que também integra o MNPOP-RUA, relatou ações higienistas contra a POP-RUA no município de Curitiba, assunto que foi recorrente durante o trabalho, e disse que apesar das várias situações de violência contra esta população, *a coragem não foi tirada de nós* (depoimento de uma pessoa em situação de rua, realizado na vivência do dia 14 de novembro de 2017). Nota-se, na forma de posicionamento e enfrentamento à situação de desigualdade que produz a situação de rua, a diferença entre os que fazem parte do MNPOP-RUA e dos que não participam do movimento.

Logo após a vivência com o grupo, enquanto organizava os instrumentos em outra sala, a pesquisadora ouviu um som. Era a melodia de “Jesus alegria dos homens” (BACH, 1716), tocada ao teclado, perfeitamente. Quando ela chegou à sala, em silêncio lançou mão do celular. Eis a cena que presenciou.



Figura 18 – A arte imita a vida
Fonte: A autora, 14. 11.2017.

João⁵⁸ disse: *Eu sou professor de música, estou procurando emprego para dar aula.*

Este é um exemplo dos muitos talentos que há nas ruas. Mas para percebê-los são necessárias novas práticas, que possibilitem espaços capazes de trazer à tona o potencial de criação humana que pulsa nas ruas. Ações que valorizem as habilidades a partir do que as pessoas são e dos sonhos que possuem, e não daquilo que sociedade espera.

A vivência foi encerrada com o trecho da canção “O que é, o que é?” (GONZAGUINHA, 1982), que segue:

⁵⁸ João é o nome fictício de uma pessoa em situação de rua, esta que toca o teclado.

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Viver
 E não ter a vergonha
 De ser feliz
 Cantar e cantar e cantar
 A beleza de ser
 Um eterno aprendiz

Ah, meu Deus!
 Eu sei, eu sei
 Que a vida devia ser
 Bem melhor e será
 Mas isso não impede
 Que eu repita
 É bonita, é bonita
 E é bonita.

O que é, o que é? (GONZAGUINHA, 1982)⁵⁹.

O repertório foi um processo construído pelo grupo, em que a música do dia era a conexão para a próxima vivência como no caso da canção “Leva eu sodade” (TITO NETO, 1996). Esta, que deu origem a uma paródia transformada no “Hino do povo da rua”, pelo MNPOP-RUA, foi solicitada para ser cantada no dia seguinte.

4.9 SEXTA VIVÊNCIA: CRÍTICA, REFLEXÃO E TRANSFORMAÇÃO

*Começo de um novo amanhã
 (depoimento de uma pessoa em situação de rua,
 realizado neste encontro 04/12/2017).*

Inicialmente, organizou-se a sala em que ocorreria a atividade, formando um círculo com as cadeiras e com os instrumentos musicais dispostos ao centro, conforme é possível visualizar nas fotografias da vivência. Estiveram presentes cinco pessoas nesta vivência.

A acolhida teve início com uma apresentação da pesquisa e a proposta de atividade do dia que era de preparar um repertório para gravação e confraternização de final de ano, visto que algumas das pessoas presentes estavam participando pela primeira vez, fato que foi constante da primeira a última vivência, pois em todos havia novos participantes.

⁵⁹ Anexo P.

Com o grupo reunido, um dos participantes começou a cantar a música “Galhos secos” (AGRESTE, 1970). Cantou um trecho e manifestou que também sabia tocar teclado. Na sequência a musicoterapeuta abriu um espaço para que ele tocasse o instrumento, fato que trouxe sorriso e manifestação de contentamento do participante.

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Nos galhos secos de uma árvore qualquer
Onde ninguém jamais pudesse imaginar
O Criador vê uma flor a brotar
Olhai, olhai, olhai.
Os lírios cresceram no campo
E o Senhor nosso Deus os tem alimentado para nossa alegria.
Galhos Secos (AGRESTE, 1970).

Essa vivência intercalou relatos e canções. Após, cantaram um trecho do rap “Cachimbo da paz” (PENSADOR, 1997). Uma das características da vivência foi a alternância entre canções, relatos e discussão histórica sobre a violação de direitos que os povos da América Latina sofreram. Um dos participantes citou a questão do genocídio indígena e mencionou que o rap acima citado retrata essa realidade. Em seguida, um trecho foi cantado. Diante dessa discussão optou-se por elencar mais dois eixos temáticos: 1 e 2 já foram descritos, 3, crítica social, história e contradição e 4, autonomia, participação e protagonismo, essa tendo em vista a solicitação da última vivência a canção “Hino do povo da rua”⁶⁰ (MNPO-RUA s/d). Vejamos a parte da letra do *Rap*, que muda totalmente a dinâmica do grupo, em função da participação de uma pessoa.

✓ Conteúdo temático 3 – crítica social, história e contradição

Todo mundo experimenta o cachimbo da floresta
Dizem que é do bom, dizem que não presta
Querem proibir, querem liberar
E a polêmica chegou até o Congresso
Tudo isso deve ser pra evitar a concorrência
Porque não é Hollywood, mas é o sucesso
O cachimbo da paz deixou o povo mais tranquilo
Mas o fumo acabou porque só tinha oitenta quilos

⁶⁰ Anexo CC.

E o povo aplaudiu quando o índio partiu pra selva
 E prometeu voltar com uma tonelada
 Só que quando ele voltou, sujou!
 A Polícia Federal preparou uma cilada
 O cachimbo da paz foi proibido
 Entra na caçamba, vagabundo, vamo pra DP
 Êêê, índio tá fodido porque lá o pau vai comer

Maresia, sente a maresia
 Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola
 Manda a fumaça do cachimbo pra cachola
 Acende, puxa, prende, passa
 Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça
 Cachimbo da Paz (PENSADOR, 1997)

Neste momento, o conteúdo ético-político da letra do *Rap* fortaleceu o debate e a vocalização do grupo para discutir questões históricas que produzem as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Relataram o aumento da violência, como forma desumana de relação entre os homens. Tal fato associa-se a uma realidade marcada pela anulação dos indivíduos por preconceito, individualismo, intolerância, machismo, racismo, e que são temas que geram o ódio e levam à construção de uma sociedade violenta.

O trabalho social é uma possibilidade de enfrentamento dessa realidade, e a música é uma forma de conexão e resgate das identidades invisibilizadas socialmente. Assim, um dos integrantes argumenta: *com a proliferação da intolerância e do ódio, quem vai fazer essa mudança somos nós mesmos.*

Sinalizou, ainda, a importância do respeito e do reconhecimento da alteridade na relação com o outro como parte do contexto social partilhado.

Em seguida, em roda, passaram a fazer uso dos instrumentos musicais para a sensibilização sonora. Durante a apresentação dos instrumentos, algumas canções foram surgindo, tais como “Folha de bananeira” (ARMANDINHO, 2001).

✓ Conteúdo temático 3 – crítica social, história e contradição

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira
 Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira (2x)
 Fuma, fuma folha de bananeira, fuma na boa só de brincadeira.

Seu guarda eu não sou ladrão
 Passei de ano sem recuperação

Enquanto isso eu vou descendo a minha lombã
Andando de skate estourando a minha bomba
Folha de Bananeira, (ARMANDINHO, 2001).

Bob Marley⁶¹ é citado nesse momento, por um dos participantes como grande protagonista do *Reggae* jamaicano. Observa-se que, embora não tenham sido aprofundadas as questões deste movimento, elementos históricos que envolvem a resistência do povo negro foram destacados pelo grupo.

Neste dia, embora houvesse poucas pessoas, a voz do grupo começou a aparecer, destacando-se a voz de um dos integrantes que participava desde o início. Notava-se uma melhora na entonação da canção, acompanhada da execução de instrumentos de percussão. Interessante pontuar que este foi o dia com a menor quantidade de pessoas, e mesmo assim a intensidade vocal aumentou em relação aos outros dias. Percebeu-se, também, com a saída de um dos integrantes do grupo (aquele que cita o *Rap* e o *Reggae*) a mudança dos estilos musicais solicitados.

Os participantes foram questionados, então, sobre quais músicas eles gostariam de cantar, comparecendo logo de início a canção “Tocando em frente”, de Sater (1992). Ao cantar essa canção, cada participante foi convidada/o a ler o trecho de que mais gostava e a acrescentar uma palavra. As mais citadas foram intolerância, preconceito e amor.

Ao final da execução notou-se um avanço do grupo no que se referia à qualidade melódica e rítmica, e inclusive de comprometimento para buscar o melhor som para compartilhar como grupo. Um integrante relatou que um trabalho como este expressa o *começo de um novo amanhã*.

Ao recitar trechos da música que mais gostavam, foi problematizada a relação do início da vivência e seu final e a conexão entre as possíveis formas de enfrentamento à intolerância e ao preconceito. Eles referiram que o AMOR é transformador assim como diz a canção:

✓ Conteúdo temático 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação

Conhecer as manhas e as manhãs

⁶¹ Até que a filosofia, que sustenta uma raça superior e outra inferior seja finalmente e permanentemente desacreditada e abandonada. Haverá guerra, eu digo, guerra”. MARLEY, 1976.

O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir.
 Tocando em frente (SATER, 1992)

A vivência foi finalizada com o “Hino do povo da rua” (MNPOP-RUA, s/d), ao que acrescentaram ser, esta canção, muito representativa para eles.

✓ Conteúdo temático 4 – autonomia, participação e protagonismo

Trabalhamos todos juntos, povo da rua,
 Verdadeiro mutirão, povo da rua,
 “Fé em deus e pé na tábua”,
 Buscando a libertação,
 Leva eu, povo da rua.
 Hino do Povo da Rua⁶² (MNPOP-RUA s/d)



Figura 19 – Imagem da sexta vivência
 Fonte: Arquivo da autora, 04.12.2017.

A vivência desse dia foi muito significativa pela conexão entre o conteúdo ético político das canções que expressavam os seguintes conteúdos temáticos: 2 - Amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação, e 3 - Crítica social, história, contradição e o posicionamento do grupo diante da situação de rua, marcada por crítica, reflexão e transformação, identificadas na expressão sonora que começa a ganhar harmonia no grupo. E os estilos musicais, *Rap* e *Reggae*, foram o fator que interferiu nessa mudança.

⁶² Anexo CC.

4.10 SÉTIMA VIVÊNCIA: DA NÃO PARTICIPAÇÃO AO PROTAGONISMO MUSICAL E POLÍTICO⁶³

*E todo o seu dinheiro não comprará outro minuto⁶⁴.
(LIVGREN, 1977).*

A convite da pesquisadora vários integrantes do MNPOP-RUA estiveram presentes nesse dia. O objetivo da participação foi identificar relações entre a expressão sonora e as subjetividades políticas durante as vivências musicoterapêuticas.

Com a presença de algumas pessoas que participaram das atividades desde o início, e também de pessoas que estavam ali pela primeira vez, iniciou-se a roda de conversa com a apresentação das/os novas/os participantes. Esta foi uma das características do grupo, a heterogeneidade.

Durante o acolhimento, um/a dos/as integrantes relatou que certo dia chegou uma visita na Casa de Acolhida que iria apresentar uma música ao violino. Breno⁶⁵, um morador de rua que estava todo sujo, pediu o instrumento. O músico emprestou o violino e ele tocou um trecho de uma sinfonia de Beethoven. Todos ficaram admirados com sua performance.

Cada participante após dizer o nome, também cantava ou citava parte de uma canção de que gostava. As canções que surgiram foram “Cana verde” (TONICO E TINOCO, 1994), “Tocando em frente” (SATER, 1992), “Eva” (TOZZI, 1982), Canta, canta, minha gente (FERREIRA, 1974), “O que é, o que é?” (GONZAGUINHA, 1982), “Aquarela” (PECCI, 1983), “Chico Mineiro” (TONICO, 1995), “Brincar de viver” (ARANTES, 1990), “Garganta” (VILLEROY, 1999), “Gita” (SEIXAS, 1974).

Após esse momento, foi realizada uma brincadeira com a melodia do “Hino do povo da rua” (MNPOP-RUA, s/d) que é uma paródia da canção “Leva eu sodade”⁶⁶. (TITO NETO, 1996).

Percebeu-se uma pronta identificação com a melodia. Cantaram e o resultado foi uma unidade grupal, com equilíbrio na melodia, ritmo e harmonia. Na comparação entre este e a primeira vivência, o grupo apresentou notável

⁶³ Neste dia o grupo contou com a participação especial de mais dois musicoterapeutas, Adriano Michalovicz e Evelize Querino. Ambos contribuíram com registros de gravação e áudio.

⁶⁴ And all your money won't another minute buy. (Dust in the wind, Kansas 1977).

⁶⁵ Breno é nome fictício.

⁶⁶ Anexo CC.

avanço quanto aos elementos musicais, visto que na primeira reunião o mais marcante foi a forte exploração do ritmo. No decorrer da pesquisa, o grupo demonstrou evolução tanto em relação aos aspectos rítmicos quanto à participação na pesquisa-ação.

Essa vivência apresentou intensa manifestação musical, que pode estar relacionada à participação de integrantes do MNPOP-RUA e à dinâmica do grupo no dia. Embora estivessem presentes poucas pessoas que já haviam participado das vivências anteriores, foi possível perceber a influência do MNPOP-RUA. A presença deste, no entanto, não foi determinante na manifestação artística musical, mas influenciou e contribuiu com o aumento considerável dos conteúdos musicais temáticos do dia.

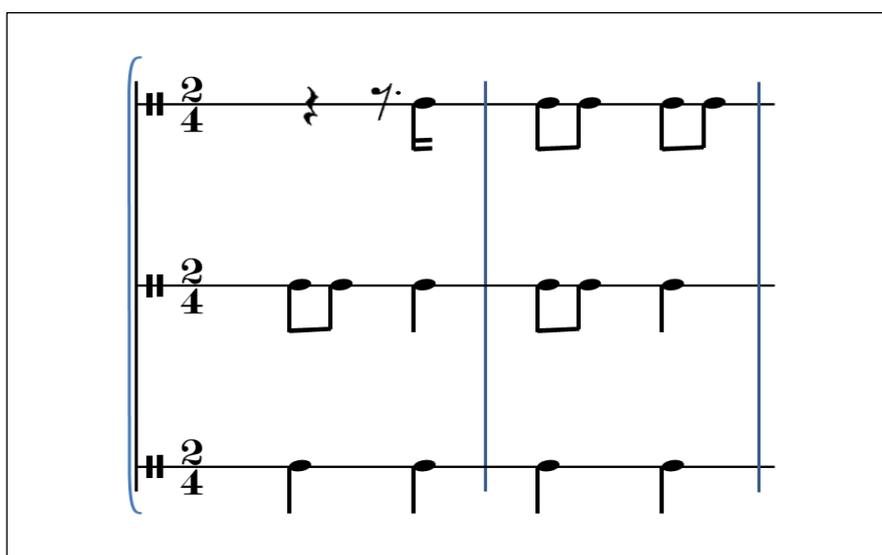


Figura 20 - Contraponto de ritmos da sétima vivência
Fonte: A autora, 2017.

No exemplo do contraponto⁶⁷ acima, a primeira linha foi executada por Paulo⁶⁸, um dos líderes do MNPOP-RUA, que tocava o rebolo e que organizou e sustentou ritmicamente o grupo. Quanto aos demais ritmos, foi possível perceber um agrupamento simultâneo no evento sonoro do momento. Tratava-

⁶⁷ Contraponto é a música na qual há ao menos duas partes distintas de importância equivalente. 2. cada parte mantém uma identidade melódica. 3. as vozes mantêm independência de movimento tanto no que diz respeito às alturas quanto ao ritmo. 4. elas compartilham o mesmo contexto métrico e harmônico. 5. frequentemente compartilham ideias motivicas. 6. Complementam uma à outra criando uma unidade. Disponível em <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/0187/contraponto_I_2010.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

⁶⁸ Paulo é o nome fictício deste participante que na foto a seguir toca o rebolo. Ele já esteve em situação de rua e tem uma trajetória de luta junto ao MNPOP-RUA.

se de uma célula rítmica com certo nível de complexidade e organização, mas que se manteve até o final da vivência.



Figura 21 - Protagonismo musical de Paulo, tocando o rebolo
Fonte: Querino, 05.12.2017.

Na imagem acima, Paulo tocava o rebolo e confirmou que, em parte, o protagonismo político interfere nas formas de relações cotidianas. Neste caso, é o exercício de reflexão sobre como as experiências anteriores de superação da situação de rua podem influenciar aquelas/es que ainda nela estão. Uma das características do trabalho foi o fortalecimento dos mecanismos de enfrentamento da situação de violação de direitos, deslocando de uma perspectiva assistencialista para um maior protagonismo político. Várias evidências comprovam essa questão, o dado sonoro, a imagem da figura 21 e a experiência vivenciada no dia.

Um fator marcante desde o início dessa pesquisa foi a postura corporal das/os participantes. Esta pode ser observada nas imagens das vivências; não será elemento de aprofundamento, mas considerada como elemento de autoexpressão.

Dessa forma, e em primeiro lugar, fica afastada qualquer análise simplista que relacione a postura dos indivíduos ao seu comportamento de forma unilateral. Porém, é muito visível a relação entre a linguagem corporal e a manifestação sonora do grupo, que mesmo representada em imagens individuais é a expressão das características coletivas. Exemplo disso na próxima imagem, onde é possível observar a cabeça do participante totalmente

baixa, postura possível de ser visualizada em outros participantes nos vários momentos da pesquisa.



Figura 22 – Sétima vivência: subjetividade
Fonte: Querino, 05.12.2017.

Weil e Tompakow (2007) desenvolveram um trabalho ilustrativo sobre formas de comunicação não-verbal do corpo humano. Sistematizaram alguns princípios subjetivos em que a linguagem corporal é conduzida por meio de expressões, gestos e atos corporais que caracterizam sentimentos internos do indivíduo, interiorizados e reproduzidos socialmente. Segundo estes princípios, a cabeça baixa pode ser um indicativo de que o indivíduo esteja sofrendo algum tipo de opressão externa, enquanto que a cabeça erguida pode representar o controle dessa situação.

Notou-se que a maior parte das/os participantes do MNPOP-RUA permaneceram, do início ao fim da vivência, com a cabeça e o tórax levantados, e alguns daquelas/es que estavam em situação de rua (não foram todos), permaneciam, na maior parte do tempo, com a cabeça baixa.

Vejamos na próxima imagem, a participação de uma pessoa do MNPOP-RUA.



Figura 23 – Sétima vivência: empoderamento
Fonte: Querino, 05.12.2017.

Na próxima imagem é possível observar que aparecem três pessoas. As duas que estão nas laterais (direita e esquerda) compõem o MNPOP-RUA, e não estão em situação de rua.



Figura 24 – Protagonismo musical e subjetividades políticas
Fonte: Querino, 05.12.2017.

Dessa maneira, foi possível perceber que o protagonismo político, presente nas atitudes das/os integrantes do movimento que não estão mais em situação de rua, também pode ser fomentado por meio de ações político-pedagógicas com aquelas/es que estão em situação de opressão e violação de direitos, ocasionada pela vida na rua.

Vejamos nas próximas três imagens, cenas do mesmo processo, relativo à questão da linguagem corporal e musical. O participante Marcos⁶⁹ que estava em situação de rua no momento de realização da pesquisa.



Figura 25 – Sétima vivência: processo
Fonte: Querino, 05.12.2017.

⁶⁹ Todos os nomes citados nesse trabalho são fictícios.



Figura 26 – Sétima vivência - envolvimento e participação
Fonte: Querino, 05.12.2017.

As imagens expressam certo nível de protagonismo de Marcos, quando ele lidera e interfere na dinâmica do grupo com seu direcionamento. E manifesta, por meio do sorriso, a satisfação em fazer parte do grupo. Durante a pesquisa, foi possível perceber o movimento de busca pelo protagonismo que, embora tenha se expressado por meio da experiência musical e das linguagens verbal (fala) e não verbal (expressões corporais), certamente será notável em outros âmbitos da vida social e política dos indivíduos. No caso de Marcos, ele estava em situação de rua, por isso foi possível perceber níveis de protagonismo em uma relação processual, do protagonismo humano para o protagonismo político, assim é necessária uma leitura atenta ao processo de enfrentamento construído por cada indivíduo em diferentes níveis de

subjetividade. É fato que os indivíduos que estiveram em situação de rua e a superaram, possuem uma experiência que mobiliza ações emancipadoras.

Na próxima imagem, observa-se um momento do protagonismo musical de Marcos no grupo.



Figura 27 – Sétima vivência: subjetividade e criatividade
Fonte: Querino, 05.12.2017.

Percebe-se que a linguagem corporal de Marcos, esse que toca o violão na imagem acima, manifesta, mesmo com a cabeça baixa, atenção e concentração. Foi um momento muito significativo para o grupo quando ele pegou o violão e tocou a canção “Dust in the wind” (LIVGREN, 1977). Segue anexa (FF) a letra da canção, melodia e harmonia entoadas por ele e pelo grupo. Foi um momento em que o grupo acolheu a manifestação musical, após a pesquisadora ter chamado a atenção do grupo para a experiência sonora do momento, lembrando que cada um poderia fazer parte, por meio do canto ou da execução instrumental.

Na sequência, é possível ouvir uma unidade, onde todas/os produzem música juntas/os. A entonação das vozes, mesmo em outro idioma (inglês), é consistente, afinada e harmônica, conduzida pelo protagonismo do grupo. E o resultado é vida, criatividade, esperança e transformação que desafia leituras simplistas sobre essa realidade.

Na próxima imagem se repete a situação, onde Breno, que já foi citado no início dessa vivência como aquele que tocou violino e surpreendeu as pessoas presentes na Casa de Acolhida naquele dia relatado, embora esteja

em situação de rua, nesse caso, o indivíduo faz uso abusivo de álcool e drogas, manifesta todo seu potencial criativo por meio da relação com a música, a qual favorece a organização coletiva do grupo.

Experiências anteriores da pesquisadora, somadas ao trabalho de pesquisa realizado no Projeto Conexão Jovem⁷⁰, fundamentado na perspectiva da Redução de Danos, e mais essa pesquisa-ação demonstram que é a questão social marcada por desigualdades estruturantes, que leva as pessoas a situações de vulnerabilidade e risco, e não a “droga em si”. Há um cenário social, político, econômico e cultural do qual o indivíduo faz parte, que expõe os sujeitos à situação de violação de direitos, como foi possível observar com a presença de Breno no grupo. Neste âmbito, é urgente o fortalecimento de um factível Estado Democrático de Direitos e a construção de Políticas Públicas afirmativas que sejam capazes de transversalizar os Direitos Humanos.

As duas imagens seguintes registram cenas da participação de Breno no grupo.



Figura 28: Sétima vivência: observação e criação
Fonte: Querino, 05.12.2017.

⁷⁰ Projeto citado na introdução desse trabalho, desenvolvido com público infanto-juvenil que faz ou fez uso de álcool e drogas na perspectiva de Redução de Danos, pelo Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR.



Figura 29: Sétima vivência: subjetividade: sorriso e criatividade

Fonte: Querino, 05.12.2017.

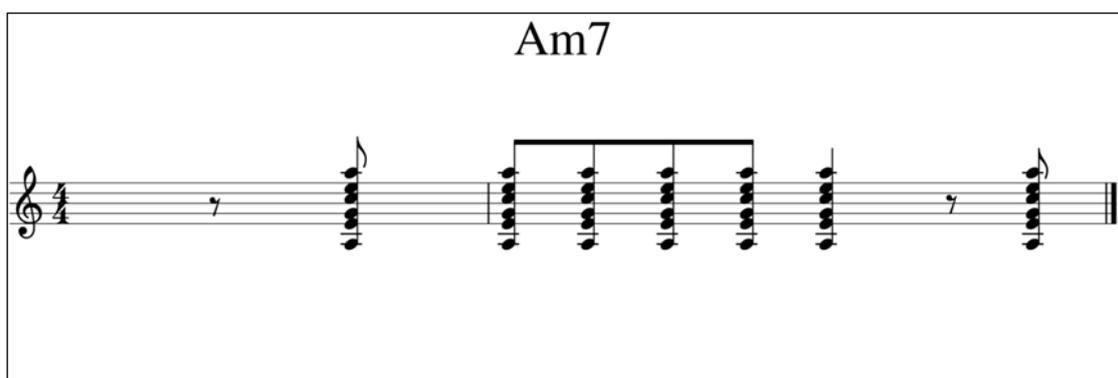


Figura 30 - Fragmento harmônico e rítmico tocado ao violão por Breno

Fonte: A autora, 2017.

A participação de Breno na MTSO, assim como das/os demais participantes do grupo desafiam análises reducionistas, levando a considerar a complexidade do fenômeno situação de rua, que expõe os indivíduos à violação de direitos, o que reforça situações de opressão e subalternidade. Evidenciam que a vida, a arte, o trabalho social não reducionista, e os vínculos impulsionam o potencial criativo humano, pois este é um dispositivo de ação capaz de transformar o cotidiano, por meio de experiências de situações não conservadoras, capazes de promover espaços de diálogo, reflexão e criação de novas perspectivas e projetos de vida. Ao final da vivência Breno sai, vai tomar banho e retorna para dizer o quanto a música é importante na vida dele e que *gostaria de continuar estudando música*.

Os registros sonoros e de imagem, demonstram que a construção de vínculos é uma capacidade humana, capaz de ser resgatada na vida daquelas/es que já passaram por várias situações de rompimento de vínculos. Importante lembrar que as desigualdades de diversas naturezas funcionam como motivadoras para levar à situação de rua. Dessa forma, um trabalho continuado, da natureza deste aqui apresentado, efetivamente pode ser capaz reprogramar o cotidiano de pessoas que estão em situação de rua, bem como transformá-lo e levar a avançar em níveis de emancipação humana. Seguem imagens do grupo no dia.



Figura 31: Sétima vivência - formação de coletivo
Fonte: Querino, 05/12/2017

Nessa vivência foi possível notar o aumento na quantidade de músicas solicitadas. Tal fato foi associado ao maior protagonismo do grupo, que envolveu o fortalecimento de um processo subjetivo de participação política coletiva e não apenas de algumas pessoas.

Após o acolhimento, quando as/os participantes já haviam manifestado interesse por alguma canção, a vivência segue com uma brincadeira musical, como uma forma de provocar o grupo, por meio de uma melodia de conhecimento de todos (as), “Hino do povo da rua” (MNPOP-RUA, s/d), a qual trabalha o conteúdo temático 4 – autonomia, participação e protagonismo. Veja:

Trabalhamos todos juntos, povo da rua
Verdadeiro mutirão, povo da rua
Fé em deus e pé na tábua/ Buscando a libertação
Leva eu, povo da rua [...]

Neste tempo tão difícil, povo da rua
 A cidade vai ouvir, povo da rua
 O grito dos oprimidos
 Pra justiça construir
 Leva eu, povo da rua

Somos o povo de Deus, povo da rua
 Nós também temos direito, povo da rua
 Nossa luta começou
 Pra parar não tem mais jeito
 Leva eu, povo da rua.
 Hino do Povo da Rua (MNPOP-RUA s/d)

Na sequência, formou-se uma roda de canções. A produção musical e o conteúdo temático manifesto nas canções expressou um movimento de construção subjetiva que se movimentou pelos eixos temáticos, não lineares, mas extremamente dinâmicos. Vejamos: o grupo inicia com o conteúdo temático 2 – amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação, por meio das canções “Cana verde”⁷¹ (TONICO e TINOCO, 1994), “Eva”⁷² (TOZZI, 1982), “Canta canta, minha gente”⁷³ (FERREIRA, 1974), “O que é, o que é?”⁷⁴ (GONZAGUINHA, 1982), “Aquarela”⁷⁵ (PECCI FILHO; FABRIZIO; MORRA, 1983), e “Tocando em frente” (SATER, 1992). Esta última esteve presente do primeiro a sétima vivência.

O grupo segue com o conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade, por meio da canção “Chico Mineiro”⁷⁶. (TONICO, 1995).

Retorna no conteúdo temático 2 , porém o retorno a este conteúdo, não se dá como na primeira vez. Dessa vez o grupo apresenta uma sintonia, por meio da canção “Brincar de viver”⁷⁷(ARANTES, 1990).

Avança e manifesta o conteúdo temático 4 – autonomia, participação e protagonismo, por meio da canção “Garganta”⁷⁸ (VILLEROY, 1999). Segue um trecho:

Sei que não sou santa
 As vezes vou na cara dura
 As vezes ajo com candura pra te conquistar

⁷¹ Anexo T.
⁷² Anexo U.
⁷³ Anexo V.
⁷⁴ Anexo P.
⁷⁵ Anexo M.
⁷⁶ Anexo W.
⁷⁷ Anexo X.
⁷⁸ Anexo Y.

Mas não sou beata, me criei na rua
 E não mudo minha postura só pra te agradar
 Vim parar nessa cidade, por força da circunstância
 Sou assim desde criança, me criei meio sem lar
 Aprendi a me virar sozinha
 e se eu tô te dando linha é pra depois te abandonar.
 Garganta (VILLEROY, 1999)

O grupo retornou novamente ao conteúdo temático 2, por meio das canções “Gita”⁷⁹ (SEIXAS, 1974) e “Dust in the wind”⁸⁰ (LIVGREN, 1977). Esse momento foi muito significativo para a vivência, quando Marcos interage musicalmente, por meio do canto em inglês, toque do violão e linguagem corporal. Foi possível notar que por meio da harmonia musical, foi construída uma unidade coletiva. Segue a tradução de parte da canção:

I close my eyes	Eu fecho meus olhos
Only for a moment	Apenas por um momento
And the moment's gone	E o momento se foi
All my dreams	Todos os meus sonhos
Pass before my eyes, in curiosity	Passam diante dos meus olhos, uma curiosidade
Dust in the wind	Poeira no vento
All they are is dust in the Wind.	Tudo o que eles são é poeira no vento

Após esse momento, o grupo finaliza com a canção “Despedida”⁸¹ (CARLOS, 1974).

Percebeu-se que a manifestação musical foi ganhando consistência ao longo das vivências, de maneira que foi possível observar o avanço das habilidades musicais, perceptíveis na expressão sonora. A manifestação rítmica das primeiras vivências, a forte presença das canções posteriores e a manifestação harmônica da sétima vivência possibilitaram constatar que as intervenções musicoterapêuticas fomentaram novas possibilidades de expressão das subjetividades do povo que vive nas ruas, estimulando diversos

⁷⁹ Anexo Z.

⁸⁰ Anexo AA.

⁸¹ Anexo BB.

tipos de habilidades sociais por meio de recursos artísticos. Além disso, instigou a construção de uma unidade grupal, que impulsiona a superação da situação de opressão por meio do protagonismo musical e político.

Com o registro harmônico da sétima vivência, em comparação com o fragmento rítmico do primeiro, na relação processual entre ritmo, melodia e harmonia, foi possível averiguar avanços na qualidade da relação coletiva do grupo, identificando, assim, aspectos da subjetividade e do protagonismo humano e político.

Assim, as experiências musicais de tocar, cantar, dançar e criar expressão sonora em círculo possibilitaram a construção do diálogo musical entre as pessoas, mediado pela relação de escuta e a construção de afetos que permitem a conservação e proteção da vida, pois exigem a expansão de suas potencialidades, como “alegria, a felicidade e a liberdade que são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução”. (SAWAIA, 2003, p. 53).

4.11 OITAVA VIVÊNCIA: PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO

*O legal do trabalho da Musicoterapia é que tem som na Casa de Acolhida, é muito bom ouvir o que vocês estão fazendo. O mais legal é que descobrimos que João é músico, ele tem uma habilidade que não sabíamos, e mais do que isto a música tem um efeito muito importante na vida dele, pois várias vezes durante o encontro ele se emociona. Isto é suspensão do cotidiano.
(Depoimento de uma assistente social da Casa).*

A última vivência, que tinha como objetivo finalizar as intervenções, ocorreu conforme sugestão da equipe do local. Foi proposta a escolha de um repertório especial, por ser o último dia das ações dessa pesquisa-ação, para ser compartilhado com as pessoas presentes neste dia.

Visto que já era a segunda semana de dezembro, e foi realizada uma confraternização de final de ano, o grupo escolheu algumas canções natalinas para este momento. Foram executadas no formato de integração e não de apresentação, para que todos os presentes tivessem a oportunidade de interagir, com seu ritmo, seu som e sua musicalidade, de maneira livre junto ao coletivo.

Foi interessante perceber que algumas pessoas presentes nesse dia, haviam estado na sétima vivência, como é o caso de algumas do MNPOP-RUA, que contribuíram de forma importante, não apenas para entonação da melodia das canções, mas também para a base e organização dos aspectos rítmicos das canções compartilhadas, inclusive a exata repetição do mesmo fragmento rítmico, algo que não é muito comum dada a complexidade da expressão rítmica, conforme apresentado na figura 30, da sétima vivência.

Duas canções foram cantadas tendo em vista a convivência cultural, Bate o sino⁸² (RUI, 1941) e o “Hino do povo da rua”⁸³ (MNPOP-RUA s/d), sendo que o contraponto rítmico manifestado por um integrante do MNPOP-RUA foi predominante na expressão musical do dia, bem como na vocal do grupo que sobressaiu em relação aos demais dias.

Após a convivência cultural, a vivência foi encerrada e dado início à confraternização de final de ano. Várias pessoas vieram agradecer e perguntar se no próximo ano haveria novamente a Musicoterapia. Nesse sentido, novas parcerias estão sendo avaliadas para a continuidade do trabalho. Com a presença significativa de pessoas em situação de rua e do MNPOP-RUA a vivência foi encerrada. Em seguida, houve uma avaliação com a pesquisadora, a equipe da Casa de Acolhida, e os integrantes do movimento nacional, de todas/os presentes. O registro é de que um trabalho dessa natureza precisa ser replicado, bem como fundamentar outros que venham a ser desenvolvidos com a POP-RUA, de acordo com avaliação das/os presentes.

⁸² Anexo H.

⁸³ Anexo CC.



Figura 32: Imagem da oitava vivência
Fonte: A autora, 19.12.2017.

Com relação às canções utilizadas, da primeira à última vivência, suas letras e as manifestações sonoras das/os participantes, retrataram os conteúdos temáticos que foram elencados de modo a sistematizar a recorrência dos tópicos conforme segue: Conteúdo temático 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação; 3 - crítica social, história e contradição e 4 – autonomia, participação e protagonismo.

Assim os eixos de análise, descritos acima, foram sistematizados de acordo com os conteúdos que surgiram durante a pesquisa. Para melhor visualização e compreensão foi desenvolvido um gráfico com os resultados da pesquisa-ação que apresenta a recorrência dos conteúdos musicais temáticos de acordo com cada vivência

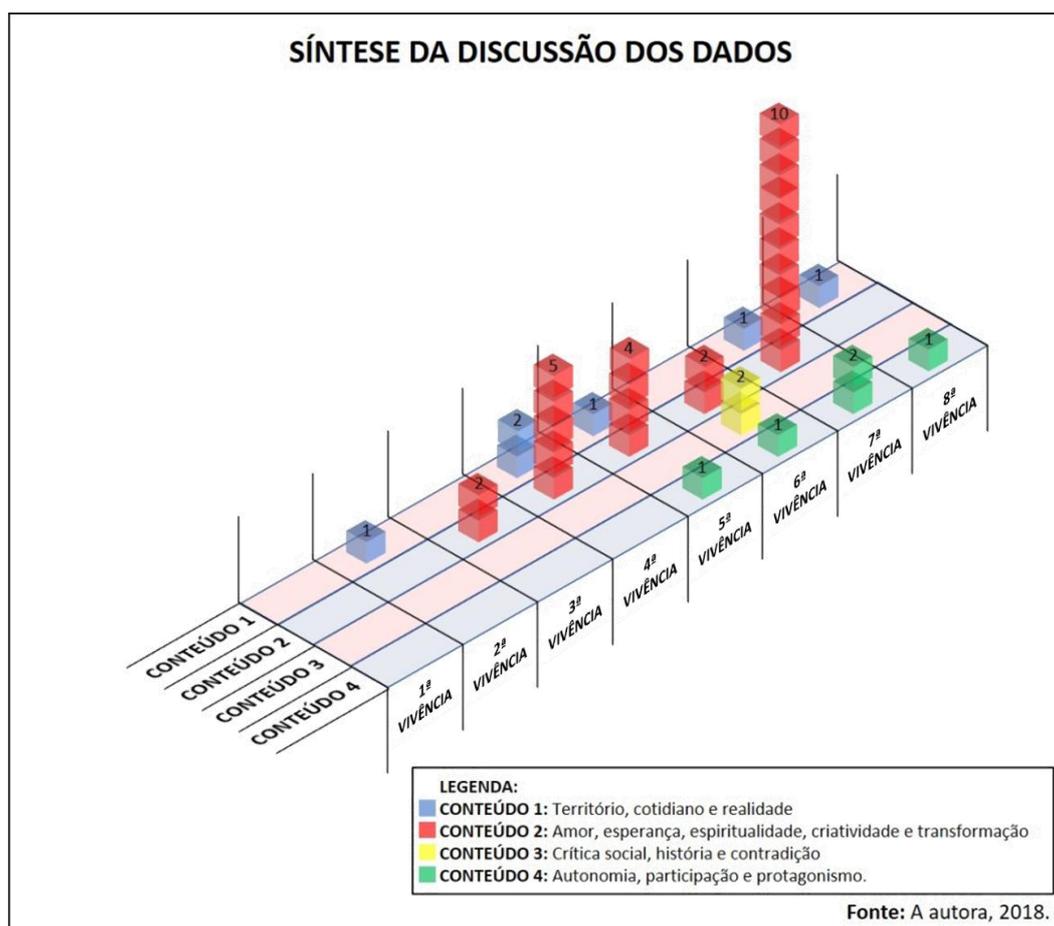


Figura 33: Síntese da discussão dos dados
 Fonte: A autora, 2018.

Notou-se o aumento na quantidade de músicas solicitadas, cantadas e tocadas pelo grupo, no decorrer do processo. Tal fato está associado a uma maior participação do grupo, que envolve o fortalecimento de um processo subjetivo de autonomia e protagonismo político. Embora isso possa ter sido impulsionado pela participação do MNPOP-RUA, no caso da sétima vivência, não o foi exclusivamente, pois alguns participantes que manifestaram um protagonismo musical importante no grupo, no dia estavam em situação de rua. E um deles, mesmo em situação de uso e abuso de substâncias psicoativas, interagiu musicalmente de forma que sua expressão sonora apresentou um nível de complexidade musical avançada, construindo uma conexão sonora com o grupo.

Assim, os conteúdos presentes nas canções desta pesquisa fazem parte de um recorte criterioso para atender aos objetivos propostos para este trabalho. Contudo, novas pesquisas poderão contribuir para um aprofundamento dos

conteúdos levantados sobre o trabalho com populações vulneráveis, na direção do protagonismo, da autonomia dos sujeitos de direitos, e de cotidianos transformados socialmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Neste tempo tão difícil, povo da rua,
A cidade vai ouvir povo da rua,
O grito dos oprimidos
Pra justiça construir,
Leva eu, povo da rua.*
(MNPOP-RUA. Hino do Povo da Rua, s/d)

O objetivo principal dessa investigação caracterizou-se por pesquisar estratégias de ações metodológicas, por meio da MTSO para o fortalecimento do trabalho com populações vulneráveis. O viés pelo qual a pesquisa caminhou foi o da Educação em Direitos Humanos, embasada nos conceitos teóricos da Musicoterapia de base social em que são citados Pavlicevic (2003), Mendoza (2005), Siccardi (2005), Cunha (2006), Guazina (2011), Pelizzari (2011), Educação em Direitos Humanos (CNE, 2012), Candau (2006), Gallardo (2014), Freire (1996), Teoria Crítica dos Direitos Humanos (Ruiz, 2014), Gallardo (2014) e Santos (2016).

No primeiro capítulo foi desenvolvida uma contextualização teórica acerca da questão social presente na vida dos sujeitos, em territórios desiguais. A partir da relação entre as desigualdades e as vulnerabilidades sociais, foi possível refletir que são as diferenças sociais, política, econômica e de gênero que geram as desigualdades, que expõem os seres humanos à situação de vulnerabilidade e risco social. Contudo, o fortalecimento dos vínculos sociais contribui para o fortalecimento das relações e com o enfrentamento das desigualdades. Tais circunstâncias engendram situações de intensa opressão e sofrimento na vida das pessoas⁸⁴, criando necessidades que precisam ser atendidas na perspectiva dos direitos, por meio da formulação e implementação de Políticas Públicas, resgatando a participação cidadã efetiva e o trabalho social com princípios ético-políticos que sejam capazes de proteger os indivíduos mais vulneráveis.

Dessa forma, a construção do primeiro capítulo exigiu um aprofundamento teórico relativo à questão social, como fator propício à sistematização das desigualdades, visto que elas geram fenômenos como

⁸⁴ O sofrimento é inerente à vida humana, o que não pode ser justificado é a violação de direitos humanos, visto que a questão social envolve uma complexidade que precisa ser confrontada por meio do acesso dos indivíduos aos direitos humanos fundamentais, conforme previsto pelo marco legal.

POP-RUA, por exemplo. Tal aprofundamento explicitou que a participação cidadã é uma maneira de enfrentamento às desigualdades, sejam elas quais forem, de maneira que o protagonismo político produz impactos a curto, médio e longo prazos nos prejuízos causados à população, ao longo da história. Esse fato é observável na participação do MNPOP-RUA na disputa no interior dos aparelhos do Estado, para fazer valer o direito previsto pelo marco legal relativo à Política Nacional para POP-RUA. Este fato expressa o caráter emancipatório do Movimento Social, protagonizado por pessoas que estiveram em situação de rua.

Por conseguinte, contextualizou-se o cenário de atuação da MTSO, considerando a especificidade da América Latina, para descrever a perspectiva de trabalho social apresentada nesta pesquisa, para que assim seja possível identificar as estratégias metodológicas interdisciplinares utilizadas com populações vulneráveis pelo viés dos Direitos Humanos.

A Educação em Direitos Humanos é um processo articulado, interdisciplinar, que envolve estratégias de ação que potencialmente têm condições de contribuir para uma transformação social. Freire, ao se referir à Educação, afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p. 59).

De acordo com a pesquisa-ação realizada foi possível constatar que o conceito da Educação em Direitos Humanos relaciona-se à mobilização para ação e não para a tutela, visando, assim, promover a transformação social e a emancipação humana de forma dialética e processual, construída de forma gradativa por meio das relações humanas.

Com isso, uma das relações entre o primeiro e o segundo capítulos consiste na identificação de que a caracterização ou não do trabalho social, não é determinada apenas pelo público atendido, rico ou pobre. Apesar de a maioria estar em situação de pobreza, o princípio da universalização de acesso aos direitos, previsto pela Constituição Federal de 1988, amplia a possibilidade de atendimento na perspectiva da proteção social a todo e qualquer cidadão que dela necessitar, pelo viés das políticas públicas integradas e universais. Além disso, a polarização entre ricos e pobres não contempla a complexidade

que envolve a questão social, que permeia de forma transversal e dinâmica a vida cotidiana dos sujeitos, suas famílias e ou grupos sociais.

Feita esta distinção, a caracterização da MTSO é definida por um conjunto de situações e ações que envolvem a proteção social, no âmbito da seguridade social: saúde, assistência social, previdência social na relação com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, apresentada nessa pesquisa como necessária em países que vivenciam uma realidade marcada pelas desigualdades estruturantes, como no caso da América Latina.

Diante disso, coloca-se o desafio de construir metodologias de ação por meio das experiências musicais de improvisação, recriação, audição e composição. De acordo com os resultados dessa pesquisa, potencialmente eles são capazes de reprogramar o cotidiano, pois podem produzir impactos às desigualdades, bem como produzir mecanismos de enfrentamento da questão social, dado que este é um desafio interdisciplinar não apenas da MT, pois o cenário atual (2018) desfavorável à defesa dos Direitos Humanos urge pela coletivização de ações interdisciplinares.

Neste prisma, foi possível relacionar a MTSO com MTCom, duas abordagens desenvolvidas no campo social, e constatar, de acordo com os marcos teóricos apresentados, a complementaridade entre elas, visto que política, teórica e metodologicamente desenvolvem ações na mesma área, conforme foi possível notar no segundo capítulo. Nesta esteira, a MTCom é complementar à MTSO. A reflexão que se faz aqui é no sentido de o profissional musicoterapeuta considerar contexto social de surgimento das abordagens teóricas, apontando a necessidade da América Latina adotar perspectivas descoloniais de ação, visto que os trabalhos na área social desenvolvidos nessa região do mundo, são diferentes daqueles desenvolvidos na Europa, por exemplo. Isto porque as desigualdades encontradas no cenário latinoamericano, e que são formas de expressão da questão social, são muito diferente nos países que foram colonizadores.

Nota-se que de acordo com a Figura 33, a MTSO atua por meio da música e seus elementos ritmo, melodia e harmonia, e também de seus métodos, relacionados aos conteúdos temáticos: 1 - território, cotidiano e realidade; 2 - amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação; 3 - crítica social - história e contradição e 4 - autonomia, participação e

protagonismo. Estes que fazem parte da discussão teórica trazida no primeiro capítulo apresentaram um processo de evolução no decorrer das vivências, começando pelo conteúdo 1 como uma forma das canções expressarem a realidade que permeia a vida nas ruas, apartando qualquer leitura simplista que relacione alienação e a POP-RUA. Para tanto, no primeiro momento, o grupo precisava adquirir confiança e respeito para que se tornasse possível avançar em temas relacionados a amor, esperança, espiritualidade, criatividade e transformação, muito recorrentes, inclusive em quantidade, pois na sétima vivência, das 15 pessoas presentes, 10 trouxeram esta temática. Isso ressaltou que estes conteúdos funcionam como uma forma de fortalecimento das subjetividades individuais e coletivas, por meio de empoderamento, acolhida, escuta, acalento, aconchego, vínculo, diálogo e afeto para impulsionar uma visão crítica sobre a realidade, distanciando de qualquer tipo de culpa individual mas levando à problematização coletiva das questões vivenciadas. Buscou-se, com isso, conscientizar para a participação social como forma de conquista do protagonismo político, que é uma forma de libertação de todas as formas de opressão, e que avança processualmente para emancipação humana, social e política.

Da articulação entre a MT e os elementos que envolvem a “questão social” foi possível identificar que a MTSo dialoga para o desenvolvimento de trabalhos realizados na perspectiva das Políticas Públicas Sociais e da Teoria Crítica dos Direitos Humanos.

Dessa forma, a abordagem da MTCom também tem sido utilizada para conceituar teoricamente trabalhos na área social no Brasil e no mundo. Na visão aqui apresentada, ela está integrada a MTSo. Assim, de acordo com os achados dessa pesquisa a relação entre a MTSo e a MTCom ocorreu por não haver, na literatura estrangeira, o uso da denominação MTSo que é encontrada na América Latina, em especial no Brasil. Já na Europa e em alguns países da América Latina é também utilizado o termo MTCom. Não há dúvidas, porém, de que o contexto social, político, cultural e econômico da Europa são muito diferentes dos da nossa região.

Aqui são apresentadas algumas considerações parciais, e não finais, sobre as abordagens já referidas. Contudo, a reflexão que se faz é para que sejam considerados os aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos de

cada território, antes de qualquer caracterização do trabalho social desenvolvido com populações vulneráveis, para não se incorrer no desenvolvimento de ações assistencialistas e tutelares que sejam direcionadas na contramão das metodologias emancipadoras, conforme proposto por Paulo Freire (1996).

A MTSO foi embasada no conceito de novas práticas, cuja finalidade é a ruptura com metodologias disciplinadoras e conservadoras que anulam a produção criativa da vida⁸⁵, favorecendo a escuta e a participação dos indivíduos no cotidiano do qual fazem parte. Exemplo disso é a construção das regras institucionais que corroborem o fortalecimento do protagonismo e a conquista da autonomia, refletindo no fortalecimento de vínculos sociais presentes em instituições que prestam serviços à população nos diversos campos de atuação das políticas públicas.

No caso da MTSO, percebeu-se que está associada a um perfil de trabalho que é caracterizado não apenas por ser desenvolvido com pessoas em situação de pobreza, como já foi mencionado aqui. A identificação não é dada pelo público em si, de forma bilateral (ricos e pobres). Para além disso envolve um trabalho que tem o compromisso ético-político com a formação de coletivos para contribuir com a transformação da realidade social, conquista da emancipação humana por meio da Educação em Direitos Humanos, afastando-se de ações assistencialistas.

No terceiro capítulo foram apresentados os fundamentos metodológicos que estão referenciados nos pressupostos da investigação qualitativa. E o tipo aqui apresentado identifica-se com a pesquisa-ação que é uma forma de construir conhecimento científico por meio da teoria-prática, experiência viva construída pela aproximação com a realidade e capaz de gerar mudança e transformação social. Para tanto, optou-se pela formação de grupo focal, como forma de abordagem junto à POP-RUA, de acordo com Flick (2009), pois esta metodologia gera dados, ao mesmo tempo em que constrói e favorece o

⁸⁵ A crítica que se faz aqui, **não é** ao trabalho da Musicoterapia Clínica, na Saúde ou na Educação e Educação Especial, de forma a compreender que estas são formas de ação conservadoras. O que chama a atenção é que em todas as áreas é possível desenvolver novas práticas, Barcellos (2016) afirma que essa forma de ação diferencia-se daquelas tradicionais (reabilitação, deficiência mental, psiquiatria, deficiências sensoriais), pois são realizadas em outros espaços institucionais. Contudo, aqui, práticas conservadoras são colocadas como aquelas que anulam as subjetividades, são disciplinadoras a exemplo do caso das Políticas Públicas de Educação que sofreram grande repressão nos períodos de Ditadura Militar, e que exercem influências na atualidade.

fortalecimento de vínculos utilizando-se de uma linguagem próxima à realidade das pessoas atendidas, fator esse fundamental para o trabalho social.

A pesquisa-ação foi realizada em uma organização não governamental. Ao todo foram realizados oito encontros com a POP-RUA, que se somaram a outras reuniões com a equipe que faz o atendimento dessa população, e também à participação em eventos ligados a essa temática, visto que, percebeu-se que não é possível promover transformação da realidade fora dela.

Destaca-se que a entidade onde foi realizada a pesquisa atua de acordo com as orientações técnicas previstas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), que organiza e sistematiza a oferta dos serviços na área da Política Pública de Assistência Social. Mas as dificuldades que encontra são relativas aos enfrentamentos históricos de intervenções, identificadas como assistencialistas, paternalistas e clientelistas, e tem como embasamento a cultura do favor, da tutela e da dependência, que pode ser identificada em contexto altamente autoritário e opressor que viola os Direitos Humanos.

Quanto ao número total de pessoas atendidas, foram cento e oitenta e seis pessoas, sendo que o maior número de participantes foi de sessenta e quatro, na última vivência quando todas as pessoas da casa participaram. O menor número de pessoas foi de cinco. A média foi de 34 pessoas presentes por encontro no processo de pesquisa musicoterapêutico, quando a intervenção era realizada com todas/os as/os participantes da casa.

Assim, o aporte teórico metodológico aqui apresentado foi desenvolvido em um curto espaço de tempo, de maneira que os resultados sinalizam mudanças subjetivas da não participação no protagonismo dos sujeitos que precisam ser analisadas de forma que reconheçam que a MTSO no trabalho interdisciplinar, essencialmente, precisa contemplar alguns aspectos, tais como:

- ✓ superar da fragmentação das diversas áreas do conhecimento (interdisciplinaridade);
- ✓ acolher de forma qualificada os sujeitos, propiciando a construção de vínculos, em uma relação de respeito por meio do diálogo e formação de um espaço de pertença (acolhida, vínculo, diálogo e pertencimento);

- ✓ envolver a participação dos sujeitos em todas as fases do trabalho destinado a eles (participação social);
- ✓ valorizar e respeitar os aspectos culturais, relativos à história de vida dos sujeitos (alteridade, memória musical afetiva);
- ✓ fomentar a formação e o fortalecimento de coletivos, embasados em participação, protagonismo e autonomia, capazes de fortalecer aspectos da emancipação humana (coletividade, protagonismo, autonomia e emancipação);
- ✓ problematizar as diferenças e igualdades na relação com construção de espaços sociais de respeito, capazes de fomentar a alteridade, fraternidade, tolerância e amizade entre as comunidades (Educação em/para os Direitos Humanos);
- ✓ compartilhar metodologias criativas que se utilizam das diversas linguagens artísticas como formas de comunicação humana (Musicoterapia);
- ✓ fundamentar-se em princípios éticos de atuação profissional, capazes de promover coletivamente a luta e a efetivação da dignidade humana (ética e justiça social).

A sistematização apresentada é resultado de um processo de análise e reflexão advindo da pesquisa-ação e das experiências da pesquisadora. Espera-se que possa ser uma colaboração para a área, para o fortalecimento interdisciplinar de intervenções comprometidas com princípios ético-políticos de respeito e de reconhecimento da autonomia de cada sujeito, fortalecendo a construção de estratégias da Educação em Direitos Humanos, em que o trabalhador social é mediador da emancipação humana.

Assim, a MTSO se utiliza de experiências musicais que favorecem a escuta das subjetividades, relativas aos acontecimentos históricos da vida das pessoas, e que são manifestados nas vivências musicoterapêuticas por meio das expressões verbais (falas), não verbais (linguagem corporal) e musicais (expressões sonoras), tornando-se uma metodologia de ação no meio social, capaz de contribuir para o enfrentamento das situações de violência, construção de vínculos e mudanças na realidade, assim como para superação de visões fragmentadas e individualizantes dos sujeitos.

Por meio dessa pesquisa, foi possível observar que os aspectos materiais e subjetivos permeiam as intervenções que se utilizam da arte como mediadora da construção e fortalecimento de vínculos, bem como da materialização e acesso aos direitos desses sujeitos. Promove possibilidades de leitura e interpretação da realidade sobre a vida nas ruas. Tal processo ocorre pelo viés da Educação em Direitos Humanos e potencialmente é capaz de contribuir para o protagonismo político por meio da organização e participação coletiva junto aos movimentos sociais.

Assim a relevância desse trabalho e dos resultados apresentados consiste em apontar perspectivas metodológicas que evidenciaram os fatores que precisam ser considerados para formação do grupo focal, tais como a importância de transversalizar direitos humanos por meio da mediação entre a realidade das políticas públicas e os direitos que esses sujeitos acessam, considerando a relevância dos vínculos socioemocionais.

Sob este prisma, os resultados significativos obtidos com esse estudo deram origem à proposta de continuidade deste trabalho junto à POP-RUA. Neste momento estão em curso processo de planejamento e captação de novas parcerias entre a universidade, o poder público, entidades que prestam serviços a essa população e o MNPOP-RUA para efetivação de uma proposta metodológica que se pretende que contemple alguns eixos:

- prestar assessoria ao MNPOP-RUA, bem como envolvê-lo em todas as fases do trabalho com a POP-RUA;

- construir um instrumento de formação para o MNPOP-RUA, buscando contemplar as experiências cotidianas de seus integrantes, de forma que sejam abordados os desafios de viver em situação de rua, bem como suas estratégias de superação para serem compartilhadas junto àquelas/es que ainda estão nessa situação;

- desenvolver uma proposta de ação da Musicoterapia Social, junto à POP-RUA de forma interdisciplinar;

- realizar alianças com movimentos sociais e órgãos de defesa e garantia de direitos;

- embasar o trabalho nos seguintes conceitos: território, cotidiano, populações vulneráveis, protagonismo político, acesso aos direitos, educação em direitos humanos e emancipação humana.

A proposta foi sistematizada tendo em vista o processo e a comprovação da influência do protagonismo político exercido pelo envolvimento das lideranças do MNPOP-RUA. Ficaram evidentes as mudanças trazidas, visto que nas primeiras vivências as vozes das/os participantes eram de fraca intensidade, mas foram ganhando força no decorrer do processo, comprovando a influência da subjetividade política, por meio da manifestação sonoro-musical. E isso veio, também, para legitimar o trabalho destinado à POP-RUA junto ao MNPOP-RUA.

De que maneira? De acordo com a Figura 33 observa-se que na sétima vivência, quando estavam presentes os líderes do MNPOP-RUA, a manifestação sonora foi mais intensa em vários aspectos relativos à expressão musical, e a voz foi aumentando de intensidade no decorrer de cada vivência, porém na sétima, o grau de afinação e sintonia do grupo levou a uma unidade grupal. Foi notável, inclusive, pela evolução dos conteúdos temáticos, que o grupo apresentou uma expressão musical mais consistente, em nível de organização e manifestação artística, da primeira à oitava vivências, levando a considerar que o protagonismo político contribuiu para a dinâmica do grupo naquele dia.

É difícil mensurar o grau de transformação que oito vivências provocaram na vida dessas pessoas. Contudo, é fato que mudanças ocorreram em níveis profundos de subjetividade, haja vista os resultados, as falas e a linguagem corporal apresentados. Assim, a fundamentação teórica sustenta que novas práticas emancipadoras podem promover uma consciência emancipatória, capaz de libertar os sujeitos em situação de opressão, por meio de um trabalho continuado.

Esses são, sem dúvida, os impactos que as novas práxis fundamentadas na MTSO e na Teoria Crítica dos Direitos Humanos podem causar às desigualdades sociais e à situação de subalternidade. E as canções trouxeram conteúdos que comprovam isso:

Trabalhamos todos juntos, povo da rua,
Verdadeiro mutirão, povo da rua,
"Fé em deus e pé na tábua",
Buscando a libertação,
Leva eu, povo da rua.
Hino do Povo da Rua (MNPOP-RUA, s/d).

A partir do trabalho realizado foi possível constatar que a produção sonora expressa os aspectos subjetivos que influenciam na forma das pessoas se expressarem não apenas musicalmente, mas também social e politicamente, visto que a situação de opressão enfrentada no cotidiano dessas pessoas constrói subjetividades, e a baixa intensidade das vozes e as cabeças baixas demonstram isso, em uma análise não reducionista dos fatos.

Sobre a vida que pulsa nas ruas, foi possível perceber que o conteúdo ético-político das canções, que são de livre circulação, foi uma forma da POP-RUA vocalizar à sociedade suas necessidades e anseios em relação à vida, e isso foi possível pela relação de alteridade e vínculo que permearam as ações da MTSO. Dessa maneira, nada do que foi dito e registrado aqui, felizmente, é passível de ser definido, mas talvez capturado em forma de música, sorrisos, afeto, vínculos e a construção de novas formas de relação com a vida.

6. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Estado de exceção: Homo Sacer, II, I. Trad. Iraci D. Poleti. 2. ed. **Col. Estado de Sítio**. São Paulo: Boitempo, 2004. pp. 9-49

AGUIAR, K. F; ROCHA, M. L. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo 2003, v. 23 (4), 64-73.

BARCELLOS, L. R. M. Diálogo entre as novas práticas em Musicoterapia contemporânea e os cursos de formação de Musicoterapia. **Quaternos de Musicoterapia e Coda**. Barcelona Publishers. 2016. ISBN: 9781945411021.

BARROCO, M. L. O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o serviço social. Palestra apresentada na mesa “Conflitos globais e a violação dos direitos humanos: a ação do serviço social”, 18 de agosto de 2008. **Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho**, Salvador, Bahia.

BARROS, J. D’A. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 7-38.

BARROS, J. O. **A construção de projetos terapêuticos na área da saúde mental**: apontamentos acerca de novas tecnologias de cuidado. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Ciências da Reabilitação, área de concentração: Movimento, postura e ação humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAUER, W. M.; GASKELL, G. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENEZON, R. **Manual da musicoterapia**. Trad. Clementina Nastari. Rio de Janeiro: Enelivros, 1985.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.

BONFIM, C. C. Pensadores do início do século XX: breve panorama. In: JORDÃO, G. *et al.* (coord.). **Música na escola**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. pp. 82-84.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 3. ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Direito à Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 1. ed., 114 p. **Coleção Para entender a gestão do SUS**. Disponível em: <http://www.conass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4139:colecão-para-entender-a-gestão-do-sus-2015&catid=3:noticias&Itemid=12>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art236LINK%20Lei%208.935http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8935.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. **Decreto nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre O PAIF**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência, 2012.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS e a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência, 2011.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional Dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência, 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 1**, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/5/2012, Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRUSCIA, K. E. **Definindo musicoterapia**. Trad. Marcus Leopoldino, 3. ed. Barcelona: Publishers, 2016.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mai. 2017.

_____. Educação em direitos humanos: políticas curriculares. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 219-240.

CARVALHO, D. H. A musicoterapia e o seu desenvolvimento no Rio de Janeiro. In: **Boletim da Associação Brasileira de Musicoterapia**, n. 1, Rio de Janeiro, 1975. Disponível em: <<http://biblioteca-da-musicoterapia.com/biblioteca/arquivos/artigo//Doris%20Hoyer%20de%201975.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, L. C.; SOUZA, A. **Sociedade e cidadania**: desafios para o século XXI. 2. ed., Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010. pp. 175-204.

COSTA, T. G. C.; COSTA, M. R. **Cultura, juventudes e redução de danos**. São Paulo: Centro de Convivência É de Lei / Córrego. São Paulo, 2015.

CRAVEIRO DE SÁ. **A teia do tempo e o autista**: música e musicoterapia. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

CUNHA, R. Musicoterapia social. XII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia **Palestra**. VI Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia. II Encontro Nacional de Docência em Musicoterapia. Mesa redonda. Set/2006, Goiânia, GO.

_____. Musicoterapia social e comunitária: uma organização crítica de conceitos. **Revista Brasileira de Musicoterapia (UBAM)**. Ano XVIII (2016), n. 21.

CURTIS, S. L. Feminist music therapy: transforming theory, transforming lives. In: HADLEY, S. (org.) **Feminist perspectives in music therapy**. London and Philadelphia: Barcelona Publishers, 2006. Disponível em: <https://spectrum.library.concordia.ca/975008/1/Feminist_music_therapy.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: 34, v. 1, 1995a.

ESCRIVÃO FILHO, A. S.; SOUSA JUNIOR, J. G. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016.

EVERSOLE, R. Managing the pitfalls of participatory development: some insight from Australia. **World Development**, v. 31, n. 5, May 2003.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Campinas: **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, n. 49, 2000.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa** [recurso eletrônico]. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Aula de 17 de março de 1976. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 285-315.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000, pp. 211-259.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). **Pesquisa municipal com a população em situação de rua**. Curitiba, 2016.

GALLARDO, H. **Teoria crítica**: matriz e possibilidade de direitos humanos. Campinas: Unesp, 2014.

GANNIBAL, L. Mbira: o instrumento-símbolo de um povo. **Educação, Diversidade e Direitos Humanos**. Disponível em:

<<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/mbira-o-instrumento-simbolo-de-um-povo/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GASTON, T. E. **Tratado de musicoterapia**. Editorial Paidós. Buenos Aires, 1968.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: **Como elaborar projetos de pesquisa**, cap. 4, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2010. pp. 151-161.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2000b.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUAZINA, L. Reflexões sobre o social em musicoterapia. **Anais do X Fórum Paranaense de Musicoterapia e I Encontro Sul-brasileiro de Musicoterapia**. Curitiba, 2011.

HART, C. L. Slogans vazios, problemas reais. **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 12, n. 21, ago. 2015. Disponível em: <sur.conectas.org>. Acesso em: 8 jul. 2017.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HAYWARD, C.; SIMPSON, L.; WOOD, L. Still left out in the cold: problematising participatory research and development. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n.1, pp. 95-108, 2004.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra. 11. ed., 2008.

IAMAMOTO M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/ Celats, 1983.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. Cortez Editora, 2003.

LIMA, C. B.; SILVEIRA, J. I. Direitos humanos e política social: instrumentos sociojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 147-166, jan./abr. 2016.

LOCH-NECKEL G. *et al.* Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 14(Supl. 1): 1463-1472, 2009.

MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDOZA, C. La comunidad, sujeto y objeto de intervención. In: Pellizzari, P.; Rodríguez, R. J. **Salud, escucha y creatividad**: musicoterapia preventiva psicossocial. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2005.

MESZÁROS, I. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILLECCO FILHO, L. A; BRANDÃO, M. R. E; MILLECCO R. P. **É preciso cantar**: musicoterapia, canto e canções. Rio de Janeiro: Enelivros, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil: entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 52, junho/2003.

OLIVEIRA E. S. G. Paulo Freire e Pichon-Rivière: aproximações conceituais em torno da educação e da psicologia. **Revista Vozes em Diálogo** (CEH/UERJ), n. 2, jul-dez/2008. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/vozesemdialogo/article/download/925/856>. Acesso em: 10 set. 2017.

PAVLICEVIC, M. **Groups in music**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2003.

_____; ANSDELL, G. **Community music therapy**: culture, care and welfare. London: Jessica Kingsley Publishers, 2004.

PELLIZZARI, P. y colaboradores. **Crear salud**: aportes de la musicoterapia preventiva y comunitaria. Ed.ICMus., Argentina, 2011.

PEREIRA, G.T.M. **O potencial terapêutico da canção em musicoterapia, 2005**. . Monografia (Bacharelado em Musicoterapia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

PEREIRA P. A. P. **Política social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, P. Por uma filosofia do som: a noção de ritornelo entre a música e a filosofia. **Cadernos do Colóquio**. Publicação do Programa de Pós-graduação em Música do Centro de Letras e Artes da Uni-Rio. Rio de Janeiro: CLA/Uni-Rio, 2000. p. 77.

PINTO, M. C. O. **Processos de subjetivação na música e na clínica em musicoterapia**. 2007. 191 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**, 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PUCHTA, C. POTTER, J. **Focus group practice**. London: Sage, 2004.

RUIZ, J. L. S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu** [online], n.16, 2001. pp. 115-136. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SANTOS, B. S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 48, p.11-32, jun., 1997. Disponível em:<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF>. Acesso em: out. 2016.

SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: **Muitos lugares para aprender**, pp.53-63. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. CENPEC/Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003.

SEVERINO, A. J. Teoria e prática científica. In: **Metodologia do trabalho científico**, cap. 3, 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. pp. 99-116.

SICCARDI, M. G. Musicoterapia comunitária. In: Pellizzari, P.; Rodríguez, R. J. **Salud, escucha y creatividad**: musicoterapia preventiva psicosocial. Buenos Aires: Ediciones Universidad del Salvador, 2005.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em Política Social), Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVEIRA, J. I. Desigualdade, políticas públicas territorializadas e administração pública deliberativa. In: **IX Seminário Internacional de Direitos Humanos**. Grupo temático 11: Movimentos sociais, participação cidadã e políticas públicas. Universidade Federal da Paraíba, 6 a 9 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/ixsidh/ixsidh/schedConf/presentations?searchInitial=S&track=>>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. **Trabalho com famílias na assistência social**: traços históricos e novas práxis. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, pp. 186-195, 2016.

_____; BONETI, L. COLLIN, D. A. Políticas públicas e direitos humanos: crítica aos fundamentos epistemológicos e a incidência dos sujeitos coletivos. In: LIMA, C. B.; GUEBERT, M. C. C. (orgs.). **Teorias dos direitos humanos em perspectiva interdisciplinar**. Curitiba: PUCPress, 2016.

SOMMEKH, B.; LEWIN, C. (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, pp. 133-141, mar. 2006.

_____. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, pp. 104-115, jan./jun. 2011.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/19360/17745+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo, Cortez, 1988.

STIGE, B. **Culture-centered music therapy**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002. Disponível em:<<https://njmt.w.uib.no/2003/03/16/culture-centered-music-therapy/>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

SUZUKI, P. R. **Roda de tambores na musicoterapia como técnica em potencial**. Trabalho de conclusão de programa de pós-graduação em Musicoterapia. São Paulo: UniFMU, Centro Universitário FMU; 2008.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, pp. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28. Março 2018.

UBAM. Manifesto da UBAM junto ao Conselho Nacional de Assistência Social para a inclusão dos (as) Musicoterapeutas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2010, p. 4. **Anais do XIII Fórum Paranaense de Musicoterapia**. v. 13, set. 2011.

VIDIZ, T. F. *et al.* A musicoterapia e o uso das canções religiosas no tratamento de pacientes com insuficiência renal crônica sob hemodiálise. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, UBAM, ano XII, n. 10, 2010, Curitiba.

VITOR, J. S. F. **A construção da vida para além das violências: musicoterapia com crianças em situação de abrigagem**. Monografia de graduação. Faculdade de Artes do Paraná. Curitiba, 2009.

_____. Musicoterapia e direitos humanos: estratégias de uma educação emancipadora. II Congresso Internacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas – desigualdades e intolerâncias em tempos de crise. **Anais do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH)** da PUC-PR, nov. 2016.

_____; GONÇALVES, C. S. A. A musicoterapeuta no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: construindo referências. **Anais do XVI Fórum Paranaense de Musicoterapia e I Seminário Paranaense de Pesquisa em Musicoterapia**, v. 16, out. 2015. Disponível em: <<http://www.amtpr.com.br/p/anais-xvi-forum-paranaense-de.html>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: homicídios por arma de fogo no Brasil 2016. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

WEIL. P.; TOMPAKOW. R. **O corpo fala**. Petrópolis: Vozes. 1989.

6.1 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 207p.

ANSAY, N. N. **Políticas de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência no Chile e no Brasil (1990-2015)**. 2016. 247 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Linha de Pesquisa em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

GUARÁ, I. M. F. R. *et al.* **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: SAS/MPAS, 1998.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

IPEA, FBSP. **Atlas da violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, junho de 2017.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Revista de Serviço Social**, Londrina, v. 16, n.1, pp. 30-42, jul./dez. 2013.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 95, São Paulo, n. 101, pp. 95-120, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PEREIRA, K. TEIXEIRA, S. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, pp. 114-127, jan./jun. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTANA, F. S. **A musicoterapia na Política Nacional de Assistência Social**. 2016. 281 f. Dissertação (Mestrado em Música), Programa de Pós-Graduação em Música Stricto Sensu da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás. Área de concentração Música na Contemporaneidade, linha de pesquisa Música, Educação e Saúde, Universidade Federal de Goiás, GO.
Disponível: <https://mestrado.emac.ufg.br/up/270/o/Fabr%C3%ADcia_Santos_Santana_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Final.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

6.2 REFERÊNCIAS SONORAS

AGRESTE, O. **Galhos secos**, 1970.

ALMEIDA, A. MAGALHÃES, O. Marcha do Remador (Se a canoa não virar eu chego lá). Intérprete: Emilinha Borba. In: **Marcha do remador**. São Paulo: Columbia, 1964.

ARANTES, G. Brincar de viver. Intérprete: Maria Bethânia. In: **Simplemente...** Rio de Janeiro: Universal Music Brasil, 1990.

ARMANDINHO. Folha de bananeira. In: **Armandinho**. Porto Alegre: Orbeat Music, 2001.

BACH, J. S. **Jesus alegria dos homens**: o coral final da cantata "Herz und Mund und Tat und Leben" (Coração e Boca e Ações e Vida). Leipzig, Alemanha, 1716.

CARLOS, R. Despedida. In: **Roberto Carlos**. Rio de Janeiro: Sony BMG Music Entertainment, 1974.

_____. CARLOS, E. É preciso saber viver. Intérprete: Titãs. In: **Volume Dois**. Rio de Janeiro: WEA, 1998.

CONTINO, G. P. SANTOS, L.; Memê. Cachimbo da Paz. Intérprete: Gabriel o Pensador. In: **Quebra-cabeça**. Rio de Janeiro: Sony BMG, 1997.

FERREIRA, M. J. Canta canta minha gente. Intérprete: Martinho da Vila. In: **Canta canta minha gente**. Rio de Janeiro: RCA Vitor, 1974.

FILHOS DE DAVI. **Meu barco é pequeno**. Intérprete: Cristina, 2017.

GONZAGA L. TEIXEIRA H. Asa Branca, 1947. Intérprete: Luiz Gonzaga. In: **Luiz Gonzaga 50 anos de Chão**, 1941-1987. São Paulo: BMG, 2002.

GONZAGUINHA, O que é, o que é? In: **Caminhos do coração**. Rio de Janeiro: EMI, 1982.

LIVGREN, K. Dust in the wind. Intérprete: Kansas. In: **Point of know return**, 1977.

NASSER D.; ALVES F. **Feliz ano novo**. Intérprete: João Dias, 1951. Rio de Janeiro: Odeon.

OLIVEIRA, J. F. (Padre Zezinho, SJC). Amar como Jesus amou. In: **Histórias que eu canto e conto**, LP. São Paulo: EPD, 1974.

PECCI FILHO, A.; FABRIZIO, M.; MORRA, G. Aquarela. Intérprete: Toquinho. In: **Aquarela**, 1983.

RUI, E. **Sino de Belém** (PIERPONT, J. L. /Jingle bells, 1857). Intérprete: João Dias. Rio de Janeiro: Odeon, 78 rpm, 1941.

SATER, A. **Tocando em frente**. Ao vivo, 1992.

SEIXAS, R. Gita. In: **Gita**. Rio de Janeiro: Philips Records, 1974.

TITO NETO; CAVALCANTI, A. Leva eu sodade. Intérprete: Zé Ramalho. (Paródia hino do povo da Rua). In: **Cidades e lendas**. Rio de Janeiro: BMG, 1996.

TONICO; RIBEIRO F. Chico Mineiro. Intérprete: Sérgio Reis, 1995.

_____ e TINOCO. Cana verde. In: **Coração do Brasil**, 1994.

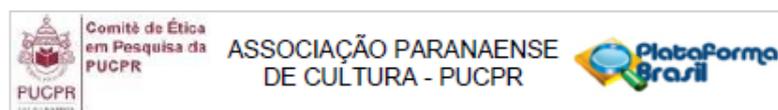
TOZZI, U. Eva. Intérprete: Rádio Táxi. In: **Brilhante Grandes Sucessos**. Rio de Janeiro: CBS, 1982.

VILLEROY, T. Garganta. Intérprete: Ana Carolina. In: **Ana Carolina**. Rio de Janeiro: Sony BMG Brasil, 1999.

WILSON, E; BASTOS R. Chuva de prata. Intérprete: Gal Costa. In: **Profana**. Rio de Janeiro: Universal Music Brasil, 1984.

7. ANEXOS

ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MUSICOTERAPIA E DIREITOS HUMANOS: NOVAS PRÁTICAS PARA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA COM PÚBLICOS VULNERÁVEIS

Pesquisador: JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67864017.0.0000.0020

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.056.268

Apresentação do Projeto:

O ponto de partida da presente pesquisa será a pesquisa-ação e a musicoterapia como objeto de intervenção e coleta de dados, para potencializar a educação em direitos humanos na construção de uma cultura emancipatória junto as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. O método de pesquisa é indutivo. Os procedimentos da pesquisa atenderão aos princípios de sigilo, ética definidos pelo comitê de ética em pesquisa (CEP), bem como o cuidado com integridade dos sujeitos envolvidos.

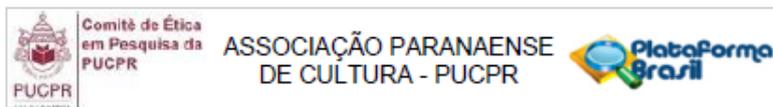
Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Analisar a musicoterapia como estratégia de proteção aos direitos humanos: a partir de novas práticas para uma educação emancipadora com pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo Secundário:

Descrever a perspectiva de trabalho da Musicoterapia; Identificar as estratégias de intervenção com públicos vulneráveis; Relatar os processos sócio-históricos que produzem pessoas em situação vulnerabilidades e as desigualdades circunstanciais; Evidenciar contradições para o enfrentamento

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155
Bairro: Prado Velho **CEP:** 80.215-901
UF: PR **Município:** CURITIBA
Telefone: (41)3271-2103 **Fax:** (41)3271-2103 **E-mail:** nep@pucpr.br



Continuação do Parecer: 2.056.268

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_789636.pdf	03/05/2017 14:27:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOfinalCOMITEEtica.doc	03/05/2017 14:16:04	JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR	Aceito
Outros	AUTORIZACAO.doc	03/05/2017 13:44:10	JAKELINE SILVESTRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	03/05/2017 13:40:56	JAKELINE SILVESTRE FASCINA VITOR	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	03/05/2017 12:14:10	JAKELINE SILVESTRE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 10 de Maio de 2017

Assinado por:
NAIM AKEL FILHO
(Coordenador)

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155
Bairro: Prado Velho CEP: 80.215-901
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3271-2103 Fax: (41)3271-2103 E-mail: nep@pucpr.br

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

AUTORIZAÇÃO

Eu Janete Casagrande abaixo assinado, responsável pela Casa de Acolhida São José autorizo a realização do estudo: **Musicoterapia e direitos humanos: novas práticas para educação emancipadora com públicos vulneráveis**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Declaro ainda ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Local, dia de mês de ano.

Janete Casagrande
Assistente Social
CRESS 2884

Assinatura e carimbo do responsável institucional

LISTA NOMINAL DE PESQUISADORES:

Jakeline Silveste Fascina Vitor (Musicoterapeuta pesquisadora – PUC- PR)
Jucimeri Isolda da Silveira (Professora orientadora e pesquisadora – PUC-PR)

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pág. 1/3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo: **Musicoterapia e Direitos Humanos: novas práticas para educação emancipadora com públicos vulneráveis** que tem como objetivo: Analisar a musicoterapia como estratégia de proteção aos direitos humanos: a partir de novas práticas para uma educação emancipadora com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Acreditamos que esta pesquisa seja importante porque no Brasil, são poucos os trabalhos que buscam desenvolver ações transformadoras com a população em situação de risco social na perspectiva da educação em direitos humanos. Dessa maneira, acreditamos que será possível contribuir para melhora da qualidade de vida, Informações e conhecimento sobre o acesso a seus direitos, Prevenção das violações de direitos e a possibilidade de trabalhos inovadores com a população em situação de vulnerabilidade social.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua participação no referido estudo será de participação da Musicoterapia, por meio de ações de cantar canções que façam parte do seu repertório, improvisar, recriar, tocar instrumentos musicais, brincadeiras musicais e jogos sonoros. O tempo de duração será em média de uma hora, de atividade por semana, durante dois meses, outubro e novembro, poderá variar para mais ou menos a depender da avaliação da Musicoterapeuta. Serão utilizados os seguintes instrumentos musicais e outros: Teclado, violão, pandeiro, xilofone, instrumentos de percussão, kalimba, Djembe (tambor), Maracá, notebook e celular. Também será realizado ao final da pesquisa um Seminário de Avaliação para o Fechamento do trabalho com propósito avaliar o trabalho desenvolvido.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido você está sendo alertado de que, da pesquisa a se realizar, pode esperar alguns benefícios, tais como: Melhora na qualidade de vida, Informações e conhecimento sobre o acesso a seus direitos, Melhora na comunicação e interação social, Prevenção das violações de direitos. Bem como, também que é possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos em sua participação, tais como constrangimentos por conta de não querer participar da pesquisa. Para minimizar tais riscos, nós pesquisadores tomaremos as seguintes medidas: será realizado pela musicoterapeuta pesquisadora leitura do TCLE e esclarecimentos sobre a participação durante a pesquisa, informando que a qualquer momento você poderá deixar de participar da pesquisa. Outra alternativa será a possibilidade de coletar assinatura em uma sala separadamente de forma individual com cada participante, caso a pesquisadora considere necessário, para redução do risco.

SIGILO E PRIVACIDADE

Nós pesquisadores garantiremos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Nós pesquisadores nos responsabilizaremos pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos a assistência durante toda pesquisa, bem como garantiremos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PESQUISA

seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação nesta pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, bem como a meu acompanhante, haverá ressarcimento dos valores gastos na forma seguinte: será em dinheiro entregue diretamente ao indenizado.

De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Jakeline Silvestre Fascina Vitor, mestrandia (PUC-PR), Jucimeri Isolda Silveira, professora (PUC-PR), Eliane, assistente social da Casa de Acolhida São José¹, com elas, você poderá manter contato pelos telefones 41-998592658 (Jakeline), 41 – 995951701 (Jucimeri), 41 - 84242284 (Eliane).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone (41) 3271-2292 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
e-mail:	

Local, ____ de _____ de ____.

¹ Rua. Paula Gomes, 1046 - São Francisco, Curitiba - PR, 80510-070. Fone: 41- 32217029

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador**USO DE IMAGEM**

Autorizo o uso de minha , imagem e áudio, para fins desta pesquisa, sendo seu uso restrito de utilização da imagem, por meio de fotografia e áudio para fins de registro e maiores possibilidades de análise do material coletado. Esta gravação de áudio, bem como as imagens serão guardadas pela pesquisadora responsável em seus arquivos pessoais pelo prazo que determina a lei.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

IMAGEM DO OBJETO DE PESQUISA

IMAGEM DO PESQUISADOR

ANEXO D - Equipe da Casa de Acolhida São José
(2 assistentes sociais, 3 líderes do MNPOP-RUA e a pesquisadora)



Fonte: Arquivo da autora, 19/12/2017.

ANEXO E – ASA BRANCA⁸⁶

Quando oiei a terra ardendo
Qual fogueira de São João

Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de prantação

Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão

Entonce eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração
Entonce eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe muitas légua
Numa triste solidão

Espero a chuva cair de novo
Para mim vortá pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Para mim vortá pro meu sertão

Quando o verde dos teus oios
Se espaiar na prantação

Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu vortarei, viu
Meu coração.

Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, 1947.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>>. Acesso: 17 out. 2017.

ANEXO F – TOCANDO EM FRENTE⁸⁷

Ando devagar porque já tive pressa
 Levo esse sorriso porque já chorei demais
 Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
 Só levo a certeza de que muito pouco eu sei
 Eu nada sei...

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir.

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
 Compreender a marcha ir tocando em frente
 Como um velho boiadeiro, levando a boiada
 Eu vou tocando os dias, pela longa estrada
 Eu vou, estrada eu sou.

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir.

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora um dia
 A gente chega e o outro vai embora
 Cada um de nós compõe a sua história
 Cada ser em si carrega o dom se ser capaz, de ser feliz.

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso a chuva para florir.

Ando devagar porque já tive pressa
 Levo esse sorriso porque já chorei demais
 Cada um de nós compõe a sua história
 Cada ser em si carrega o dom se ser capaz, de ser feliz.

Almir Sater, 1992.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/almir-sater/44082/>. Acesso: 01 nov. 2017.

**ANEXO G – JESUS ALEGRIA DOS HOMENS
EM ALEMÃO E EM PORTUGUÊS⁸⁸**

Jesus bleibet meine freude	Jesus alegria dos homens
<p align="center">Jesus bleibet meine Freude, Meines Herzens Trost und Saft, Jesus wehret allem Leide, Er ist meines Lebens Kraft, Meiner Augen Lust und Sonne, Meiner Seele Schatz und Wonne; Darum lass ich Jesum nicht Aus dem Herzen und Gesicht.</p> <p align="center">Johann Sebastian Bach, 1716.</p>	<p align="center">Jesus sempre será minha alegria O conforto do meu coração e essência Jesus resiste a todo o sofrimento Ele é à força da minha vida O desejo e o sol dos meus olhos O amor e alegria da minha vida Então eu nunca deixarei Jesus sair do meu coração e rosto.</p>

⁸⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0NFs4NzS82E>>. Acesso: 05 nov.2017.

ANEXO H – SINO DE BELÉM⁸⁹

Bate o sino pequenino, sino de Belém
Já nasceu Deus Menino para o nosso bem
Paz na Terra pede o sino alegre a cantar
Abençoe Deus Menino este nosso lar

Hoje a noite é bela, juntos eu e ela
Vamos à capela, felizes a rezar
Ao soar o sino, sino pequenino
Vai o Deus menino, nos abençoar.

Bate o sino pequenino, sino de Belém ...

Vamos minha gente, vamos à Belém
Vamos ver Maria e Jesus também
Já deu meia noite, já chegou Natal
Já tocou o sino lá na catedral

Bate o sino pequenino, sino de Belém...
Abençoe Deus menino este nosso lar (3X).

Evaldo Rui, 1941 (Jingle Bells, James Lord Pierpont, 1857).

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/natal/855948/>>. Acesso: 08 out. 2017.

ANEXO I – MEU BARCO É PEQUENO⁹⁰

Meu barco é pequeno e grande é o mar,
Jesus segura minhas mãos.
Ele e meu piloto e tudo vai bem,
na viagem para Jerusalém
Meu barco sem Cristo ao céu não irá,
nas águas afundará.
Mas quando Jesus meu barco guiar,
aos céus poderei Alcançar.
Aos céus poderei Alcançar.

Filhos de Davi, 2017.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/filhos-de-davi/476048/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

ANEXO J – MARCHA DO REMADOR⁹¹

Se a canoa não virar
Olê! Olê! Olá!
Eu chego lá!

Se a canoa não virar
Olê! Olê! Olá!
Eu chego lá!

Rema, rema, rema, remador
Quero ver depressa o meu amor
Se eu chegar depois do sol raiar
Ela bota outro em meu lugar!

Antônio Almeida e Oldemar Magalhães, 1964.

⁹¹ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/emilinha-borba/197883/>>. Acesso: 12 nov. 2017.

ANEXO K – ADEUS ANO VELHO, FELIZ ANO NOVO⁹²

Adeus, ano velho!
Feliz ano novo!
Que tudo se realize
No ano que vai nascer!
Muito dinheiro no bolso
Saúde pra dar e vender!

Para os solteiros, sorte no amor
Nenhuma esperança perdida
Para os casados, nenhuma briga
Paz e sossego na vida

David Nasser e Francisco Alves, 1941.

⁹² Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/natalinas/1806693/>>. Acesso: 10 nov. 2017.

ANEXO L – AMAR COMO JESUS AMOU⁹³

Um dia uma criança me parou
Olhou-me nos meus olhos a sorrir
Caneta e papel na sua mão
Tarefa escolar para cumprir
E perguntou no meio de um sorriso
O que é preciso para ser feliz?

Amar como Jesus amou
Sonhar como Jesus sonhou
Pensar como Jesus pensou
Viver como Jesus viveu
Sentir o que Jesus sentia
Sorrir como Jesus sorria
E ao chegar ao fim do dia
Eu sei que dormiria muito mais feliz

Ouvindo o que eu falei ela me olhou
E disse que era lindo o que eu falei
Pedi que eu repetisse, por favor
Mas não dissesse tudo de uma vez
E perguntou de novo num sorriso
O que é preciso para ser feliz?

Depois que eu terminei de repetir
Seus olhos não saíram do papel
Toquei no seu rostinho e a sorrir
Pedi que ao transmitir fosse fiel
E ela deu-me um beijo demorado
E ao meu lado foi dizendo assim

Amar como Jesus amou.

José Ferreira Oliveira (Padre Zezinho, SJC), 1974.

⁹³ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/padre-zezinho/205779/>>. Acesso: 12 nov. 2017.

ANEXO M – AQUARELA⁹⁴

Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo
 E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo
 Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva
 E se faço chover, com dois riscos tenho um guarda-chuva
 Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel
 Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu

Vai voando, contornando a imensa curva norte-sul
 Vou com ela viajando Havaí, Pequim ou Istambul
 Pinto um barco a vela branco navegando
 É tanto céu e mar num beijo azul

Entre as nuvens vem surgindo um lindo avião rosa e grená
 Tudo em volta colorindo, com suas luzes a piscar
 Basta imaginar e ele está partindo, sereno e lindo
 E se a gente quiser ele vai pousar

Numa folha qualquer eu desenho um navio de partida
 Com alguns bons amigos bebendo de bem com a vida
 De uma América a outra consigo passar num segundo
 Giro um simples compasso e num círculo eu faço o mundo

Um menino caminha e caminhando chega no muro
 E ali logo em frente a esperar pela gente o futuro está
 E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar
 Não tem tempo nem piedade nem tem hora de chegar
 Sem pedir licença muda nossa vida
 Depois convida a rir ou chorar

Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá
 O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar
 Vamos todos numa linda passarela
 De uma aquarela que um dia enfim
 Descolorirá

Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo
 Que descolorirá
 E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo
 Que descolorirá
 Giro um simples compasso e num círculo eu faço o mundo
 Que descolorirá

Antonio Pecci Filho (Toquinho), Maurizio Fabrizio, Guido Morra, 1983.

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/toquinho/49095/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ANEXO N – CHUVA DE PRATA⁹⁵

Se tem luar no céu
Retira o véu e faz chover sobre o nosso amor

Chuva de prata que cai sem parar
Quase me mata de tanto esperar
Um beijo molhado de luz
Sela o nosso amor

Basta um pouquinho de mel pra adoçar
Deixa cair o seu véu sobre nós
Oh, lua bonita no céu
Molha o nosso amor

Toda vez que o amor disser "vem comigo"
Vai sem medo de se arrepender
Você deve acreditar no que é lindo
Pode ir fundo!
Isso é que é viver!

Cola seu rosto no meu, vem dançar
Pinga seu nome no breu pra ficar
Enquanto se esquece de mim
Lembra da canção

Toda vez que o amor disser "vem comigo"
Vai sem medo de se arrepender
Você deve acreditar no que eu digo
Pode ir fundo!
Isso é que é viver!

Chuva de prata que cai sem parar
Quase me mata de tanto esperar
Um beijo molhado de luz
Sela nosso amor
Enquanto se esquece de mim
Lembra da canção
Oh, lua bonita no céu
Molha o nosso amor

Ed Wilson e Ronaldo Bastos, 1984.

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.letras.com.br/gal-costa/chuva-de-prata>>. Acesso: 15 dez. 2017.

ANEXO O – É PRECISO SABER VIVER ⁹⁶

Quem espera que a vida
Seja feita de ilusão
Pode até ficar maluco
Ou morrer na solidão
É preciso ter cuidado
Pra mais tarde não sofrer
É preciso saber viver

Toda pedra do caminho
Você pode retirar
Numa flor que tem espinhos
Você pode se arranhar
Se o bem e o mal existem
Você pode escolher
É preciso saber viver

É preciso saber viver
É preciso saber viver
É preciso saber viver
Saber viver, saber viver!

Roberto Carlos, 1998.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/roberto-carlos/101459/>>. Acesso: 20 jan. 2018.

ANEXO P – O QUE É, O QUE É? ⁹⁷

Eu fico com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita

Viver
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita

Viver
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz

Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita

E a vida
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão
Êh! Ôh!

E a vida

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/463845/>>. Acesso: 15 nov. 2017.

Ela é maravilha ou é sofrimento?
 Ela é alegria ou lamento?
 O que é? O que é?
 Meu irmão
 Há quem fale
 Que a vida da gente
 É um nada no mundo
 É uma gota, é um tempo
 Que nem dá um segundo

Há quem fale
 Que é um divino
 Mistério profundo
 É o sopro do criador
 Numa atitude repleta de amor

Você diz que é luta e prazer
 Ele diz que a vida é viver
 Ela diz que melhor é morrer
 Pois amada não é
 E o verbo é sofrer

Eu só sei que confio na moça
 E na moça eu ponho a força da fé
 Somos nós que fazemos a vida
 Como der, ou puder, ou quiser

Sempre desejada
 Por mais que esteja errada
 Ninguém quer a morte
 Só saúde e sorte

E a pergunta roda
 E a cabeça agita
 Eu fico com a pureza
 Da resposta das crianças
 É a vida, é bonita
 E é bonita

Viver
 E não ter a vergonha
 De ser feliz
 Cantar e cantar e cantar
 A beleza de ser
 Um eterno aprendiz

Ah meu Deus!
 Eu sei, eu sei
 Que a vida devia ser
 Bem melhor e será

Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita

Gonzaguinha, 1982.

ANEXO Q – GALHOS SECOS⁹⁸

Nos galhos secos de uma árvore qualquer
Onde ninguém jamais pudesse imaginar
O Criador vê
Uma flor a brotar

Olhai, olhai, olhai
Os lírios cresceram nos campos
E o Senhor, nosso Deus
Nos tem alimentado para nossa alegria

Para nossa alegria
Para nossa alegria

Olhai, olhai, olhai
Os lírios cresceram nos campos
E o Senhor, nosso Deus
Nos tem alimentado para nossa alegria

Para nossa alegria
Para nossa alegria

Osvayr Agreste, 1970.

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.cifraclub.com.br/catedral/galhos-secos/letra/>>. Acesso: 05 dez. 2017.

ANEXO R – O CACHIMBO DA PAZ⁹⁹

A criminalidade toma conta da cidade
 A sociedade põe a culpa nas autoridades
 O cacique oficial viajou pro Pantanal
 Porque aqui a violência tá demais
 E lá encontrou um velho índio que usava um fio dental
 E fumava um cachimbo da paz
 O Presidente deu um tapa no cachimbo
 E na hora de voltar pra capital, ficou com preguiça
 Trocou seu paletó pelo fio dental
 E nomeou o velho índio pra Ministro da Justiça
 E o novo ministro, chegando na cidade
 Achou aquela tribo violenta demais
 Viu que todo cara-pálida vivia atrás das grades
 E chamou a TV e os jornais
 E disse: Índio chegou trazendo novidade
 Índio trouxe o cachimbo da paz

Maresia, sente a maresia
 Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola
 Manda a fumaça do cachimbo pra cachola
 Acende, puxa, prende, passa
 Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Todo mundo experimenta o cachimbo da floresta
 Dizem que é do bom, dizem que não presta
 Querem proibir, querem liberar
 E a polêmica chegou até o Congresso
 Tudo isso deve ser pra evitar a concorrência
 Porque não é Hollywood, mas é o sucesso
 O cachimbo da paz deixou o povo mais tranquilo
 Mas o fumo acabou porque só tinha oitenta quilos
 E o povo aplaudiu quando o índio partiu pra selva
 E prometeu voltar com uma tonelada
 Só que quando ele voltou, sujou!
 A Polícia Federal preparou uma cilada
 O cachimbo da paz foi proibido
 Entra na caçamba, vagabundo, vamo pra DP
 Êêê, índio tá fodido porque lá o pau vai comer

Maresia, sente a maresia
 Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/gabriel-pensador/46096/>>. Acesso: 10 dez. 2017.

Manda a fumaça do cachimbo pra cachola
 Acende, puxa, prende, passa
 Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Na delegacia só tinha viciado e delinquente
 Cada um com um vício e um caso diferente
 Um cachaceiro esfaqueou o dono do bar
 Porque ele não vendia pinga fiado
 E um senhor bebeu uísque demais
 Acordou com um travesti e assassinou o coitado
 Um viciado no jogo apostou a mulher
 Perdeu a aposta e ela foi sequestrada
 Era tanta ocorrência, tanta violência
 Que o índio não tava entendendo nada
 Ele viu que o delegado fumava um charuto fedorento
 E acendeu um da paz pra relaxar
 Mas quando foi dar um tapinha
 Levou um tapão violento e um chute naquele lugar
 Foi mandado pro presídio e no caminho
 Assistiu um acidente provocado por excesso de cerveja
 Uma jovem que bebeu demais
 Atropelou um padre e os noivos na porta da igreja
 E pro índio nada mais faz sentido
 Com tantas drogas, por que só o seu cachimbo é proibido?

Maresia, sente a maresia
 Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola
 Manda a fumaça do cachimbo pra cachola
 Acende, puxa, prende, passa
 Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Na penitenciária o índio fora da lei
 Conheceu os criminosos de verdade
 Entrando, saindo e voltando
 Cada vez mais perigosos pra sociedade
 Aí, cumpádi, tá rolando um sorteio na prisão
 Pra reduzir a superlotação
 Todo mês alguns presos tem que ser executados
 E o índio, dessa vez, foi um dos sorteados
 E tentou acalmar os outros presos
 Peraí, vamo fumar um cachimbinho da paz
 Eles começaram a rir
 E espancaram o velho índio até não poder mais
 E antes de morrer ele pensou: Essa tribo é atrasada demais!
 Eles querem acabar com a violência
 Mas a paz é contra a lei e a lei é contra a paz
 E o cachimbo do índio continua proibido
 Mas se você quer comprar é mais fácil que pão

Hoje em dia ele é vendido pelos mesmos bandidos
Que mataram o velho índio na prisão

Maresia, sente a maresia
Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola
Manda a fumaça do cachimbo pra cachola
Acende, puxa, prende, passa
Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Maresia, sente a maresia
Maresia, uh

Apaga a fumaça do revólver, da pistola (maresia, sente a maresia)
(Maresia) Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça
Apaga a fumaça do revólver, da pistola (maresia, sente a maresia)
Acende, puxa, prende, passa (maresia, uh)
Apaga a fumaça do revólver, da pistola (maresia, sente a maresia)
(Maresia) Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Apaga a fumaça do revólver, da pistola (maresia)
Manda a fumaça do cachimbo pra cachola (sente a maresia)
Acende, puxa, prende, passa (maresia)
Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça (uh)

Apaga a fumaça do revólver, da pistola (maresia)
Manda a fumaça do cachimbo pra cachola (sente a maresia)
Acende, puxa, prende, passa (maresia)
Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça

Gabriel Contino (o Pensador), Bollado Emecê (Lulu Santos) e Memê, 1997.

ANEXO S – FOLHA DE BANANEIRA¹⁰⁰

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira
 Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira (2x)

Seu guarda você não pode me prender
 Se é só um fino que eu acabo de cume
 Se chegou tarde, o que posso fazer
 Sou de menor e cê num pode me bater

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira
 Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira

Seu guarda não cheire a minha mão
 Sou seu amigo agora preste atenção
 A folha é boa, é erva fina
 Fumo na boa só pra pegar as meninas

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira
 Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira

Ooi, cabrobró...
 (Ooi, cabrobró...) 2X

Seu guarda eu não sou ladrão
 Passei de ano sem recuperação
 Enquanto isso eu vou descendo a minha lombaa
 Andando de skate estourando a minha bomba

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira
 Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira

Seu guarda não cheire a minha mão
 Sou seu amigo agora preste atenção
 A folha é boa, é erva da fina
 Fumo na boa só pra pegar as menina

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
 Fuma na boa só de brincadeira

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/armandinho/64906/>>. Acesso: 04 dez. 2017.

Fuma, fuma, fuma folha de bananeira
Fuma na boa só de brincadeira

Armandinho, 2001.

ANEXO T – CANA VERDE¹⁰¹

Abre a porta ou a janela
Venha ver quem é que eu sou
Sou aquele desprezado
Que você me desprezou

Eu já fiz um juramento
De nunca mais ter amor
Por viver penar chorando
Pra todo lugar que eu for

Quem canta seu mal espanta
Chorando será pior
O amor que vai e volta
A volta sempre é melhor

Chora viola e sanfona
Chora triste o violão
O que é madeira chora
Que dirá meu coração

Tonico e Tinoco, 1994.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tonico-e-tinoco/89209/>>. Acesso: 06 mai. 2018.

ANEXO U – EVA¹⁰²

Meu amor
Olha só, hoje o sol não apareceu
É o fim da aventura humana na Terra
Meu planeta, adeus
Fugiremos nós dois na arca de Noé
Olha, meu amor
O final da odisséia terrestre
Sou Adão e você será
Minha pequena Eva (Eva)
O nosso amor na última astronave (Eva)
Além do infinito eu vou voar
Sozinho com você
E voando bem alto (Eva)
Me abraça pelo espaço de um instante (Eva)
Me envolve com teu corpo
E me dá, a força pra viver
Pelo espaço de um instante
Afinal não há nada mais
Que o céu azul pra gente voar

Sobre o Rio, Beirute
Ou Madagascar
Toda a terra reduzida
A nada, a nada mais
Minha vida é um flash (flash)
De controles
Botões anti-atômicos
Olha bem, meu amor
É o fim da odisséia terrestre
Sou Adão e você será

¹⁰² Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/radio-taxi/eva.html>>. Acesso: 12 fev. 2018.

Minha pequena Eva (Eva)
O nosso amor na última astronave (Eva)
Além do infinito eu vou voar
Sozinho com você
E voando bem alto (Eva)
Me abraça pelo espaço de um instante (Eva)
Me envolve com teu corpo
E me dá, a força pra viver
Minha pequena Eva (Eva)
O nosso amor na última astronave (Eva)
Além do infinito eu vou voar.

Umberto Tozzi e Giancarlo Bigazzi, 1982.

ANEXO V – CANTA CANTA, MINHA GENTE¹⁰³

Canta, canta minha gente
Deixa a tristeza pra lá
Canta forte, canta alto
Que a vida vai melhorar

Cantem o samba de roda
O samba-canção e o samba rasgado
Cantem o samba de breque
O samba moderno e o samba quadrado
Cantem ciranda e frevo
O coco, maxixe, baião e xaxado
Mas não cantem essa moça bonita
Porque ela está com o marido do lado

Canta,canta minha gente
Deixa tristeza pra lá
Canta forte,canta alto
Que vida vai melhorar

Quem canta seus males espanta
Lá em cima do morro ou sambando no asfalto
Eu canto o samba-enredo
Um sambinha lento ou um partido alto
Há muito tempo não ouço
O tal do samba sincopado
Só não dá pra cantar mesmo
É vendo o sol nascer quadrado

Canta, canta minha gente
Deixa a tristeza pra lá
Canta forte, canta alto
Que a vida vai melhorar

Martinho José Ferreira (Martinho da Vila), 1974.

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/martinho-da-vila/287326/>>. Acesso: 12 jan. 2018.

ANEXO W – CHICO MINEIRO¹⁰⁴

Cada vez que me lembro
 Do amigo Chico Mineiro,
 Das viagens que eu fazia
 Ela era meu companheiro.
 Sinto uma tristeza,
 Uma vontade de chorar,
 Lembrando daqueles tempos
 Que não mais hão de voltar.
 Apesar de eu ser patrão,
 Eu tinha no coração,
 O amigo Chico Mineiro,
 Caboclo bom decidido,
 Na viola delorido e era o peão dos boiadeiros.
 Hoje, porém, com tristeza
 Recordando das proezas
 Das nossas viagens de motin,
 Viajamos mais de dez anos,
 Vendendo boiada e comprando,
 Por esse rincão sem-fim
 Mas, porém, chegou o dia
 Que Chico apartou-se de mim.

Fizemos a última viagem
 Foi lá pro sertão de Goiás
 Fui eu e o Chico Mineiro
 Também foi o capataz

Viajamos muitos dias pra chegar em Ouro Fino
 Aonde passamos a noite numa festa do Divino
 A festa estava tão boa, mas antes não tivesse ido
 O Chico foi baleado por um homem desconhecido
 Larguei de comprar boiada
 Mataram meu companheiro
 Acabou o som da viola
 Acabou-se o Chico Mineiro
 Depois daquela tragédia
 Fiquei mais aborrecido
 Não sabia da nossa amizade
 Porque a gente era unido
 Quando vi seu documento
 Me cortou o coração
 Vim saber que o Chico Mineiro
 Era meu legítimo irmão

Tonico e Francisco Ribeiro, 1995.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/sergio-reis/401073/>>. Acesso: 06 jun. 2018.

ANEXO X – BRINCAR DE VIVER¹⁰⁵

Quem me chamou
 Quem vai querer voltar pro ninho
 Redescobrir seu lugar
 Pra retornar e enfrentar o dia a dia
 Reaprender a sonhar

Você verá que é mesmo assim
 Que a história não tem fim
 Continua sempre que você responde "sim"
 À sua imaginação
 À arte de sorrir cada vez que o mundo diz "não"

Você verá que a emoção começa agora
 Agora é brincar de viver
 Não esquecer, ninguém é o centro do universo
 Assim é maior o prazer

Você verá que é mesmo assim
 Que a história não tem fim
 Continua sempre que você responde "sim"
 À sua imaginação
 À arte de sorrir cada vez que o mundo diz "não"

E eu desejo amar todos que eu cruzar pelo meu caminho
 Como sou feliz, eu quero ver feliz
 Quem andar comigo, vem

Lá lá lá lá lá

Você verá que é mesmo assim
 Que a história não tem fim
 Continua sempre que você responde "sim"
 À sua imaginação
 À arte de sorrir cada vez que o mundo diz "não"

Lá lá lá lá lá

Guilherme Arantes, 1990.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/maria-bethania/47218/>>. Acesso: 15 jan. 2018.

ANEXO Y – GARGANTA¹⁰⁶

Minha garganta estranha quando não te vejo
Me vem um desejo doido de gritar

Minha garganta arranha a tinta e os azulejos
Do teu quarto, da cozinha, da sala de estar

Minha garganta arranha a tinta e os azulejos
Do teu quarto, da cozinha, da sala de estar

Venho madrugada perturbar teu sono
Como um cão sem dono me ponho a ladrar

Atravesso o travesseiro, te reviro pelo avesso
Tua cabeça enlouqueço, faço ela rodar

Atravesso o travesseiro, te reviro pelo avesso
Tua cabeça enlouqueço, faço ela rodar

Sei que não sou santa, as vezes vou na cara dura
Às vezes ajo com candura pra te conquistar

Mas não sou beata, me criei na rua
E não mudo minha postura só pra te agradar

Pois não sou beata, me criei na rua
E não mudo minha postura só pra te agradar

Vim parar nessa cidade, por força da circunstância
Sou assim desde criança, me criei meio sem lar

Aprendi a me virar sozinha,
e se eu tô te dando linha é pra depois te abandonar

Aprendi a me virar sozinha
e se eu tô te dando linha é pra depois te abandonar

José Antonio Franco Villeroy, 1999.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/ana-carolina/44123/>>. Acesso: 24 fev. 2018.

ANEXO Z – GITA¹⁰⁷

“Eu que já andei pelos quatro cantos do mundo procurando,
foi justamente num sonho que Ele me falou...”

Às vezes você me pergunta
Por que é que eu sou tão calado
Não falo de amor quase nada
Nem fico sorrindo ao teu lado

Você pensa em mim toda hora
Me come, me cospe, me deixa

Talvez você não entenda
Mas hoje eu vou lhe mostrar

Eu sou a luz das estrelas
Eu sou a cor do luar
Eu sou as coisas da vida
Eu sou o medo de amar

Eu sou o medo do fraco
A força da imaginação
O blefe do jogador
Eu sou, eu fui, eu vou

Gita gita gita gita gita

Eu sou o seu sacrifício
A placa de contramão
O sangue no olhar do vampiro
E as juras de maldição

Eu sou a vela que acende
Eu sou a luz que se apaga
Eu sou a beira do abismo
Eu sou o tudo e o nada

Por que você me pergunta
Perguntas não vão lhe mostrar
Que eu sou feito da terra
Do fogo, da água e do ar

Você me tem todo dia
Mas não sabe se é bom ou ruim
Mas saiba que eu estou em você
Mas você não está em mim

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/raul-seixas/48312/>>. Acesso: 08 abr. 2018.

Das telhas eu sou o telhado
A pesca do pescador
A letra A tem meu nome
Dos sonhos eu sou o amor

Eu sou a dona de casa
Nos pegue-pagues do mundo
Eu sou a mão do carrasco
Sou raso, largo, profundo

Gita gita gita gita gita

Eu sou a mosca da sopa
E o dente do tubarão
Eu sou os olhos do cego
E a cegueira da visão

Mas eu sou o amargo da língua
A mãe, o pai e o avô
O filho que ainda não veio
O início, o fim e o meio (2x)
Eu sou o início, o fim e o meio (3x)

Raul Seixas e Paulo Coelho, 1974.

ANEXO AA – DUST IN THE WIND¹⁰⁸

Dust in the wind	Poeira no vento
<p>I close my eyes Only for a moment And the moment's gone All my dreams Pass before my eyes, in curiosity</p>	<p>Eu fecho meus olhos Apenas por um momento E o momento se foi Todos os meus sonhos Passam diante dos meus olhos, em curiosidade</p>
<p>Dust in the wind All they are is dust in the wind</p>	<p>Poeira no vento Tudo o que somos é poeira no vento</p>
<p>Same old song Just a drop of water in an endless sea All we do Crumbles to the ground though we refuse to see</p>	<p>A mesma velha música Apenas uma gota de água em um mar infinito Tudo o que fazemos Desaba sobre a Terra, embora nos recusemos a ver</p>
<p>Dust in the wind All we are is dust in the wind</p>	<p>Poeira no vento Tudo o que somos é poeira no vento</p>
<p>Now, don't hang on Nothing lasts forever, but the earth and sky It slips away And all your money won't another minute buy</p>	<p>Agora, não espere Nada dura para sempre, apenas o céu e a terra Isto escapa E todo o seu dinheiro não comprará outro minuto.</p>
<p>Dust in the wind All we are is dust in the wind</p>	<p>Poeira no vento Tudo o que somos é poeira no vento</p>
<p>Dust in the wind Everything is dust in the wind</p>	<p>Poeira no vento Tudo o que somos é poeira no vento</p>
<p>Kerry Livgren, 1977.</p>	

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/kansas/20711/traducao.html>>. Acesso: 10 mar. 2018.

ANEXO AB – DESPEDIDA¹⁰⁹

Já está chegando a hora de ir
Venho aqui me despedir e dizer
Em qualquer lugar por onde eu andar

Vou lembrar de você
Só me resta agora dizer adeus
E depois o meu caminho seguir
O meu coração aqui vou deixar
Não ligue se acaso eu chorar
Mas agora, adeus!

Só me resta agora dizer adeus
E depois o meu caminho seguir
O meu coração aqui vou deixar
Não ligue se acaso eu chorar
Mas agora, adeus!

Roberto Carlos

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/roberto-carlos/48579/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ANEXO AC– LEVA EU SODADE / HINO DO POVO DA RUA

Leva eu sodade	Hino do Povo da Rua
<p>Ô leva eu, minha sodade Eu também quero ir Minha sodade Quando chego na ladeira Tenho medo de cair Leva eu Leva eu Minha sodade Menina tu não te lembras Minha sodade Daquela tarde fagueira Minha sodade Tu te esqueces e eu me lembro Ai que saudade matadeira Leva eu Leva eu Minha sodade Na noite de São João No terreiro uma bacia Que é pra ver se para o ano Meu amor ainda me via Leva eu Leva eu Minha sodade</p> <p>Tito Guimarães Neto e Alventino Cavalcanti, 1962.</p>	<p><i>Refrão: Oi, leva eu, povo da rua, Eu também quero ir, povo da rua, E já chegou a missão, Vamos todos nos unir, Leva eu, povo da rua.</i></p> <p>Trabalhamos todos juntos, povo da rua, Verdadeiro mutirão, povo da rua, “Fé em deus e pé na tábuá”, Buscando a libertação, Leva eu, povo da rua.</p> <p>Neste tempo tão difícil, povo da rua, A cidade vai ouvir, povo da rua, O grito dos oprimidos Pra justiça construir, Leva eu, povo da rua.</p> <p>Somos o povo de Deus, povo da rua, Nós também temos direito, povo da rua, Nossa luta começou, Pra parar não tem mais jeito, Leva eu, povo da rua.</p> <p style="text-align: center;">MNPOP- RUA s/d</p>

Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/os-cantores-de-ebano/leva-eu-sodade.html>>. Acesso: 04. Dez. 2017

ANEXO AD – PARTITURA DA CANÇÃO SINO DE BELÉM (BATE O SINO)¹¹⁰

BATE O SINO

Refrão: C F

C D7 G7 C

C F C Dm G7

Estrofe: C F

G7 Dm G7 C

F C Dm G C

¹¹⁰A partitura original está disponível em: <http://www.superpartituras.com.br/robson-dias/bate-o-sino>, encontra-se na tonalidade de Sol Maior, a que foi utilizada nas vivências foi transposta pela autora para tonalidade de Dó Maior, conforme pode ser visualizada acima, para facilitar o acompanhamento do grupo. Acesso em: 07 de Out. 2017.

ANEXO AE – PARTITURA DA CANÇÃO LEVA EU SODADE USADA
PARA A PARÓDIA HIÑO DO POVO DA RUA ¹¹¹

Leva eu sodade www.superpartituras.com.br

R 89 A 85

The musical score is written in 4/4 time and consists of six staves. The first staff begins with a C chord and a whole rest, followed by a melody of quarter notes. The second staff continues the melody with C and F chords. The third staff features a melody with G7, Dm, G7, and C chords. The fourth staff has a melody with F and Dm chords. The fifth staff continues with C and F chords. The sixth staff concludes with G, Dm, G7, and C chords, ending with a double bar line.

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.superpartituras.com.br/nilo-amaro/leva-eu-sodade>>. Acesso em: out. 2017.

ANEXO AF – PARTITURA DA CANÇÃO DUST IN THE WIND¹¹²

Dust in the Wind

Words and Music by
Kerry Livgren

N.C. $\frac{3}{8}$ C G Am G Dm

I close my eyes on - ly for a mo - ment, and the
Same old song. Just a drop of wa - ter in an
Don't hang on. Noth - ing lasts for - ev - er but the

Am C G Am G Dm

mo - ment's gone. All my dreams pass be - fore my eyes, a cu - ri -
end - less sea. All we do crum - bles to the ground though we re -
earth and sky. It slips a - way. All your mon - ey won't an - oth - er

Am To Coda ϕ D G Am

os - i - ty. Dust in the wind.
fuse to see. Dust in the wind.
min - ute buy.

1. D G Am G 2. D G

All they are is dust in the wind. All we are is dust in the

Copyright © 1977 (Renewed 2005), 1978 EMI BLACKWOOD MUSIC INC. and DON KIRSHNER MUSIC
All Rights Controlled and Administered by EMI BLACKWOOD MUSIC INC.
All Rights Reserved International Copyright Secured Used by Permission

¹¹² Disponível em: <<https://www.musicnotes.com/sheetmusic/mtd.asp?ppn=MN0133891>>. Acesso em: 08 jun. 2018.